FIC

Piracicaba, 31 de dezembro de 2015

PODER EXECUTIVO

ERRATA

No art. 2º do Decreto nº 16.498, de 16 de dezembro de 2015 que "abre crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 2.500.000,00",

"Art. 2° Os recursos para cobertura do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes do que dispõe o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64"

Leia-se:

"Art. 2° Os recursos para cobertura do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes do que dispõe o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64"

Assim sendo, eu, GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições determino a publicação desta ERRATA.

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.507, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015. Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, da empresa Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda., bens que especifica.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, da empresa Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 49.254.634/0001-60, bens especificados na Ata, Laudo de Avaliação, Termos de Doação e Notas Fiscais que integram o presente Decreto.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput do presente artigo estão sendo doados em atendimento ao item 3.2.3 do contrato firmado em razão do Edital de Concorrência Pública nº 24/2014 e se destinarão ao uso da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica o Departamento de Material e Patrimônio autorizado a cadastrar, no patrimônio da Prefeitura Municipal, os bens objeto deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 21 de dezembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE Secretário Municipal de Administração - interino

ÂNGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA Secretária Municipal de Educação

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



i referenca do ividificipio de i fracicada Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Ata da Reunião

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Santa Cruz, nº. 2158, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1°., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de bens permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO da empresa: NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA. – C.N.P.J. 49.254.634/0001-60, conforme segue: Um refrigerador industrial de quatro portas, capacidade de 450 (quatrocentos e cinquenta) litros, marca: Salto Frio, 220 volts, no valor 450 (quarrocentos e cinquenta) litros, marca: Salto Frio, 220 Volts, no Valor de R\$ 1.710,00 (Um Mil e Setecentos e Dez Reais); Dois refrigeradores industrial, quatro portas, em inox, 110 volts, modelo: GREP-4P, no valor unitário de R\$ 2.897,07, (Dois Mil e Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Sete Centavos), no total de R\$ 5.794,14, (Cinco Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Quatorze Centavos); Um refrigerador industrial, quatro portas, em inox, 220 Volts, modelo: GREP-4P, no valor de R\$ 2.976,70, Um refrigerador industrial, quatro portas, em inox, 220 volts, marca: Gelopar, modelo: GREP-4P, o valor de R\$ 2.809,22 (Dois Mil Oitocentos e Nove Reais e Vinte Dois Centavos); Um refrigerador duplex branco, capacidade de 300 a 350 (trezentos a trezentos e cinquenta) litros, marca: Consul, modelo: CRD37EBBNA, 220 Volts, no valor de R\$ 1.080,00 (Um Mil e Oitenta Reais), totalizando o valor de R\$ 14.370,06 (Quatorze Mil Trezentos e Setenta Reais e Seis Centavos), tendo como destino a Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura do Município de Piracicaba. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móve



Antônio Sergio Corrêa da Silva Membro

Cintia Carla Namizaki Padoan Membro Secretário



RECEBEMOS

Salto, 01 de setembro de 2.015.

À Prefeitura do Município de Piracicabo Secretaria Municipal de Educação Divisão de Alimentação e Nutrição

Referência:

Concorrência Pública nº 24/2014 Processo Administrativo nº 202.295/2014

TERMO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Prezados Senhores:

NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.,

pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto ao CNPJ/MP sob o nº 49.254.634/0001-60, *Contratada* pela Municipalidade de Piracicaba, vem, pela presente, manifestar, por termo, a doação de equipamentos danificados durante o curso da execução do contrato, conforme segue:

1- Esta contratada declara expressamente sua doação, ao Município de Piracicaba, dos equipamentos constantes da relação anexa, da qual constam o nome da unidade escolar, o item danificado e reposto, o nº de patrimônio, a descrição detalhada do equipamento e o seu valor.

Assim sendo, solicitamos que sejam aceitos esses equipamentos, em reposição aos danificados no curso da execução regular do contrato, e colocamo-nos ao vosso inteiro dispor, para dirimirmos quaisquer eventuais dúvidas que careçam de esclarecimentos adicionais.

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Flána Negrão Foé Grachio NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

FLÁVIA NEGRÃO FAÉ QUACHIO

Gerente da Unidado Pissas

Rua Novk. (21 - Distrito Industrial - Salto - SP - CEP 13329-620 - Tel.: (11) 4602-7200 / (11) 4602-9300 - www.nutriplus indior



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 14 de dezembro de 2.015

I – <u>Das</u> Especificações e Valores

Item	Origem	Descrição	Qtde	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	Refrigerador.	01	1.710,00	1.710,00
02	NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	Refrigerador.	02	2.897,07	5.794,14
03	NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	Refrigerador.	01	2.976,70	2.976,70
04	NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	Refrigerador.	01	2.809,22	2.809,22
05	NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	Refrigerador.	01	1.080,00	1.080,00

II - Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal - Secretaria Municipal de Educação.

III - Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados <u>são os atribuídos por esta</u> Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanent



Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Ava

Piracicaba,	de	de 2.015

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito Municipal

WILLIAM FITTIN	IN TRUM TO	THE RUS COS	MENTAC/	VHVAI BI	-	B1 101.5	IA L'I	DA								NF-e 0000602	161	
			FIR IQ GOT ASSIS											S	ÈRIE	14		
Nutri	plus T	ALIME	RIPLUS NTACA OGIA L	O E		0-	IME DA NO		JAR 1							17 6771 Q3:		
	RI A NOVIK. 22 MLIG • SP (EPID)					SI		* 000060 : 14		APTOR	CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONA NºFe www.sfc.ferende.gov.br/pertal OU NO SITE DO SEFAZ AUTORIZADORA					I.DA		
DOACOR	S . RRINDES	:											09/2015 0	3:32:	21			
60001336				nva	PATAM.	umai	P-3 (+H	41		_		49.25	4 634/000	01-60	,			
	ÁRIO / REMI	TENTE							_			Irsea				DILLPORAFT	em.w	_
PREFETD	URA DO MU	NICIPIO E	DE PIRAC	CABA									341 038/0		29	01/09/20	15 08.	
R ANTON	NO CORREA	BARBOS	A,2233-				lun			ARA N	∧Z∧RE	TH		3400	-900	BACKERSHAP		VIB.
PIRACIC	ABA							9)3403-10	00			SP						
EXTURAS	DUPLICATA	s	I HOR POR IN	_	_	1111		HUPOR SEN	_		LINE DO R Y	D 11			Jan	OR FORM DO-FE	N/MIT (III)	_
		1.710,00		3	107,80	0		05.1835.00	197516	0,00		ce totu		_	VALUE IS	OLATON MAN	K.A	710.00
	0.00 RTADOR / VO	4 1134PP T		0.00			O.	00	_		00,0			0,00				710,0
1999 R-2509		I.Catea I	KANSPOR	AUGS			0	MITENTE			cobec	01/1	MACSYPA			COPICH		
/#HHED							OF AN	(PRI)								LAKE WILL	194 11	
h (/110 m)	3	"		UBC 1			11.10	i n					P1 50 BEL 10		0.900	Principle (B)		0.000
ADOS DO	PRODUTO/	SERVICO		55 M MI	Lou	Lucr		0:0	19	8.5 MI	48.6	HAL.	HC ICMS	T	LK # 1/15	111 01	11 N	1130
0.101	STRUGERADOR PORTASTNOS SI STR APROS TR	INUUS IRIAI		\$4152101		1910	UN	1 00%		*(C (1) 1) *		710,60	17:09		107 84	940	15.00	6,60
	DICIONAIS																	
PID INTEN	O 66°95 NACE	MOBILIZAR	HO HOACAO P	CRME IR	I FIN	E ISO IN	IX≯KI IPF M	CNS R./A			MI HEN WO	wine	770.7					

Escolas	Itens repostos	Patrimônio	Descrição detalhada	Valor (R\$)
	Refrigerador ind. 4 portas	. 10206	REFRIGERADOR INDUSTRIAL 4 PORTAS 220V 450 LITROS MARCA SALTO FRIO	RS 1.710,00



Salto, 21 de outubro de 2.015.

À Prefeitura do Municipio de Piracicaba Secretaria Municipal de Educação Divisão de Alimentação e Nutrição

Concorrência Pública nº 24/2014 Processo Administrativo nº 202.295/2014

TERMO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Prezados Senhores:

NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto ao CNPJ/MF sob o nº 49.254.634/0001-60, **Contratada** pela Municipalidade de Piracicaba, vem, pela presente, manifestar, por termo, a doação de equipamentos danificados durante o curso da execução do contrato, conforme segue:

I- Esta contratada declara expressamente sua doação, ao Município de Piracicaba, dos equipamentos constantes da relação anexa, da qual constam o nome da unidade escolar, o item danificado e reposto, o nº de patrimônio, a descrição detalhada do equipamento e o seu valor.

Assim sendo, solicitamos que sejam aceitos esses equipamentos, em reposição aos danificados no curso da execução regular do contrato, e colocámo-nos ao vosso inteiro dispor, para dirimirmos quaisquer eventuais dúvidas que careçam de esclarecimentos adicionais.

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

NUTRIPLUS ALMENTÂÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

FLÁVIA NEGRÃO FAÉ QUACHIO

Gerente da Unidade Piracicaba

ovik, 221 - Distrito Industrial - Salto - SP - CEP 13329-620 - Tel.: (11) 4602-7200 / (11) 4602-9300 - www.nutrig

DATA DE RECEBI	OR PRODUTOS/AN	US ALIMENTAC IN YOU CONSTRUCTED IN NO INEXTERIORICACIÓN FAMIL	TA FISCAL BEN	TIFICABLAS		ι.			_	_	N° SÉRI		0062136	
Nutri		NUTRIPLU LIMENTACA	OE	В	DA? OCUMENTO DA NOTA ELETR	FISCAL	CETM.S. DE	ACTING .						
A CIMEHY S	RUA NOVIK. 221 - D ALTO - SP CEP: 1329-	ISTRITO INDUSTRIA	ıL.		- ENTRAD - SAÍDA	000062134	CONSU NF-e w	JLTA DE A ww.efc.fez RIZADOR	UTENT rada.gov	CIDADE	4000 0621 3618 0521 4202 E NO PORTAL NACIONAL DA LI OU NO SITE DO SEPAZ			
	ES / BRINDES							65237369			52:27			
60001336			INSCR. E.	TABLE DO	SCROT. TRIBET.			13695560	49.254	.634/000	1-60			
REFEIT	URA DO MUNK	CIPIO DE PIRA	CICABA			CHA	CARA N	AZARE		1.038/00	400-90	20. 0	10/2015	12:50
PIRACIC ATURAS	ABA / DUPLICATAS				(19)3	403-1000			SP	Discre	ÇÃO ESTAS	YALL .		
ak ex cyrcin		794,14		12,95	IN ON CALLACO	DOKSBIT	0.00	NLOR BO KIN	п		0,00	erTog LOL	AL GOS PROOL	100 5.794,1
LOR DO FRETT		# BOSEGERO	0.00		0,00	OUTRALOFFEE		0,00	DE TOTAL			OR TOTAL B	A HOTA FISCAL	5.794,1
	0,00	MES TRANSPOS			PRETTY POR			CORRE		PLACAVEROY		lone		
RANSPO	RTADOR / VOLU	PIEG I IOUTGI ()			A FD C	TENTE				noce vinci				
RANSPO	RTADOR / VOLU	HES TRANSFOR				TONTE								
RANSPO:	ocu.	HES TRANSITO			MANERO								CAO EFEADUA	
RANSPO:	RTADOR / VOLU	nes rousis	MUICA						re	10 МАТО	0,0	PEROL		
RANSPO:	2 PRODUTO / SEI	RVICO PROBUTORSZÁVICO	нсмян	est esc	SEVERNO NUMBERO	QTD	ALR LOST	VLR 10		IO MATO	VLR IS	00 PERO 1	JQx weo	0,000
RANSPO	PRODUTO/SE	RVICO ROBINIOSERVICO KIDV	_	CST CFC	SEVERNO NUMBERO	QTD	PLR LOST.				VLR IS	00	JQx weo	0,000

Escolas	Itens repostos	Patrimônio	Descrição detalhada	Valor (R\$)
EM João Otávio	Refrigerador ind. 4 portas	44284	REFRIGERADOR INDUSTRIAL 4 PORTAS INOX 110V- MODELO: GREP-4P	R\$ 2.897,07
Case Parque Orlanda	Refrigerador ind. 4 portas	44285	REFRIGERADOR INDUSTRIAL 4 PORTAS INOX 110V- MODELO: GREP-4P	R\$ 2.897,07



Salto, 01 de dezembro de 2.015

À Prefeitura do Município de Piracicabo Secretaria Municipal de Educação Divisão de Alimentação e Nutrição

oncorrência Pública nº 24/2014 Processo Administrativo nº 202.295/2014

TERMO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Prezados Senhores

NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto ao CNPJ/MF sob o nº 49.254.634/0001-60, *Contratada* pela Municipalidade de Piracicaba, vem, pela presente, manifestar, por termo, a doação de equipamentos danificados durante o curso da execução do contrato, conforme segue:

1- Esta contratada declara expressamente sua doação, ao Município de Piracicaba, dos equipamentos constantes da relação anexa, da qual constam o nome da unidade escolar, o item danificado e reposto, o nº de patrimônio, a descrição detálhada do equipamento e o seu valor.

Assim sendo, solicitamos que sejam aceitos esses equipamentos, em reposição aos danificados no curso da execução regular do contrato, e colocamo-nos ao vosso inteiro dispor, para dirimirmos quaisquer eventuais dúvidas que careçam de esclarecimentos adicionais.

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos nossos votos de elevada estima e consideração

Atenciosamente.

Escolas

EM Taufic Dumit

EM Elizabeth Cruz

NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA. FLÁVIA NEGRÃO FAÉ QUACHIO Gerente da Unidade Piracicaba

Itens repostos Patrimônio

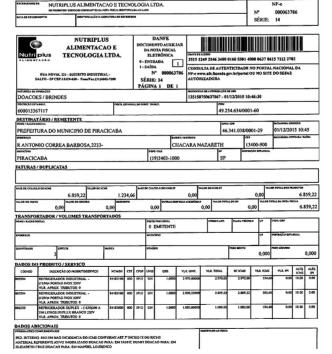
Refrigerador ind. 4 portas

Refrigerador ind. 4 portas

vik, 221 - Distrito Industrial - Salto - SP - CEP 13329-620 - Tel.: (11) 4602-7200 / (11) 4602-9300

45101

39910



93	800 - www.nutriplus.ind.br	E)	
0		Descrição detalhada	Valor (R\$)
_	REFRIGERADOR I	NOUSTRIAL - (1UN)4 PORTAS INOX 220V- MODELO: GREP-4P	R\$ 2.976,70
	REFRIGERADOR I	NDUSTRIAL, MARCA: GELOPAR, MODELO: GREP-4P, INOX 220V.	R\$ 2.809,22
7	REFRIGERADOR (DUPLEX BRANCO 300 A 350 LITROS 220V; MARCA: CONSUL MODELO: CRD37EBBNA	R\$ 1.080,00

3.1.9. Quando houver rescisão do contrato de trabalho e substituição de um trabalhado por outro, será obrigatória a apresentação pela CONTRATADA, em relação ao tral contrato se extinguiu, quando solicitado pelo fiscalizador, os seguintes documentos:

termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente homological quando o trabalhador tiver mais de um ano prestando serviços na empresa;
b) documento que comprove a concessão de aviso prévio, trabalhado ou recibo de entrega da comunicação de dispensa e do requerimento do seguro dese d) cópia da guia de recolhimento rescisório do FGTS e da contribuição social;

3.1.10. Apresentar ao término do contrato em até 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo fiscalizador (RH da DAN e SME).

cópia do atestado de Saúde, atestando a realização de exame médico

a) cópia da relação dos empregados que atuaram na execução do objeto no último

cópia das rescisões dos contratos de trabalho, dos empregados dispensados

cópia autenticada da página da CTPS na qual consta o registro de trabalho para os regados que permanecerão na empresa.

3.2. Com relação aos utensílios, equipamentos e instalações, a CONTRATADA deverá:

3.2.1. Antes do início dos serviços, acompanhada de um representante (Diretor, Vice-Diretor, Coordenador Pedagógico) de cada unidade escolar a ser atendida, realizar um inventário de todos os equipamentos e utensilios existentes, bem como das condições físicas do local, devendo ser assinado pelos responsáveis (empresa e representante da unidade escolar), e deverá ser repetido a cada renovação do contrato e/ou término deste para reparos ou reposição, nhada uma cópia à Divisão de Alimentação e Nutrição

3.2.2. Identificar todos os equipamentos e utensílios disponibilizados nas unidades plares, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Prefeitura do incípio de Piracicaba e Departamento de Suprimento do Escolar do Estado.

3.2.3. Efetuar o conserto e manutenção preventiva e corretiva dos utensílios e imentos, inclusive os de propriedade da Prefeitura do Município de Piracicaba e do Estado, do devolvé-los em boas condições de uso no final do contrato, substituindo quando sário, passando a integrar o patrimônio público no final do contrato, sem ônus à Prefeitura.

3.2.4. Providenciar a reposição de utensílios ou equipamentos extraviados ou anificados, de propriedade da Prefeitura do Município de Piracicaba ou do Estado, por culpa ou lod de seus empregados. Os utensílios ou equipamentos solicitados pela Divisão de Alimentação Nutrição deverão estar disponibilizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sendo emprovadamente novos e sem uso.

3.2.5. Manter a limpeza das instalações, dos utensílios e equipamentos utilizados, de com as normas da Vigilância Sanitária;

3.2.6. Informar a Divisão de Alimentação e Nutrição sobre as instalações que estejam en do com as normas sanitárias, para que sejam feitas as adequações necessárias pela do com as normas sanitárias. CONTRATANTE.

3.3. Com relação aos gêneros e insumos, a CONTRATADA deverá

DECRETO Nº 16.508, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015. Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, dos Conselhos de Escolas abaixo descritos, bens que especifica.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, dos Conselhos de Escolas abaixo descritos, bens que especifica:

I - Conselho de Escola da E.M. "Prof. Renato Passeri", inscrito no CNPJ sob nº 15.227.694/0001-71, 01 (uma) máquina plastificadora, bivolt, com reverso, no valor de R\$ 731,00 (setecentos e trinta e um reais);

II - Conselho de Escola da E.M. "Sabino Stênico", inscrito no CNPJ sob nº 18.908.867/0001-05, 01 (uma) caixa acústica, marca Frahm, modelo Pla12. auto falante de 12", 150 WRMS, ativa, no valor de R\$ 1.037,76 (um mil, trinta e sete reais e setenta e seis centavos); 01 (um) suporte para caixa acústica, tripé, marca Saty, no valor de R\$ 122,24 (cento e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos); 01 (um) porteiro eletrônico, marca HDL, modelo F8NTL-AZ01,

branco, no valor de R\$ 128,20 (cento e vinte e oito reais e vinte centavos); III - Conselho de Escola da E.M. "Prof. Taufic Dumit", inscrito no CNPJ sob nº 04.389.109/0001-13, 01 (uma) serra tico tico, marca Tork, modelo SK333, 480 wats, 110 volts, no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais); 01 (uma) caixa de som multiuso, marca Frahm, modelo MF400, com entrada USB e função Bluetooth, no valor de R\$ 627.00 (seiscentos e vinte e sete reais); 01 (um) microfone, marca LYCO, sem fio, cabeca/lapela, UH01HLI, no valor de R\$ 383.00 (trezentos e oitenta e três reais); 01 (um) climatizador evaporativo, marca Ecobrisa, modelo EB-80, no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);

IV - Conselho de Escola da E.M. "Thales Castanho de Andrade" inscrito no CNPJ sob nº 03.185.383/0001-08, 01 (uma) fragmentadora de papel, marca Menno, modelo 6315A, capacidade de até 15 folhas, no valor de R\$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais); 01 (um) microfone, marca Lê-Son, modelo SM58, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);

V - Conselho de Escola da E.M. "Profa. Vera Lúcia Sabino do Prado", inscrito no CNPJ sob nº 19.254.881/0001-03, 01 (uma) impressora, marca Epson, Multifuncional, tanque de tinta, L355 Wifi, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

§ 1º Ficam fazendo parte integrante deste Decreto as Atas, Laudos de Avaliação, Termos de Doação e Notas Fiscais que descrevem os bens ora recebidos em doação e que totalizam R\$ 8.147,20 (oito mil, cento e quarenta e sete reais e vinte centavos).

§ 2º Os bens de que trata o caput do presente artigo se destinarão à Secretaria Municipal de Educação, para uso das Escolas Municipais respectivas de cada Conselho.

Art. 2º Fica o Departamento de Material e Patrimônio autorizado a cadastrar, no patrimônio da Prefeitura Municipal, os bens objeto deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 21 de dezembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE Secretário Municipal de Administração - interino ÂNGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA

Secretária Municipal de Educação MAURO RONTANI

Procurador Geral do Município Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Ata da Reunião

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.020, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos de artigo 1°., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de material permanente ora RECEBIDO EM DOAÇÃO do Conselho Escola da Escola Municipal Professor Renato Passeri - C.N.P.J. 15.227.694/0001 71, conforme segue: Uma máquina plastificadora, bivolt, com reverso, no valor de R\$ 731,00 (Setecentos e Trinta e Um Reais), tendo como destino: ε Escola Municipal Professor Renato Passeri - Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis



Antonio Sérgio Corrêa da Silva







Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 14 de dezembro de 2.015.

I - Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor R\$		
01	Origem Cons. da EM Prof. Renato Passeri.	Máquina plastificadora	01	731,00		

II - Do Uso e Destino

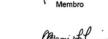
O bem acima especificado será de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Professor Renato Passeri - Secretaria Municipal de

O valor ora avaliado do bem acima especificado <u>é o atribuído por esta</u> Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanente





Corrêa da Silva

Ivan José Zotell Membro

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acim-

Piracicaba, ___ de __ de 2.015.

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO

N°.	_		Qtde.	No	ta Fiscal	Valor	(R\$)		
Ordem	Desc	rição do Bem	Qtae.	N°.	Data	Unitário	Total		
1	Máquina Plastificadora Bivo	olt com reverso	1	8628	02/09/2014	731,00	731,00		
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
Total (R	(\$)				•		731,00		
Pira	cicaba, 30 de Janeiro de 2015	Vane	ssa Lucentini		Vanena Cucentin				
	Local de Data	Nome do (a) Dirigente ou de	Representante Legal da Ud	ex ou EM	Assinatura do (a) D	irigente ou do Represta	inte Legal da UEx		

JURA	RIA	LIVRARIA I	PAPELAF	RIA TA	KAKI - L	OJA 2	NO	TA FI	SC	AL	0088	528
TAK	AKI	AV. PIRACIC	AMIRIM, 2671	- BAIRRO	PIRACICAL	MIRIM	SAÍ	_		TRADA	1º W.L. (Branca) Diss 2º W.L. (Azal) Arquiso	Fiscal
APEL	API	CER	P 13417-780 - F Fone/Fax (19					37.140		4 24	3" VA - (Rosa) Fisco! 4" VA - (Verde) Fisco	Jestinatirio Origen
NATUREZA DA OPER	AÇÃO:	CFOP			STITUTO TRIBUT	ARIO		ST.140		1-31	DATA LIMITE PA	IRA EMI
New	300	510	2				535.	219.893	3.110	3	00.00	0.00
NOME/RAZÃO SOCIA						INSCR	NO C.N.P.J. (MF) N*			DATA DA ENES	sÃo
Cours Es	c de	EM. Pro	Rental	2 Pus		1.5	.227.	6941	W	7-7	2-9.	20
ENDEREÇO	0 10		لاه.نت		BAIRRO DISTRIT			J34	-0	-198	DATA DA SAÍO	VENTRA
R. Actal MUNICIPIO	10 1	landere	FONEFAX		4		IÇÃO ESTABU		160	-170	HORA DA SAID	_
Suis	ے ن	abe			"5.P.		Isan	ites				
DUPLICATA	VE	No Vito	VALOR			VENC.			T	ALOR		
DADOS DO PRODU	ro	م رسام							_			
COO. PROD.		DESCRIÇÃO DOS PI	RODUTOS	100	SIT	UNIÓ.	QUANT.	VALOR	UNIT.		VALOR TOTAL	A
Mass	. 20-	St. E. Rive	O+ loes	ens +	K't	100	01	72	10	2	31 00)
0.000	1 34	30	XI Cha	26 8	200				-		0.11	\top
			-	B 60 8	2.00	100	,			\top		+
			- 4	g a		8					. ^	+
			SAME OF	100 E	.00 J.S.	B 33	AND E	ğ		1		\pm
_			NA - 60	(I) (I)	2000 (C) (C)	86 SS	A 5	<u> </u>	_	+		+
			100 204 104 ED		Total Control	電気 徳	790	8	_	+-1		+
			NOS SOR	sum may	2000 100	D88 760	528. 35	82		+-	-	+
				and the		1	1			-	1	+
			Alle	9	-	100	St.	-		-	1-	-
		828 P. S	130	To the second	Jan 1 50	10	251	4:00	14.			+
		and the state of t	on make hardle	terum 6	States States	- History	o skinery mode	enderlais in	er with	ii.	1	
BASE DE CÁLCULO D		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO	D ICMS SUBS	тилско	VALO	OR DO ICMS S	URSTITUIÇA	lo	ANTOS TO	AL DOS PRODUT	os
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO				101	OR TOTAL DO	in in	_		SJ, OC	,
VALUE DO FRETE		VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPES	AS ACESSOR	ilA3	I WAL	an IOIAL DO			73	1,00	,
TRANSPORTADOR		RANSPORTADOS		1		T	CA DO VEÍCU		ur Id	N.P.J.CPF		
NOME/RAZÃO SOCIA	4			1-EMITEN 2-DESTIN	OR CONTA	ן נ	ICA DO VEICU		۲	N.P.J.CH		
ENDEREÇO				MUNICIPA	0 .			-	UF I	NSCRIÇÃO E	STADUAL	
QUANTIDADE	ESPE	toie	MARCA	NÚMERO			PESO	BRUTO			PESO LIQUÍDO	
DADOS ADICIONAIS												_
OBSERVAÇÕES:						RESERM	ADO AO FISCO					
							M	ercado	esio	recebir	mento da	
										riestag	ção de Se	rviço
Core	valor fo	i pago com reci	irso de PDDI	c			+	Pata	2	219	1201	4
ATES GRAFICAS DAUM	ARLTOAME -	AV. DO CAFE, 307 - PIRACIO	ABA - SP C.N.P.J. 67 277	681/0001-00-	INSCR. EST. 535 17	0 635 113 - FC	WE 3422-3125 -	OS TALÕES SI	004-00	1.50 HA 008.750	- AIOF 5361602114	12.70/01
									_			
DAYA DO RECEBIMEN		ARECIDA DIAS - ME OS P	RODUTOS CONSTAN AÇÃO E ASSINATURA			DA AO LAD	0	-	1	NO	TA FISCAL	
											00862	28

Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Ata da Reunião

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.020, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1°., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO do Conselho de Escola da Escola Municipal Sabino Stênico - C.N.P.J. 18.908.867/0001-05, conforme segue: Uma caixa acústica, marca: Frahm, modelo: Pla12, auto falante de 12", 150 WRMS, ativa, no valor de R\$ 1.037,76 (Um Mil e Trinta e Sete Reais e Setenta e Seis Centavos); Um suporte para caixa acústica, tripé, marca: Saty, no valor de R\$ 122,24 (Cento e Vinte e Dois Reais e Vinte e Quatro Centavos); Um porteiro eletrônico, marca HDL, modelo: F8NTL-AZ01, branco, no valor de R\$ 128,20 (Cento e Vinte e Oito Reais e Vinte Centavos), totalizando R\$ 1.288,20 (Um Mil, Duzentos e Oitenta e Oito Reais e Vinte Centavos), tendo como destino: a Escola Municipal Sabino Stênico – Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Eduardo Messias de Souza Antonio Sérgio Corrêa da Silva Presidente Stun Cíntia Carla Namizaki Padoan Membro Secretário lvan José Zotelli Membro



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 14 de dezembro de 2.015.

Item	Origem					
01	Cons. da EM Sabino Stênico.	Caixa acústica.	01	1.037,76		
02	Cons. da EM Sabino Stênico.	Suporte para caixa acústica.	01	122,24		
03	Cons. da EM Sabino Stênico.	Porteiro eletrônico	01	128,20		

II - Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração municipal, a Escola Municipal Sabino Stênico - Secretaria Municipal de administração de administraçõe de administraçõe de administração de administraçõe de adminis

III - Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados <u>são os atribuídos por esta</u> Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e de utilidade dos bens para a municipalidade

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os

demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal. A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes.

Hum. Ivan José Zotelli

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acim

Piracicaba, ____ de __ Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO
Pelo presente instrumento a(o) CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SABINO STÉNICO, da Escola ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SABINO STÉNICO faz, em conformidade com a legislação aplicável ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e demais normas pertinentes e ważria, a doacjób do(s) km(ns), conforme discriminodo(s) abaiso, adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do referido Programa, ao(s) PREFEITURM MONCIPAL DE PIRACICABA para que soja(m) tombodo (s) e incorporado(s) ao seu património público e destinado(s) à escola acima identificade, à qual cabe a

QTDE. NOTA FISCAL VALOR (RS)

N.º DATA UNITÁRIO TOTAL DESCRIÇÃO DO BEM CAIXA AC.FRAHM COM SUPORTE 000,000,091 12/11/2014 1.160,00 1.160,00 PIRACICABA, 31 DE DEZEMBRO DE 2014 TATIANE CRISTINA NUNES SIMOES Assinatura do(a) Responsável pela UEX

SOLO EC	ENMENTO:		S LTDA - EPF		BEDOR	-	2	228	ar			-		N 00000009 RIE:I	F-e 1		
	Identificaçi SOLO EQU RUA GOVI CENTRO	RNADOR PEDRO	ICAIS LTDA - EPP DE TOLEDO, 1628	T	DOCUME NOTA FIS 0- ENTR 1- SAID. Nº 000 SÉRIE	CAL ELET IADA A 000091	LIAR DA	CONTRO	DE DOF	isco							
NATUREZ V.REF.CI	A DA OPERAÇÃO JPOM FIS					-		_	OCOLO	: 135	14071696	5462			-		
880RIÇÃO 1 535.195.0		PASC. EST.	SUBST. TRIBUTARIO		PJ 0.592.245	/0001-5					SULTA DE AUTE 155550000					OV.BR	
	AO SOCIAL HO DE ESCOLA	DA EMPRO	F SABINO STE	NICO					18.5	PJJCPF 908.86	7/0001-05		-	DATA DA 12/11/20	14	>	
RUA DA	OOLONIA, 370							BAIRRO / DE: JARAGUA	STRITO		CEP 134013	40		DATA DE 12/11/20			
MUNICIPIO			FONE / FA 19-34227			SP		INSCRIÇ	ÃO ESTA	DUAL				HORA DE	SAIDA		
FATURA DUPLICAT	A : VENCIMEN	•	VALOR	DUPLK	ATA	VENC	MENTO		VALOR		DUPLICA	A	VEN	MENTO		/ALOR	
							_					I					
BASE DE CAL	O IMPOSTO DULO DO ICMS		DO KMS			liano o	O ICMS I	suestmução			00 IOMS BURS	mução	7	VALOR TOTAL		олоѕ	-
O,00	ETE	0,00	to : 08	ESCONTO	0,00			SAS ACESSOR		0,00			-	1.191 VALOR TOTAL	DANOTA		-
	TADOR VOLUMES	0,00 TRANSPORTA		1,00		0,00		COMPA I CO	000 41		O,00			1.16	30,00		
RAZÃO SO						1- Em	tente tinatáno	2	OIGO AN		LACA DO VEI						
ENDEREÇO)					MUNI	CIPIO					UF	IN	SCRIÇÃO ES	STADUAL		
QUANTIDA 2	DE ESPÉC	Æ	MARCA			NUME	RAÇÃO		9ES	O BRU	10		PESC 0,00	Liquipo			
	PRODUTOS / SE	RVIÇOS		_		-	_		1								ALI
CÓDIGO PRODUTO		DO PRODUTO		NCM/S		CFOP	UNIO	QTOE	UNITÁF	100	VALOR TOTAL	ICA	AS 0.00	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	IPI 0.0
0000008190	CAUGA AC FRANSI P SUPORTE CAUGA SA	LAIS FALMATE 12 Y TRIPE SCTOI :	T 150 WRIMS ATNA	85183000 85182000	500	5929	88	1,000	129	6.00	128.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.6
	MUNICIPAL VAL	OR TOTAL DOS	S SERVIÇOS	<u> </u>	BASE	DE CA	CULO	DO ISSON		_	VALO	R DO IS	SON				
	CIONAIS DES COMPLEMEN REQUE N-85000		900 J - NOVE	Pago FI	O COI	n V	erb	a			RESERV	ADO A	O FIS	co			-

4)	AVEN	ERIOS MATERIA LTDJ IDA MADRE MARI JARAGU PIRACICABA-SP CI FONE: 19-34379122	A TEOD JA EP: 13.40	ORA , 790 -		DA N EU ENTRU SAÍDA N°	OTA FEE	IXILIAR CAL TA	Co	nsulta o	u no site	idade no fazenda. da SEFAZ	portal n	acional ortal		
VENDA DE N INSCRIÇÃO ESTADO	MERC A				M OPE					PROTO	35140	AUTORIZAÇ 7378648 CNPJ	62.746			30:50)
DESTINATÁRIO)/REME												021110				-
CONSELHO		OI 4	DA PROOF A	MINI	CIDAL	DD.C	VEEC (on.	1400			/CPF	0001.05		DATA D		
ENDEREÇO	DE ESC	OLA	DA ESCOLA	MUN	ICIPAL	PRC	PES		O/DISTR		18.	908.867/	ICEP		21/11 DATA D		
R DA COLON	IA , 37	0 -							AGUA				13.40	1-340			
MUNICIPIO								UF	FONE/	FAX		NSCRIÇÃO E	STADUAL		HORA D	A SAID	`
PIRACICABA FATURA / DUP		_		_				SP				SENTO				-	
029941/01/01 CÁLCULO DO	Vencimento 21/11/201 IMPOST	0	Valor 289,60	Númer					(Yalor		1 Mi		Vencim		. Valor		
BASE DE CALCULO I	0.00	VAI	LOR DO ICMS	0.00	BASE DE	CALC	ULO DO	0,00	T. 1	VALOR D	O ICMS S		V.	ALOR TOT	AL DOS PE		
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR	DO SEGURO 0,00	DESC	ONTO	0	,00		S DESP. A		(AS V	O,00	L DO IP		OR TOTA	L DA N	9,60 37A 39,60
		LUM	ES TRANSPORT														
NOME / RAZAO SOCI	AL			0-Emus	POR CONTA	, L	0	CODIG	TIVA		P	LACA VEICU	LO UF	CNP3/	CPF		
ENDEREÇO				9-Sem F	role	ᅷ	MUNIC	IPIO					UF	INSCRI	CAO ESTA	DUAL	
									2010								
QUANTIDADE 0	ESPEC	IE .		MARC	^				NUMER	10	Pi	SO BRUTO	0,000		LIQUIDO	0	,000
INSCRIÇÃO MUNICIA			VALOR TOTAL DO	e e e e e e e e e e e e e e e e e e e	^*	_	This	r pr c	LCULOD	0111011		- 1	ALOR DO IS	CON			_
INSCRIÇÃO MUNICI	AL.			00	03		BAS	EDECA	0.00			Ι,	ALOR DO IS	0.00			
DADOS DOS PR	ODUTOS	/SER					_										_
CODIGO PRODUTO	DES	CRIÇÃO	DO PRODUTO / SER	viço	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUAT	TV	VALOR	VALOR TOTAL	B.CALC ICMS	VALOR	VALOR	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
37.01.002	PORTEIN RDC Total apro FONTE:	x dos tri	RONICO F8NTL-AZ01 butos deste item: 46,85 (BRANCO 36,55%)	85171810	060	5405	PC		1,0000	128,20	£128,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0
37.03.001	FECHAD	URA C-1	00 DUPLA CINZA HDL butos deste item: 47,56 (83014000	060	5405	PC		1,0000	139,40	139,40	0,00	0,00	0,00	0,00	٥
82.04.026	X 0,19MP	d) ix.dos tri	SCOTCH 33+ 3M (14N butos deste item. 8,52 (3		39191000	060	5405	PC	13	2,0000	11,00	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
DADOS ADICIO INFORMAÇOES COMI IMPOSTO RECOL·INIO CONFORME ARTIGO: CHEQUE N 850001 VAL APROX DOS TRIL	PLEMENTA O POR SUBS 274 COMBIN	TITUIC.	OM ARTIGO 313	V	kaba, 2 vocus derios M	late	rinis	Elétr	icos Li	da	٠ ٠	isco					

	Valerios Material	
DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		RESERVADO AO FISCO
IMPOSTO RECOLHIDO POR SUBSTITUICAO TRIBUTARIA CONFORME ARTIGO 274 COMBINADO COM ARTIGO 313		
CHEQUE N 850003 VAL APROX DOS TRIBUTOS R\$102,93 (35,54%) FONTE: IBPT	Pago com Verba	
	FNDF/PDDE	



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Ata da Reunião

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.020, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1°., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO do Conselho de Escola da Escola Municipal Professor Taufic Dumit - C.N.P.J. 04.389.109/0001-13, conforme segue: Uma serra Tico Tico, marca: Tork, modelo: SK333, 480 Wats, 110 Volts, no valor de R\$ 210,00 (Duzentos e Dez Reais); Uma caixa de som multiuso, marca: Frahm, modelo: MF 400, com entrada USB e função: Bluetooth, no valor de R\$ 627,00 (Seiscentos e Vinte e Sete Reais); Um microfone, marca: LYCO, sem fio, cabeça/lapela, UH01HLI, no valor de R\$ 383,00 (Trezentos e Oitenta e Três Reais); Um climatizador evaporativo, marca|: Ecobrisa, modelo EB-80, no valor de R\$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais), totalizando R\$ 4.820,00 (Quatro Mil, Oitocentos e Vinte Reais), tendo como destino: a Escola Municipal Professor Taufic Dumit - Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Eduardo Messias de Souza Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva Membro

Vun Ivan José Zotelli Membro

Cintia Carla Namizak Padoan Membro Secretário



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 14 de dezembro de 2.015.

I – <u>Das Especificações</u> e <u>Valores</u>

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor R\$
01	Cons. EM Prof. Taufic Dumit.	Serra.	01	210,00
02	Cons. EM Prof. Taufic Dumit.	Caixa de som.	01	627,00
03	Cons. EM Prof. Taufic Dumit.	Microfone.	01	383,00
04	Cons. EM Prof. Taufic Dumit.	Climatizador.	01	3.600,00

II – <u>Do Uso e Destino</u>

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Professor Taufic Dumit - Secretaria Municipal de Educação

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados <u>são os atribuídos por esta</u> Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes

Eduardo Messias de S Presidente

Vius Ivan José Zotelli Membro

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima

Piracicaba, ___ de ___

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO

N.º ORD.	DESCRIÇÃO DO BEM	OTDE.		FISCAL		OR (R\$)
N. OKD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QIDE.	N.º	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	SERRA TICO TICO SK333 480W 110V	01	22.239	31/03/2014	R\$ 219,00	R\$ 210,00
02	CAIXA DE SOM MULTIUSO FRAHM MF 400 USB/BLUETOOTH	01	000.130	24/05/2014	R\$ 627,00	R\$ 627,00
03	MICROFONE LYCO SIFIO CABEÇA/LAPELA UH01HLI	01	009.130	24/05/2014	R\$ 383,00	R\$ 383,00
04	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO ECOBRISA MODELO EB-80	01	001.875	29/10/2014	R\$ 3.600,00	R\$ 3,600,00
TOTAIS:					R\$ 4.820,00	R\$ 4.820,00
Pirac	icaba, 31 de dezembro de 2014.	ete Aparecida Pereir	a	. 1.10	2 murios	£
Thue		o(a) Responsável pe	la UEv	Assinatu	ra do(a) Respons	vel nela LIEv

	TELE	PAULISTA IRACICABA IFONE: (19) 3 CEP: 13.401-4 ss@paulitlatas	- SP 437-3727 80	N N	OTA FISCAL -ENTRADA -SAÍDA P. 22 ERIE 1	2.239	1 (8	CONSUL www.nfe.fr	0347 8413 9000 FA DE AUTENTIO Izenda.gov.br/po	0510 5500 IDADE NO	1000 0222 3910 PORTAL NACE	ONAL DA NF-	
VENDA MERC DISCRICTO ESTABUAL	. SOB SUE	3.	loses	ESTABUAL DO	SURST. TREE		13	514019	6984549	31/03	/2014 1	2:47:21	
5353347171	10								17.841.39	0/000	5-10		
ESTINATÁRIO/REMETEN HOME/RAZÃO SOCIAL E.M. PROF T		1IT 5002	6152				візтвіто	_	389.109/0	_	I3	31/03/20	014
RUA MACAT	UBA, S/Nº		10 34	256064		PQ N	INSCRIÇ	SRA DA AO ESTABUAL NTO	S 13.	408-1	94	RA DA SAÍDA	_
ATURA / BIPLICATA Número 022239/A	0x. Vencimento 31/03/2014	210,00	1	Nimero	-	rendimento		Valor	Número	T	Dt. Vencimento	Valor	=
ALCULO DO IMPOSTO NASE DE CALCULO DO ICM	0.00 VALOR E	IO ICMS	0,00	BASE DE CÁI	CULO DO ICI	HS SUBSTIT	O,OO V	ALOR DO ICMS	SUBSTITUTÇÃO	0.00	VALOR TOTAL	210.	.00
O,OO	VALOR DO SEGUR	0,00	SCONTO	0,0		DESPESAS	O,OO	VALOR DO	PI .	0,00	VALOR TOTAL D		
HOME / RAZÃO SOCIAL	ES TRANSPORTADOS				0 - Em		co	D. ANTT PI	ACA	UF CM	ur Tosco		
XDERECO												ÇÃO ESTABUAL	
HANTIBADE	ESPÉCIE		MARCA		NUMER	iclo		PESO BR		.00	PESO LIQUE	° 0.	,00
OCOIOO DESCRIÇÃO				NCMSH	CST CPC	e LIND.	QUANT.	VALORUM			es IVALORIONE		임炡
	Atesto que foi entr	Apresenta	VOLI	ecumento.	060 54		AGO CC	<u>)a</u>	DRIG!	GO	w		0
ALCULO DO ISSON DISCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL D	OS SERVIÇOS		0,00	BASE DE	chenoso	ISSQN	6,60	VALOR DO	ISSQM		0,0
PADOS APRITIONAIS PROPARAÇÕES COMPLEME Vendedor: 012 - HE Vendedor: 01000 - NAO ACEITAMOS DEVO F/ SUPCRIAR O RISC REGULAMENTO EN VIO ENDERECO DE ENTREG	LIO L. JUNIOR - MORC. Pag: A VIS LUCAD DE TINTA D NORMAL DE CAR	ta. De Haquina. Regamento, I	ESCARREG.,	TRANSBORD	D E TRANS	P. CONFO	6002	LADOS	VARIO AO FISCO				

									N	• 000.000	.130		
DATA DE RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E AS	SDIATURA DO RECE	ALDOX					s	ĖRIE: 1			_
SCHOBA SEI	RGIO F	ERNANDES T ME	TEIXEIR	A Do	umento	NFE Auxiliar d Eletrônica		CHAYE DE A					
		ORAES, 583 - LJ 08 - 400310 - Fone/Fax: 1		N	000.0 RIE:	00.130 1 1a 1 de 1		Consulta NF-e wo da Sefaz	13 0355 4600 a de autenti ww.nfe.faze Autorizad	cidade ne nda.gov. ora	o portal nac	ional d	la
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA								PROTOCOLOT	1351403193	DE USO 63953 - 24	/05/2014 11:0	4	
DHICHICÁG ESTADUAL 535251830116		Di	SCRIÇÃO ESTADUA	L DO SUBS	T. TRUB.	13.035	.546/	0001-20					
DESTINATÁRIO/RE								Consc			T DATA DA EM		_
CONSELHO D	E ESCOL.	A DA E.M.E.F. PI	ROF TAUF					04.3	89.109/00	01-13	24/05/2	014	
ENDERICO RUA MACATU	BA, S/N			PQ		DAS GR			13408-1	94	DATA DE ENT	KADAGAI	DA
мимсию Piracicaba				193	WAX 142560	64	u	SP ISET	CADESTADUAL NTO		HORA DE ENT	RADASAL	DA
FATURA													
PAGAMENTO	À VISTA												
CÁLCULO DO IMPO		VALOR DO ICMS	7		CULO DO 1		7	LOR DO ICHS S			LOR TOTAL DOS		_
	0,00		0,00			0,0	00			00,0		1.010	0,0
VALOR DO FRETE	O VALOR DO	0,00	0,0	OUTR	AS DESPESA	S ACESSÓRIAS	0,00	VALOR DO I	**	0,00	LOR TOTAL DA	1.01	0,0
TRANSPORTADOR/	VOLUMES T	RANSPORTADOS											_
RAZÃO SOCIAL			1- Destinatári			TIVA COICE		PLACA DO	vulcuu	UF CN	PACH		
EMBERGO				MUNI	ctro			_		UF DVS	CRIÇÃO ESTADU	AL	_
DUANTIDADE	ESPÉCIE		MARCA			NUMERA	:10		PESO BRUTO		PESO LIQUI	00	_
DADOS DO PRODUT	OSERVIÇO				_				-		-	_	_
cónico		O PRODUTO/SERVIÇO		сят сто	_	_	VLR UNT	_		VLR ICM	S VLR. PH	ALÍQ. ICMS	샙
USB/BL Total and	UETOOTH	IO FRAIDM MP400 atos federais, estaduais e FIO CABECA/LAPELA		1400 540		1,0000	627,00				197		
Total approximately	,i	PIO CABEÇA/LAPELA atos federais, estaduais e	85181090 2	1400 540	s rc	1,0000	383,0	- C.C	N				
					C	ONF	EK	Olygn	14				
A	foi er	ue o produto tregue/prest	ado.			0.	112	wif	59n 14				
8	يري.	105 1 2 Carlo natura por exte	<u></u>				پي	PAGO	COM RE FNDE/P	CURSO	OS DO		
CÁLCULO DO ISSQU	4												
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 520365		VALOR TOTAL DOS S	IRVIÇOS		BASE DE	ALCULODO	SSQN		VALOR	DO ESSON			
DADOS ADICIONAIS					_								_
ENFORMAÇÕES COMPLEME	NTARES	LES NACIONAL, NAO	GERA CRESTS	o DE	RESERVA	DO AO FISCO							_
IPI E ICMS		tos federais, esta											
torer shroximade	ne cripn	cos rederals, est	adnaya e uni	rorba	I								

		E CLIMATIZADORES LTDA					NOTA FI	SCAL ENDICA	DA AO LAE	×			N* 000	.001.	KF-4 875
D ATA DF RFCF8	IMPNTO	IOPNT	Trocação P A	SSINATURA DO F	UCVINI	DOR							SÉRIE	: 1	
			~~~~				DA	NFE			ROLE DO F		-	mer	* 1500 C. COLO
GAIFO DA		DW COME IATIZADO			Œ	0 - E	mento	Auxiliar of Eletrônic							
RUA AG	ENOR MED 170153	RA, 13-62 CEN 101 - Fone/Fax: 14	NTRO, Ba 132279320	uru, SP - C	EP:	N° SÉ	000.00 RIE:	01.875 1 1a 1 de :		Co	nsulta e	ie auter	ticidad zenda.	de no	portal nacional da br/portal ou no site
VENDA	PERAÇÃO									PROT	COLU DE	AUTORIZAÇ 13514068	1943456	0 - 29/	10/2014 11:29
20939995			T	NSCRIÇÃO ESTA	DUAL DE	o suest.	TRIR.	O9 12	9.176/	000	-12				
	RIO/REMET	ENTE			_			02.112	,,,,,,,,	000					
CONSEL	HO DE ES	COLA DA E.I	M.E.F. P	ROF TAI	JFIC	DUN	4IT				04.38	9.109/0	001-1	3	29/10/2014
ENDERGCO	TUBA, S/I					PAIRRO	DISTRITO	RA DAS	GPA	CAS		13405		_	DATA DE ENTRADA-SAÎDA
MUNICIPIO					$\neg$	FONCE	AX		Tu	,	DISCRICK	O ESTADU			HORA DE ENTRADASAÍDA
Piracicaba FATURA					_	1934	2560	04		SP	ISEN	10		_	
OUTROS					-	-	-	-		_			_	_	
CÁLCULO D	O IMPOSTO					_	_			_			_	_	
BASE DE CÁLCU		0,00 VALOR DO IC		0,00	BASF	OF CÁLC	ULO DO K		.00 ["	LOR D	ICMS ST		0,00	L	3.600,0
VALOR DO FRET	0.00	ALOR DO SEGURO	00 00300		.00	OUTRAS	DESPESA	S ACYSSÓRIA	0.00	VAI	OR DO IM		0.00	YA.	3.600,0
TRANSPORT	ADOR/VOLU	MES TRANSPORT	rados							_				_	
DW COM	ERCIO D	E CLIMATIZA	DORES	0 - Emiten			co	OCCO ANTT		Tr.	ACA DO VE	icuro	UF		.129.176/0001-12
FNUFFEO		IRA 13-62				Bau							SP.	INSC	9399956113
QUANTIDADE		MCIE		MARCA	_	Dau		NUMBA	cio			PESO BAU		120	9599930113
DADOS DO P	RODUTO/SE	RVIÇO			-	_	_		_	-	_		-	_	
совно	DES	TUÇÃO DO PRODUTO SEI		HCM/SII	CST	CFOP	nido",	QTD.	VLR. UNI	T. VI	R TOTAL	BCKM	s VU	LICKS	VIR.IM ALIQ. AL
007	CLIMATIZAD MODELO EB-I Total aproxima	OR EVAPORATIVO EC 80 de de tributes federais, es 188	OBRISA .	84796000	0500	5405	rc	1,0000	3,600,00	000	3.600,00	-	205	E	RE COM
		60											84, 50	-	
	emunicipals: 947	.88			_							-6	00	)/3	14
	[municipals: 947	,88			_	•							000	1.1	2 119
	[municipals: 947	,13				- 71	acto	que o	proc	lute	ser	lço-	78 0 C	1l. 1l.	2119
						Ab	fai	que o	111e/D	res	(MUO.		78 0 C	l. l.	2119
				To To		Ab	fai	antrec	111e/D	res	(MUO.		7.8 O C		2 19
		ou peculi	sos do	7		At	foi	entreg	ue/p	L.s	(MUO.		7.8 0 C	71C	2 14
			sos do			At	foi 	entres QUI	10 1. 1	L	2014		7.3 0 C	71C	12119
	PAGO	ou peculi	sos do			Ata	foi 	entreg	10 1. 1	L	2014		18	l. l.	12 119
CÁLCULO D	PAGO O	COM RECUR	sos do	_		1111	foi	entres QUI	lo L f	L	2014	ver	73 0 C		2119
CÁLCULO B Inscheção Jean 504564	PAGO O	COM RECUR	sos do	_		1111	foi	entres and / ssinatu	lo L f	L	2014	ver	73 0 C		2114
CÁLCULO D DISCREÇÃO MEN 504564 DABOS ADIG	PAGO O SSSQN KEPAL CTONAIS	COM RECUR FNDEIPDDE	SOS DO	SERVIÇOS	PLES		foi MASE DE C	entres and / ssinatu	lo L f	L	2014	ver	7.8 0 C		Led 14
CÁLCULO D DISCIBIÇÃO MEN 504564 DADOS ADUE DIFORMAÇOSE (1- DOCUME) ", 111- ", OR DE 85 C	PAGO O ISSON KEPAL CIONAIS OUTLINITARI TO ENTITO I- "NAO GEI PERNITE O J	COM RECUR FNDEIPDDE	R TOTAL DOS	SERVIÇOS  E PELO SIM ISCAL DE I	SS E	NAC IPI VAL	foi MASE DE C	entreg ac / ssinatu	lo L f	L	2014	ver	0 6		Land Manne
CÁLCULO D DISCREÇÃO MIN 504564 DADOS ADIO 1 DOCUMEN 1 TOMAL", 11 -, 111- "1 OR DE 85 CT. 23 DA 1 "ORADETAS	PAGO OISSON KEPAL CIONAIS OMPLISHMAN FOR EMITTIO L'"NA GEI PEPAITE O J OORRESPOND C 123" C 123"	COM RECUR. FNDEIPDDE  VALO  D POR HE OU EPI AN DIREITO A CE ENTREVENTE A ALIQUOTA	RIOTAL DOS	SERVICOS  S PELO SIMISCAL DE I  TO DE ICM  NOS TERM	S NO OS DO	NAC IPI VAL AR	foi MASE DE C	entreg ac / ssinatu	lo L f	L	2014	ver	000		Land Administration



#### Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

#### Ata da Reunião

Ata da Reuniao

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.020, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO do Conselho de Escola da Escola Municipal Thales Castanho de Andrade - C.N.P.J. 03.185.383/0001-08, conforme segue: Uma fragmentadora de papel marca: Menno, modelo: 6315A, capacidade de até 15 folhas, no valor de R\$ 398,00 (Trezentos e Noventa e Oito Reais); Um microfone, marca: Le-Son, modelo: SM58, no valor de R\$ 160,00 (Cento e Sessenta Reais), totalizando R\$ 558,00 (Quinhentos e Cinquenta e Oito Reais), tendo como destino: a Escola Municipal Thales Castanho de Andrade - Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móvei



Antonio Sérgio Corrêa da Silva Membro

Ivan José Zotelli Membro

Cintia Carla Namizaki Radoan Membro Secretario



#### Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 14 de dezembro de 2.015.

I – <u>Das Especificações e Valores</u>

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor R\$
01	Cons. da EM Thales Castanho de Andrade.	Fragmentadora.	01	398,00
02	Cons. da EM Thales Castanho de Andrade.	Microfone.	01	160,00

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Thales Castanho de Andrade - Secretaria Municipal de Educação

III - Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados <u>são os atribuídos por esta</u> Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal. A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanente

9

Corrêa da Silva Membro

Viun Ivan José Zotelli Membro

Cintia Carla Namazaki Padoan Membro Secretário

Piracicaba, __ de __

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito Municipal

Pelo presente instrumento nito) CONSELHO DE ESCOLA DI ESCOLA MONICUPAL PROF. THALES CASTANHO DE ANDRADE, da ESCOLA
CICIPAL PROF. THALES CASTANHO DE ANDRADE fin. en composituate com à régistique agricoret ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e
in aurmas perineuria à muséria, a dougha shit) banquò, conforme discriminabile) abatta, nalquiribel) ou produtable) com recursa da referible Programa.
PERETITIAL DO MONICIPIO DE PRINCICAL para que assegiar junto abola (pie in escreparable) ou sequiminino público el estimabel) à escale deliminabile altra deliminabile publica.

	DESCRIÇÃO I	o pm r	QTDE.	NOTA I	FISCAL	VALO	R (R\$)
N.* ORD.	DESCRIÇÃO	O BEW	QIDE.	N.*	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	FRAGMENTADOR	A DE PAPEL -	01 ~	018.376	22/10/2014	398,00	398,00
02	MICROFONE C	COM FIO	01	635 -	24/10/2014	160,00	160,00
TOTAIS:						558,00	558,00
	15 DE DEZEMBRO DE 2014 Local e Data	ROSANA APARECI Nome do(a) F	DA BOSCOLO GO tesponsável pela		Assinatura o	lo(a) Responsávo	l pela UEx

	DAO CON	OTS	UCIANE JA SUBO - ME	A, Piracicaba.	0 · E 1 · S N°	Fiscal Entrada laida 000.01	Luxiliar da Eletrônica 1 8.376	Ñota	3514 1008	1138 7496	0167.5	500 100	90 0123 7610 sortal nacio		
		13400053 - F	one/Fax: 19330116	512		RIE: 1 Págin:	a I de I		MF-e ww da Sefaz	v.nfe.faz Votorizad	enda.y lora	nd, m	portal ou		
VENDAS		ADO						1"					/2014 13:24		
535389229			INV.	sockrestwaw.	orver,	TREE	08.113.	874/00	01-67						_
DESTINATÁR		TENTE					00.113.	07-1100	01-07						
E.M PROF	134.		NHO DE AND	RADE						5.383/0	001-0	8	22/10/20	14	
RUA LUIZ	Z PEREI	RA LEITE	. 02351 -			DRIEN	TE			13426-	42		22/10/20		
Piracicaba					342/	AX 66832		'sı	ISEN	TO TO		$\neg$	174.615th	APLAN	
FATURA					13420	70032		1 3	Tistik	-					
	NTO À	VISTA / N	um.: 18376. / V	Orig.: 398.	.00 / V	Lio.:	398.00								
CÁLCULO DO															_
BAS IN CARCITO			JACES PICHE	0,00	EDECAL	*******	0.0		RINGSISSI		0.00	VALUE	CHIALIPA	398	
VALUE DESPRESS		VALUE IN SHIP		0	CHIRA	LEOPI NAS	ALFNERIAS	1	VACCEDER			5.404	SERVICE PROPERTY	414	-
	0.00		0,00	0,00				0.00			0.00			398	.00
RANSPORTA	ADORVO	LUMES TRAS	SPORTADOS	FIGUR OWLA		Los	DRAUANTI		PER MATERIA	41.11	٠.	100	+5		
				0 - Emitente											
					T										
NH IS CO					A9 NR	891					17	(3. w. fr)	K WHISH WAY		
O MINOR	1	LATIX B		MARCA	M NC	E41	NAMEAU	V.,		Ranka		23. W. Br	Navige to		_
A MIROS				MARCA	A9 NR	E41	NAMES.	v.		National		(5.9), (6)	1153		
A MIROS	RODUTOS			MARCA NEMAH C	_			An Par	YEE PHAI	18. K+12	_	(3.40, fr)	1153		A. 27
DADOS DO PI	RODUTOS	SERVICO			si cine	17010			VIE INA	BCR48	_		H Selection to		327
DADOS DO PI	RODUTO/S FRAGMENT	SERVICO	RETURNITY OF THE PROPERTY OF T	NCM/NI C 84729099 01	SI CT-19	(190) UN	QED V	AR PAIR	SVR.	IR RAIN	VIA.		H Selection to		3.27
BADOS BO PI COMPONICADO I 17292 COMPINUAÇÃO I VIS NO VALO	FRAGMENT OF RES	ERVICO FRANCISTORIO FRANCISTORI	CO ISF MENNO HES  SPRESTONDENTE A  SOLUTION	NCM/NI C 84729099 01	SI CT-19	(190) UN	QED V	AR PAIR	SVR.	(F. 123/2	Pago	con	H Selection to	os d	0
BABOS BO PI CHARAT 17292 CONTINUAÇÃO: US NO VALOS OL OL CASSIALO	FRAGMENT OF DE RE	ERVICO FRENCISIONE FADORA 6115A 11.58; O	CO ISF MENNO HES  SPRESTONDENTE A  SOLUTION	NCM/NI C 84729099 01	SI CT-19	(190) UN	QED V	AR PAIR	SVR.	(F. 123/2	Pago	con	VIR M	os d	0
DABOS DO PI OCAMA 17207 COMPINIMENO - IL OL' & CASSIALO P.G. I CALCULO DE	FRAGMENT FRA	ERVICO FRANCISTORIO FRANCISTORI	SPILLANDONO CO ISF MENNO RES ORRESPONDENTE A S OL. A. S S - ME	NCMAH C 84720090 01 ALIQUOTA DE	SI C149 01 5102	UN UN	Lecco	TRA DO	SVR.	R R 12 1/2	Pago	com	VIR M	os d	0
BABOS BO P. COMMINICANO II US NO VALO CASSINIO P.G. I	FRAGMENT FRA	ERVICO FRENCISIONE FADORA 6115A 11.58; O	CO ISF MENNO HES  SPRESTONDENTE A  SOLUTION	NCMAH C 84720090 01 ALIQUOTA DE	SI C149 01 5102	UN UN	QED V	TRA DO	SVR.	R R 12 1/2	Pago	com	VIR M	os d	0

Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município

	EA ARAUG	ICA )			Nota	Fiscal I	Auxiller de Eletrônica	.	Controle	i i i						ě
ELETRONICA ARAUX Rus MORAES BARRO: 13419-240 - Piraciosba	O DE PIRACICABA LTDI S. 1228 - ALTO 9	A -ME - EL	ETRONICA ARAU	1.	Saida: 1 Entrada Nº 000. Sária 0 Folha 1	0 0 000.631	. 1			Acesso 053 4419 Consul						
Natureza de Operação Venda a vista	•				Poina 1	<u></u>		+	Protocolo	de Autorizaç 67119729	ão .			ofaz au	tonzed	lore
Inscrição Estadual 535097273113			Inscrição Estadus	Sub. Tri	outéria	_			CNPJ 53.441.	986/0001	-00			_		
Destinatário / R Nome/Razão Social Conselho da E. M	temetente I. Prof Thales Cast	anho de	Andrade					_			NPJICPF 3.185.38	3/0001-0	8 7	Deta	50 Emis 24/1	10/2014
Endereço Rua Luiz Pereira	Leite 2351						Jd. 0		nte			13426-	142			10/2014
Município Piracicaba		6051011152	757 E 1070-00-	Fone 19 3	426 68	32	SP		ISE	NTO	M .	-	1000	Hora :	Salda/E O	9:26:00
Valor do Frete 0,00	0,00 Valor do Seguro	0,00 Desconto	0,00	MS Subs. O,Oi L Desp. A	Fresh	o por Co	or do IPI	0,00	00 Valo	prox. dos Trit r Deson, no Bruto	0,00	Valor Total	al dos Prod al da Nota I UF CNPJ vição Estad	CPF		205,00
Dados dos Pro			NOME	Car	oron		Quantidas	т.	ar, Unitario	Vir. Total	BC Icms	Virians	VV PI	Aliq	Aliq	Vir Aprox
877 Microfone Le-Si 2057 Cabo para micro 1014 Cabo P2 / 2RCs	on SMS8 clane 10m	Kart	(8518) (8518) (85146)	0202 00 0202	5405 5405 5405	UN; UN UN	1,00 1,00	000	100,0000 40,0000 5,0000	160,00 40,00 5,00	p com	0,00 0,00 0,00	os do	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	13,3
			LES NACIONA				Informaç	des /	Adicionals	ao Fisco				_		

#### Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

#### Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Ata da Reunião

Aos quatorze días do mês de dezembro de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.020, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1°., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de material permanente ora RECEBIDO EM DOAÇÃO do Conselho de de material permanente ora RECEBIDO EM DOAÇAO do Conselho de Escola da Escola Municipal Professora Vera Lucia Sabino do Prado - C.N.P.J. 19.254.881/0001-03, conforme segue: Uma impressora, marca: Epson, Multifuncional, tanque de tinta, L355 Wifi, no valor de R\$ 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais), tendo como destino: a Escola Municipal Professora Vera Lucia Sabino do Prado - Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móve



Vien









Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

#### Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 14 de dezembro de 2.015.

I - Das Especificações e Valores

Item		Especificação do Material	Qtde	Valor R\$
	Cons. da EM Prof. Vera Lucia Sabino do Prado.	Impressora.	01	750,00

## II – <u>Do Uso e Destino</u>

O bem acima especificado será de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Professora Vera Lucia Sabino do Prado - Secretaria Municipal de Educação

III - Do Parecer O valor ora avaliado do bem acima especificados <u>é o atribuído por esta</u> Comissão, conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bepara a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanente





Num Fote

Eu Gabriel Ferrato dos Santos. Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima

de 2.015 Piracicaba. de

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito Municipa

TERMO DE DOAÇÃO selho de Escola da Escola Municipal Professora Vera Lucia Sabino do Prado, da Escola Municipal Professora Ve Escola Municipal Professora Pera Lucia Sabino do Prado, e Sume de 132 ável ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e dem sia, em conformidad com a legislação aplicavã ao Programa Dinheiro Direta na Escola (PDDB) e demáis normas pertinentes à materia, a doa Nome destruitados de entre de entre destruitados de entre de e

MAGNE		preceioto	DO DEM	OTDE.	NOTA		VALO	
N.º ORD.		DESCRIÇÃO		1.2	N.º	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	01 Impressora Epson Multifuncional Tanque de tinta L355 W		FI 01	1846385	13/11/14	R\$ 750,00	R\$ 750,00	
TOTAIS:						-	R\$ 750,00	R\$ 750,00
				ista de Oliveira		Marta	B. on Olin	ina
	Piracicaba, 30	de janeiro de 2015	Presidente do	Conselho de Es	cola	Assinatur	a do(a) Responsá	vel pela UEx
18/18E	gregogos		1.131 %.5.	The state of				
Park Street	ADO -SP75 SA		JOANA LEITE	1.846.385	3514	1156 6479 60	00 0100 5502 000	8463 8515 8410 0
	SP SP/S SA	13.329-903	19 2106-8000	20 1			eld and	v mener
	TSTA		. 1	1 1		PROTOCOLO OL A 13514072151539	TENTICAÇÃO DE USO 11/11/2014 23:54:25	
The section is the second	600.003.886.112				. 1	56.642.960/000	1-00	
	NS DE ESC DA	ESC N P VERA L S D	P	19.254.881/0	001-03			13-11
. v	TORIA REGIA	655	Ital	PQ DOS EUCAL	PT			1.64.7
	IRACICABA .				SP	13.400	-005	b
		Consul II all	1					750,0
ndo ware will be	and other section				!			750,0
			100000	- 01	E		l	118 %
minum in ses		Company of the	11.136.134.1	help T.	. 1411	25 1. 3.	S. L.	LACHERTE
018.38.000 EN	PR EPSON MAT TAN	Wall Assessment of the Control of th	46 3.47		750,00	750,00		
		Recebemos			- 1	PA	GO COM RECU	RSOS DE
-		minimi Ance				_	NOCIPUL	15
de introp	A	isinatura por extenso		int in	l	j		L. J. L.
8,107,18,27	L.997 1 1	8,107,38,274,593	W # 15	9,107,61,022.	-	CM TO STATE OF	Atesto qu	e o produto/sen stregue/prestado
1	750,60	750,00	A FARTICIO	0.00			fol er	11 14
O DE ENTREGA DOS	1	h					7.0	win Miss
TO RECOUNTED POR	ST NOS TENHOS DO	ANTIGO 313 GO RECHE VR A	PROX TRIBUT 263,78(35,12%)FONTE 1PR: 0.43490/005F:45080/02PG:7 V.TUCURARE,720 BARUERE-SP SER:2	27/0042, PRO0:5838	000 EPS		700	atura por extenso

DECRETO Nº 16 516 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 Substitui membros do Conselho Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 5.684/06 e suas alterações, nomeado pelo Decreto nº 15.880/14.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada Eliane Priscila Benatto, suplente, em substituição a Regina Aparecida Costa, que passa a qualidade de titular, em substituição a Genésio Aparecido da Silva, representantes do Conselho Coordenador das Entidades Civis de Piracicaba, para compor o Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. Aplicam-se ao presente Decreto as demais disposições constantes do Decreto nº 15.880, de 24 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 29 de dezembro de 2015.

**GABRIEL FERRATO DOS SANTOS** Prefeito Municipal

ÂNGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA Secretária Municipal de Educação

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.517, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015. Nomeia José Rivadávia Salvador como ordenador de despesas da Secretaria Municipal Esportes, Lazer e Atividades Motoras

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado JOSÉ RIVADÁVIA SALVADOR, como ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 30 de dezembro de 2015.

**GABRIEL FERRATO DOS SANTOS** Prefeito Municipal

MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

LEI Nº 8.369, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015. Dispõe sobre denominação de via pública do loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município,

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS. Prefeito do Município de Piracicaba. Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições.

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

#### LEI Nº 8369

Art. 1º Fica denominada de "Luís Otávio de Paula", Cidadão Prestante, a Rua 8 (oito), do loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas. neste Município

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 16 de dezembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador José Antonio Fernandes Paiva

LEI Nº 8.370. DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015. Dispõe sobre denominação de via pública do loteamento Residencial Vitória

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições.

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LELNº 8370

Art. 1º Fica denominada de "Jurandyr Roque Custodio", Cidadão Prestante, a Rua 15 (quinze), do loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 16 de dezembro de 2015.

**GABRIEL FERRATO DOS SANTOS** Prefeito Municipal

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador Dirceu Alves da Silva.

LEI Nº 8.371, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015. Dispõe sobre denominação de via pública no loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI Nº 8371

Art. 1º Fica denominada de "Claudenis Rombaldo", Cidadã Prestante, a Rua 16 (dezesseis), do loteamento Residencial Vitória Régia, no Bairro Ondinhas, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 16 de dezembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador Dirceu Alves da Silva

LEI Nº 8.372, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015. Dispõe sobre denominação de via pública no loteamento Vem Viver Piracicaba II. no Bairro Vila Sônia, neste Município.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI Nº 8372

Art. 1º Fica denominada de "Jovelino Furlan". Cidadão Prestante, a Rua 05 (cinco), do loteamento Vem Viver Piracicaba II, no Bairro Vila Sônia neste Município.

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 16 de dezembro de 2015

**GABRIEL FERRATO DOS SANTOS** Prefeito Municipal

MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador Matheus Antonio Erler



#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Concorrência Nº 13/2015

Objeto: execução de obras de infraestrutura e sinalização viária para implementação de faixa preferencial de ônibus na Av Alberto Vollet Sachs, Piracicamirim, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos

Homologo o procedimento licitatório acima descrito, conforme o parecer da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, ficando o objeto licitado ADJUDICADO a favor do(s) seguinte(s) participante(s): EMPRESA: PROJECON PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL PIRACI-**CABALTDA** 

Piracicaba, 29 de dezembro de 2015.

Gabriel Ferrato dos Santos

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Pregão Presencial nº 233/2015

Objeto: fornecimento mensal de aproximadamente 8.800 (oito mil e oitocentas) cestas básicas de alimentos, limpeza e higiene pessoal, a serem distribuídas aos servidores públicos municipais de Piracicaba (ativos, inativos e pensionistas), durante o exercício de 2016.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDI-CAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

NUTRICESTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Piracicaba, 29 de dezembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2015

Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação predial e copa, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos em unidades desta Prefeitura Municipal

A Pregoeira comunica que após disputa, análise da documentação apresentada, Parecer da Unidade Requisitante e Secretaria de Finanças no presente certame tendo como participantes as empresas CONSTRUTURA ANDRADE E SOUZA LTDA EPP, GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA, SAMHI SANEAMENTO MÃO DE OBRA HIGIENIZAÇÃO LTDA, PERFECT CLEAN SERVIÇOS ESPECIALI-ZADOS EIRELI EPP, SKALA SOLUÇÃO EM SERVIÇOS EIRELI, ALTERNATIVA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO ÉM GERAL LTDA, ARCOLIMPSERVIÇOS GERAIS LTDA, RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, EMPRESA PAULISTA DE SANEAMENTO E SERVIÇOS GERAIS LTDA, JOB LINE-ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA, DEMAX SERVIÇOS E COMÉCIO LTDA, BRU SERV SERVIÇOS EIRELI – ME, HIGIENIX HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, ÚNICALIMPÉZAE SERVIÇOS LTDA, MARASILVIA PEŽINATO EPP, MAR-CAPLAN PROJETOS E CONSÚLTORIA EIRELI, QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA, SERVTEC SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA, SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, WORKS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, ALL BUSSINNESS SERV. DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDAME, deliberou por APROVAR e HABILITAR o objeto deste pregão à empresa JOB LINE - ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA.

Publique-se e aquarde-se o prazo recursal de 03 dias úteis

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Maíra Martins de Oliveira Pessini Pregoeira

#### COMUNICADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 170/2015

Aquisição de computadores

Após análise e parecer da Unidade Requisitante que considerou os preços do item inaceitável, por estar acima do estimado, fica FRACASADO o presente processo licitatório.

Publique-se.

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Patricia Romano Medeiros

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 272/2015 - Prorrogação com alteração

OBJETO: Fornecimento parcelado de materiais odontológicos, durante o exercício de 2016

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/01/2016, às 13h30.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PRECOS: 14/01/2016, às 14h.

O Edital completo poderá ser obtido na Divisão de Compras, sita a Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 1º andar, no horário de 08h30 às 16h30 ou pelo endereço eletrônico http:/www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br. Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Maíra Martins de Oliveira Pessini Divisão de Compras - Chefe

#### PROCESSO SELETIVO - EDITAL 002/2015

#### 3ª Retificação

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, torna pública a 3ª Retificação do EDITAL Nº 02/2015.

ANEXO III Cronograma

DATAS	PROCEDIMENTOS
31/12/2015	Publicação e divulgação do Resultado dos eventuais re- cursos contra os Gabaritos e Publicação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva, nos sites www.msconcursos.com.br e www.piracicaba.sp.gov.br
04/01/2016 e 05/01/2016	Período de recursos contra o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva

01

ANEXO III Cronograma

DATAS	PROCEDIMENTOS
05/01/2016	Publicação e divulgação do Resultado dos eventuais re- cursos contra os Gabaritos e Publicação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva, nos sites www.msconcursos.com.br e www.piracicaba.sp.gov.br
06/01/2016 e 07/01/2016	Período de recursos contra o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva

Piracicaba. 30 de dezembro de 2015

Comissão do Processo Seletivo

#### CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 010/2015

#### 1ª Retificação

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, torna pública a 1ª Retificação do FDITAL Nº 10/2015

ANEXO III Cronograma

DATAS	PROCEDIMENTOS
31/12/2015	Publicação e divulgação do Resultado dos eventuais re- cursos contra os Gabaritos e Publicação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva, nos sites www.msconcursos.com.br e www.piracicaba.sp.gov.br
04/01/2016 e 05/01/2016	Período de recursos contra o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva

Leia-se

ANEXO III Cronograma

DATAS	PROCEDIMENTOS
05/01/2016	Publicação e divulgação do Resultado dos eventuais re- cursos contra os Gabaritos e Publicação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva, nos sites www.msconcursos.com.br e www.piracicaba.sp.gov.br
06/01/2016 e 07/01/2016	Período de recursos contra o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Comissão de Concurso.

#### CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 011/2015

#### 1ª Retificação

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, torna pública a 1ª Retificação do EDITAL Nº 11/2015

Onde se lê

ANEXO III Cronograma

DATAS	PROCEDIMENTOS
31/12/2015	Publicação e divulgação do Resultado dos eventuais re- cursos contra os Gabaritos e Publicação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva, nos sites www.msconcursos.com.br e www.piracicaba.sp.gov.br
04/01/2016 e 05/01/2016	Período de recursos contra o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva

ANEXO III Cronograma

DATAS	PROCEDIMENTOS
05/01/2016	Publicação e divulgação do Resultado dos eventuais recursos contra os Gabaritos e Publicação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva, nos sites www.msconcursos.com.br e www.piracicaba.sp.gov.br
06/01/2016 e 07/01/2016	Período de recursos contra o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Discursiva

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Comissão de Concurso.

# SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### COMUNICADO

Comunicamos que foi HOMOLOGADO, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a decisão de aplicar à empresa J. J. ANTONIOLI & CIA LTDA., Rua José Castanheira Filho, nº 11 – Bairro Pq. Taquaral – Campinas - SP, CNPJ 46.055.497/0001-46, penalidade de advertência, pelo descumprimento do contrato referente ao Processo Administrativo nº 158.552/14 - Pregão Eletrônico 158/2014, em Segunda Instância, mantendo a decisão recorrida.

Em, 29 de dezembro de 2015.

#### TERMO DE ADVERTÊNCIA

Através do presente instrumento e com base no Parecer sob nº 1.058/2015 da Procuradoria Geral, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal. aplica-se a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa J. J. ANTO-NIOLL& CIALTDA.: CNPJ 46.055.497/0001-46, por descumprimento do contrato referente ao Processo Administrativo nº 158.552/2014 - Pregão Eletrônico nº 158/2014.

Em. 29 de dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 258/2015

Aquisição de computadores

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDI-CAÇÃO realizada pela PREGOEIRA a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) ITEM(S) SDL ELETRO ELETRONICA LTDA. EPP 01 e 02

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Angela M. C. Jorge Corrêa Secretária Municipal de Educação

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 273/2015

Aquisição de fármacos

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDI-CACÃO realizada pela PREGOEIRA a favor da(s) seguinte(s) empresa(s): ITEM

Crespim e Almeida Ltda EPP 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10

Piracicaba, 29 de dezembro de 2015.

Angela M. C. Jorge Corrêa Secretária Municipal de Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 279/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS fornecimento parcelado de relógio ponto

HOMOLOGO o procedimento licitátorio acima descrito, conforme ADJUDI-CAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s): EMPRESA(S) ITEM (S) Camptécnica Com. Relógios de Ponto Ltda 01 e 02

Piracicaba, 23 de dezembro de 2015.

Angela M. C. Jorge Corrêa Secretária Municipal de Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 287/2015

Obieto: Aquisição de veículos 0km.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme AD.II IDI-CACÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) sequinte(s) empresa(s): RENAULT DO BRASIL SA 01 e 02 **FRACASSADOS** 

> Piracicaba, 30 de dezembro de 2015. Angela Maria Cassavia Jorge Correa Secretária Municipal de Educação



# SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 237/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS – fornecimento parcelado de materiais de escritório

HOMOLOGO o procedimento licitátorio acima descrito, conforme ADJUDI-CAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) ITEM (S)

REAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA EIRELI.

MARCELO ADRIANO DA SILVA LIMEIRA ME. 02.

HOPEMIX SUPRIMENTOS E SERV. LTDA EPP. 03, 05 e 06.

TRAVAGIN & TRAVAGIN LTDA.

FRACASSADO. 07 e 08.

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015

04.

Pedro Antonio de Mello Secretário Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Piracicaba vem por meio deste, notificar a empresa Comercial Cirúrgica Bramed Ltda. de que foi aplicada pena de multa de 10% do valor do contrato proveniente de Processo Administrativo para apurar possível infração contratual, referente ao pregão eletrônico 85/14. Abre-se vistas ao processo e prazo de 05 dias úteis para recurso.

Piracicaba, 22 de dezembro de 2015.

Dr. Pedro Antônio de Mello Secretário Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Piracicaba vem por meio deste, notificar a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda. de que foi mantida a pena de advertência proveniente de Processo Administrativo para apurar possível infração contratual, referente ao pregão eletrônico 113/14.

Piracicaba, 29 de dezembro de 2015.

Dr. Pedro Antônio de Mello Secretário Municipal de Saúde

# SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Administração Financeira

Em atendimento a Lei Federal 9452 de 20 de março de 1997 informamos que os recursos recebidos da união , foram os seguintes:

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DATA VALOR RECEBIDO

DATA VALOR RECEBIDO 22/12/2015 6.079,60 29/12/2015 741.637,56

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - FPM

DATA VALOR RECEBIDO 30/12/2015 1.653.873,16

TRANSF.FINANC.DO ICMS-DESONERACAO-L.C.87/96

DATA VALOR RECEBIDO 30/12/2015 134.452,98

COTA PARTE IMP.S/PROPR. TERRIT. RURAL ITR

DATA VALOR RECEBIDO 30/12/2015 25.926.04

OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIÃO

FEX-AUX. FINANC. P/FOMENTO A EXPORTACOES

DATA VALOR RECEBIDO 30/12/2015 43.207,62

#### BALANCETE DA RECEITA - NOVEMBRO/2015

UNIDADE: Todos os valores (24) ADMINISTRACAO: DIRETA + FUNDOS

CÓDIGO NOME DA CONTA	PREVISTA	ATUALIZADA	ARRECADADA NO MÊS	ARRECADADA ATÉ O MÊS
40000000 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA 410000000 RECEITAS CORRENTES	1.203.450.520,00	1.203.450.520,00	80.084.965,66	1.044.846.744,35
411000000 RECEITA TRIBUTARIA	328.970.500,00	328.970.500,00	22.197.264,46	284.118.025,84
411100000 IMPOSTOS	298.500.000,00	298.500.000,00	21.115.154,34	260.913.003,42
411120201 IPTU-IMPOSTO S/PROPR.PREDIAL TERRIT.URBANA	78.000.000,00	78.000.000,00	4.484.276,46	75.136.077,11
411120431 RETIDO NAS FONTES-IR	28.200.000,00	28.200.000,00	3.388.030,87	32.429.222,45
411120801 ITBI-IMPOSTO S/TRANSMISSAO BENS IMOVEIS	28.500.000,00	28.500.000,00	2.201.483,35	24.892.954,17
411130501 I.S.S EMPRESA	138.000.000,00	138.000.000,00	8.496.883,58	101.187.597,58
411130502 I.S.S AUTONOMO	2.300.000,00	2.300.000,00	217.470,31	1.744.882,57
411130504 I.S.S SIMPLES NACIONAL	23.500.000,00	23.500.000,00	2.327.009,77	25.522.269,54
411200000 TAXAS	29.420.500,00	29.420.500,00	985.640,40	22.124.496,39
411210001 TAXA PARA EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.200.000,00	4.200.000,00	270.718,22	2.928.474,53
411211701 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	300.000,00	300.000,00	19.743,36	271.172,45
411212101 TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30.500,00	30.500,00	330,60	4.669,76
411212501 TAXA DE LICENCA PARA EVENTOS	40.000,00	40.000,00	5.262,54	33.174,35
411213001 TAXA DE VISTORIA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	50.000,00	50.000,00	75,37	40.703,03
411222801 TAXA DE CEMITERIOS	1.000.000,00	1.000.000,00	35.529,78	504.078,66
411229001 TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	22.800.000,00	22.800.000,00	644.843,09	18.192.869,65
411229901 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.000.000,00	1.000.000,00	9.137,44	149.353,96
411300000 CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.050.000,00	1.050.000,00	96.469,72	1.080.526,03
411300201 CONTR. DE MELHORIA P/EXP. DA REDE ILUMINACAO	50.000,00 1.000.000,00	50.000,00 1.000.000,00	0,00	0,00
411300401 CONTR. DE MELHORIA P/PAVIM. DE OBRAS 413000000 RECEITA PATRIMONIAL	13.500.000,00	13.500.000,00	96.469,72 1.825.618,67	1.080.526,03 21.991.079,45
413100000 RECEITAS IMOBILIARIAS	500.000,00	500.000,00	454,59	6.665,27
413110100 ALUGUEIS	500.000,00	500.000,00	454,59	6.665,27
413200000 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	13.000.000,00	13.000.000,00	1.796.577,11	21.740.066,96
413250102 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. FUNDEB	0,00	0,00	142.642,32	2.231.094,06
413250103 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. F.SAUDE	0,00	0,00	23.482,58	715.283,48
413250105 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. MDE	0,00	0,00	66.795,59	999.137,54
413250107 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. FUNDETUR	0,00	0,00	683,55	6.441,03
413250108 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. EDUCACAO	0,00	0,00	180.900,49	2.198.971,10
413250109 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. CIDE	0,00	0,00	957,69	2.482,55
413250199 REMUN.DE OUTROS DEP. DE RECURSOS VINCUL.	2.500.000,00	2.500.000,00	300.137,43	2.339.924,80
413250201 REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	1.600.000,00	1.600.000,00	11.709,23	1.075.365,49
413250299 REMUNERACAO DE OUTROS DEPOS. DE REC. NAO VINC	8.900.000,00	8.900.000,00	1.069.268,23	12.171.366,91
413300000 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISOES	0,00	0,00	28.586,97	244.347,22
413330200 CONCESSAO DE AREA AEROPORTUARIA	0,00	0,00	27.755,54	232.438,29
413339901 PORC.S/FAT.VENDA COMBUSTIVEIS-AEROPORTO MUN.	0.00	0,00	831,43	11.908,93
416000000 RECEITA DE SERVICOS	100.000,00	100.000,00	375,00	336.072,76
416000000 SERVICOS ADMINISTRATIVOS	100.000,00	100.000,00	375,00	336.045,00
416001301 SERV.DE INSCR. EM CONCURSOS PUBLICOS	100.000,00	100.000,00	375,00	336.045,00
416009901 COBRANCA DE KM E MAO DE OBRA S/SERVICOS	0,00	0,00	0,00	27,76
417000000 TRANSFERENCIAS CORRENTES 417200000 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	789.628.020,00	789.628.020,00	51.729.492,20	684.175.135,70
	771.963.900,00	771.963.900,00	49.094.209,83	667.183.811,96
417210102 COTA PARTE DO F.P.M.	64.000.000,00	64.000.000,00	4.440.910,25	50.337.508,49
417210105 COTA-PARTE ITR-IMP S/PROPR. TERRIT.E RURAL	400.000,00	400.000,00	35.229,04	973.973,52
417212211 COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE REC. HIDRICOS	210.000,00	210.000,00	0,00	101.102,79
417212220 COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE REC. MINERAIS	350.000,00	350.000,00	9.392,44	229.205,66
417212230 COTA-PARTE ROYALTIES - PETROLEO	65.000,00	65.000,00	0,00	52.289,53
417212270 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	800.000,00	800.000,00	49.921,43	561.133,68
417213301 PAB-PISO ATENCAO BASICA	18.600.000,00	18.600.000,00	1.316.137,42	14.692.571,62
417213302 PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO SAUDE	0,00	0,00	0,00	6.079,60
417213304 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	85.320.000,00	85.320.000,00	7.324.793,85	82.715.588,31
417213308 TVS-TETO VIGILANCIA SAUDE	2.000.000,00	2.000.000,00	220.846,89	2.137.901,60
417213309 ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.900.000,00	1.900.000,00	156.758,28	1.724.341,08
417213310 GESTAO DO SUS	50.000,00	50.000,00	0,00	30.000,00
417213311 PROGRAMA DST/AIDS	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00
417213312 ATENDIMENTO A DEPENDENTES QUIMICOS	1.260.000,00	1.260.000,00	0,00	0,00
417213313 REESTRUTURAR REDE ATENÇÃO SAUDE MENTAL	2.338.900,00	2.338.900,00	0,00	0,00
417213314 HOSPITAL PUBLICO REGIONAL-GESTÃO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00
417213501 FNDE - QUOTA MUNICIPAL SALARIO-EDUCACAO	18.000.000,00	18.000.000,00	1.440.213,98	18.537.157,91
417213502 FNDE - PROGRAMA NAC. DE ALIM. ESCOLAR	6.500.000,00	6.500.000,00	694.979,20	6.820.327,20
417213503 FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR / PNATE	240.000,00	240.000,00	23.355,22	210.059,77
417213504 FNDE - MANUT.DA ED.INFANTIL	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00
417213601 TRANSF.FINANC. DO ICMS-DESONERACAO-L.C.	1.600.000,00	1.600.000,00	134.452,98	1.478.982,80
417219901 FEX-AUX. FINANC. P/FOMENTO A EXPORTACOES 417220101 COTA-PARTE DO I.C.M.S.	300.000,00	300.000,00	43.207,62	129.622,86
	348.000.000,00	348.000.000,00	22.892.388,10	294.087.856,09
417220102 COTA-PARTE DO I.P.V.A.	82.700.000,00	82.700.000,00	1.820.871,73	76.262.566,20
417220104 COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	2.900.000,00	2.900.000,00	222.074,67	2.407.682,08
417220109 I.C.M.S ACAO ORDINARIA	100.000,00	100.000,00	0,00	20.910,93
417220113 COTA-PARTE DA CIDE-CONTR.INTERV.DOM.ECON.	50.000,00	50.000,00	0,00	131.076,73
417222230 COTA-PARTE ROYALTIES - PETROLEO	250.000,00	250.000,00	99.156,96	1.064.877,60
417223301 PROGRAMA DE CONTROLE DE GLICEMIA	200.000,00	200.000,00	0,00	138.315,38
417223302 MEDICAMENTOS DOSE CERTA	700.000,00	700.000,00	0,00	652.852,11
417223303 PAB-PISO ATENCAO BASICA-ESTADUAL	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	580.274,25
417223304 HOSPITAL PUBLICO REGIONAL-GESTAO	5.000.000,00 0,00	5.000.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00
417223305 AÇÕES DE AT.BASICA A POP. PRIV.DE LIBERDADE 417240101 TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	120.000.000,00	120.000.000,00	8.169.519,77	756.000,00 110.343.554,17
417600000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	17.664.120,00	17.664.120,00	2.635.282,37	16.991.323,74
417610301 PSB - PISO BASICO FIXO	720.000,00	720.000,00	60.000,00	720.000,00
417610302 PSB - PISO BASICO VARIAVEL - SCFV	540.000,00	540.000,00	123.600,00	387.300,00
417610303 PSB - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA-IGDBF	396.000,00	396.000,00	66.296,07	424.202,99
417610304 AÇÕES ESTRATEGICAS DO P.E.T.I.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
417610305 PSE - IGD DO SUAS	55.000,00	55.000,00	0,00	4.988,77
417610306 PSB - BPC NA ESCOLA	12.200,00	12.200,00	0,00	2.360,00
417610307 PSE - PISO DE ALTA COMPL. I	648.000,00	648.000,00	0,00	270.000,00
417610308 PSE - PISO DE ALTA COMPL. II-P.RUA	240.000,00	240.000,00	20.000,00	220.000,00
417610309 PSE - PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEX.	266.220,00	266.220,00	22.185,00	266.220,00
417610310 PSE - PISO FIXO MEDIA COMPLEX.	703.200,00	703.200,00	234.400,00	785.600,00
417610311 PSE - PISO VARIAVEL DE MEDIA COMPLEX.	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
417610312 PSE - ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
417610313 APRIMORA REDE	0,00	0,00	0,00	50,00
417619901 MINISTERIO DO TRABALHO -C.A.T.	614.500,00	614.500,00	0,00	348.677,29
417620201 FUNDESP - MERENDA ESCOLAR	4.200.000,00	4.200.000,00	1.102.025,00	4.408.100,00
417620202 FUNDESP - TRANSP. ESCOLAR	6.500.000,00	6.500.000,00	856.150,93	7.705.358,37
417620203 FUNDESP - TRANSP. ESCOLAR-ENS. MEDIO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00
417629901 PROTECAO SOCIAL BASICA	372.000,00	372.000,00	34.173,69	374.231,34
417629902 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	840.000,00	840.000,00	64.851,94	715.733,16
417629903 PSB-BENEFICIOS EVENTUAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00



417629904 PROJETO ESPORTE SOCIAL	0,00	0,00	0,00	44.550,00
417629906 FUNDACAO - PROCON	50.000,00	50.000,00	0,00	110.275,44
417630101 CONV. DE COOPERAÇÃO-SUS	0,00	0,00	51.599,74	203.676,38
419000000 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 419100000 MULTAS E JUROS DE MORA	71.252.000,00 14.845.000,00	71.252.000,00 14.845.000,00	4.332.215,33	54.226.430,60
419113801 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU (442410100)	1.100.000,00	1.100.000,00	951.798,50 39.181,99	11.323.168,61 306.759,59
419113901 MULTAS E JUROS DO I.T.B.II.V.	0,00	0,00	5.876,75	89.506,70
419114001 MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	18.034,95	400.066,90
419119901 MULTAS E JUROS DE MORA S/OUTROS TRIBUTOS	800.000,00	800.000,00	0,00	0.00
419191501 MULTAS DE TRANSITO (499510300)	10.900.000,00	10.900.000,00	872.699,37	10.121.960,38
419192701 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	500.000,00	500.000,00	0,00	25.016,52
419195001 MULTAS POR AUTO DE INFRACAO (499519900)	300.000,00	300.000,00	5.375,68	226.636,79
419199901 AUTO DE INFRACAO NAO TRIBUTARIO	5.000,00	5.000,00	5.945,92	100.504,13
419199902 AUTO DE INFRACAO DE EDIFICAÇÕES	5.000,00	5.000,00	1,44	459,32
419199903 AUTO DE INFRACAO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
419199904 AUTO INFRACAO NAO TRIB MATO ALTO	40.000,00	40.000,00	902,00	28.595,43
419199905 AUTO INFRACAO NAO TRIB ARBORIZACAO 419199906 AUTO INFRACAO NAO TRIB PERTURB.SOSSEGO PUB	5.000,00 5.000,00	5.000,00 5.000,00	0,00 2.058,06	1.176,99 2.058,06
419199900 AUTO INFRACAO NAO TRIB PERTURB.SOSSEGO POB 419199907 AUTO INFRACAO NAO TRIB CIDADE LIMPA	20.000,00	20.000,00	1.394,80	8.285,74
419199908 AUTO INFRACAO NAO TRIB ENTULHO	5.000,00	5.000,00	0,00	572,54
419199909 AUTO INFRACAO NAO TRIB EMPACHAMENTO	5.000,00	5.000,00	0,00	0.00
419199910 AUTO INFRACAO NAO TRIB FOGO	5.000,00	5.000,00	327,54	860,54
419199911 AUTO INFRACAO NAO TRIB AREA VERDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
419199912 AUTO INFRACAO NAO TRIB ANIMAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	378,66
419199913 AUTO INFRACAO NAO TRIB LIMPEZA IMOVEL	10.000,00	10.000,00	0,00	1.669,08
419199914 AUTO INFRACAO NAO TRIB CAÇAMBA	15.000,00	15.000,00	0,00	833,55
419199915 AUTO INFRACAO NAO TRIB SEDEMA DIVERSOS	5.000,00	5.000,00	0,00	6.158,61
419199916 AUTO DE INFRACAO TRIBUTARIO IMOBILIARIO 419199917 AUTO INFRACAO NAO TRIB EMPRESA	5.000,00	5.000,00	0,00	834,54
419200000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00 1.620.000,00	0,00 1.620.000,00	0,00 5.815,32	834,54 1.047.459,17
419210601 DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	0,00	0,00	800,00	800,00
419220101 RESTITUICOES DE CONVENIOS	620.000,00	620.000,00	0.00	12.505,37
419229901 RESTITUICOES DIVERSAS	1.000.000,00	1.000.000,00	4.277,03	191.005,22
419229902 RESTITUICOES DA FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	738,29	190.215,26
419229904 REST. DE DEVOLAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	0,00	0,00	0,00	652.933,32
419300000 RECEITA DA DIVIDA ATIVA	47.800.000,00	47.800.000,00	3.196.242,46	38.502.221,97
419311101 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO I.P.T.U.	21.000.000,00	21.000.000,00	1.924.429,07	23.948.040,50
419311301 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO I.S.S.	13.000.000,00	13.000.000,00	807.777,62	8.920.662,10
419319901 REC.DIVIDA ATIVA - OUTROS TRIBUTOS	10.800.000,00	10.800.000,00	332.811,32	4.528.349,71
419329901 REC.DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA O.RECEITAS	3.000.000,00	3.000.000,00	131.224,45	1.105.169,66
419900000 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	6.987.000,00	6.987.000,00	178.359,05	3.353.580,85
419900301 RECEITA DE LEILOES DE MERCADORIAS APREENDIDAS 419909901 EVENTUAIS	10.000,00 2.000.000,00	10.000,00 2.000.000,00	0,00 1.647,69	0,00 531.988,27
419909902 VENDA DE MATERIAL RECICLAVEL	1.000,00	1.000,00	279,20	22.507,63
419909903 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	755.000.00	755.000,00	0,00	76.000,00
419909904 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANCA	5.000,00	5.000.00	0,00	0,00
419909905 FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIRO	865.000,00	865.000,00	0,00	0,00
419909906 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIAN/ADOL.	1.366.000,00	1.366.000,00	83.053,58	442.323,53
419909907 FUNDO MUNICIPAL DE COMBATE AS DROGAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
419909908 FUNDEFIC-FUNDO DESENV. DA PESSOA C/DEFIC.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
419909909 PROGRAMA CORREIO COMUNITARIO	60.000,00	60.000,00	8.521,74	93.239,40
419909910 FUNDO DE APOIO A CULTURA	400.000,00	400.000,00	26.550,25	181.584,80
419909911 FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	20.000,00	20.000,00	11.521,21	26.487,70
419909912 PUBLIC. NO SIST.INTEGR. COL.URBANO 419909913 GESTAO DO TERMINAL RODOVIARIO INTERMUNICIPAL	5.000,00 50.000,00	5.000,00 50.000,00	1.000,00 4.280,01	16.030,00 44.829,53
419909914 ROT-REMUN.PELA OUTORGA DA CONCESSÃO	110.000,00	110.000,00	9.825,44	104.641,79
419909915 ESTACIONAMENTO ROTATIVO	300.000,00	300.000,00	25.408,92	279.004,29
419909916 FUNDO DE APOIO AO ESPORTE	10.000,00	10.000,00	0,00	2.980,45
419909917 FUNGAPPP-FUNDO GARANTIA PARCERIA PUB.PRIVADA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
419909918 FUMDEMA-FUN.MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
419909919 TAXA DE UTILIZAÇÃO DE PROPRIO PUBLICO	980.000,00	980.000,00	0,00	1.447.862,59
419909921 PATROCINIO AO 60. FORUM DE MOB. URBANA	0,00	0,00	0,00	25.000,00
419909935 AEROPORTO MUNICIPAL - INFRAERO	0,00	0,00	6.260,60	59.034,94
419909999 OUTRAS RECEITAS 420000000 RECEITAS DE CAPITAL	0,00 25.241.700,00	0,00 25.241.700,00	10,41 2.322.694,40	65,93 5.933.634,05
421000000 OPERACOES DE CREDITO	15.707.000,00	15.707.000,00	0,00	2.580.975,45
421100000 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	15.707.000,00	15.707.000,00	0,00	2.580.975,45
421149901 PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA-PAC	15.707.000,00	15.707.000,00	0,00	2.580.975,45
422000000 ALIENACAO DE BENS	537.200,00	537.200,00	0,00	289.846,00
422100000 ALIENACAO DE BENS MOVEIS	537.200,00	537.200,00	0,00	239.650,00
422190002 ALIENACAO DE VEICULOS USADOS	537.200,00	537.200,00	0,00	239.650,00
422200000 ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	50.196,00
422250000 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	0,00	0,00	0,00	50.196,00
424000000 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 424200000 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.997.500,00 239.500,00	8.997.500,00 239.500,00	2.322.694,40 0,00	3.062.812,60 234.300,00
424200000 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS 424219902 MINISTERIO DO TRABALHO-C.A.T.	239.500,00	239.500,00	0,00	0,00
424219903 AÇÕES DE INVEST.DE VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	0,00	0,00	234.300,00
424700000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	8.758.000,00	8.758.000,00	2.322.694,40	2.828.512,60
424710101 HOSPITAL PUBLICO REGIONAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
424710102 IMPLANTAR SEDE CENTRO ESPEC. ODONTOL.	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00
424710103 IMPLANTAR UNIDADES DE SAUDE FAMILIA	897.000,00	897.000,00	0,00	0,00
424710104 REESTRUTURAÇÃO UPA VILA CRISTINA	1.560.000,00	1.560.000,00	0,00	0,00
424719901 MINISTERIO DO ESPORTE-REFORMA BARÃO 424719902 CONTRUÇÃO DO CRES	0,00	0,00	22.694,40	260.112,60
424/19902 CONTRUÇÃO DO CRES 424720101 HOSPITAL REGIONAL	0,00 5.000.000,00	0,00 5.000.000,00	0,00 2.300.000,00	225.000,00 2.300.000,00
424720101 HOSPITAL REGIONAL 424720102 PROGRAMA QUALIS UBS-FASE II	0,00	0,00	0,00	43.400,00
49000000 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-99.920.000,00	-99.920.000,00	-5.909.185,29	-84.980.007,08
497000000 DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-99.920.000,00	-99.920.000,00	-5.909.185,29	-84.980.007,08
497200000 DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-99.920.000,00	-99.920.000,00	-5.909.185,29	-84.980.007,08
497210102 * DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-FPM	-12.800.000,00	-12.800.000,00	-888.181,99	-9.937.795,02
497210105 * DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-ITR	-80.000,00	-80.000,00	-7.045,80	-194.794,57
497213601 * DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-ICMS DE	-320.000,00	-320.000,00	-26.890,59	-295.796,51
497220101 * DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-ICMS	-69.600.000,00 -16.540.000.00	-69.600.000,00 -16.540.000.00	-4.578.477,60 -364.174.38	-58.817.571,04 -15.252.513.42
497220102 * DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-IPVA 497220104 * DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-IPI-EXP	-16.540.000,00 -580.000,00	-16.540.000,00 -580.000,00	-364.174,38 -44.414,93	-15.252.513,42 -481.536,52
TOTAL==>	1.228.692.220,00	1.228.692.220.00	82.407.660,06	1.050.780.378,40
	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,			

Observamos que o total arrecadado de impostos e transferencias Intergovernamentais corresponde no mínimo 25% ao ensino e 15% a saúde e as transferências de convênios são verbas com gastos específicos.

Adriana Gallina Paes Mascarim Contadora CRC-1SP183108/O-3 Telma Trimer de Oliveira Pereira Diretora Depto Adm.Financeira José Admir Moraes Leite Secretário Municipal de Finanças Depto. de Administração Fazendária

Divisão de Tributos Diversos

DIVISÃO DE TRIBUTOS DIVERSOS

Edital de Notificação de Lançamento e Convocação de contribuintes das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa nº 13/2015

No cumprimento no disposto da Lei Complementar nº 224/08 Artº 301, comunicamos que pelo presente Edital, fica notificado o contribuinte das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa (lançamentos suplementares e/ou retroativos), que por ventura ainda não recebeu o carnê para pagamento, à comparecer à Praça de atendimento, no pavimento Térreo I do prédio do Centro Cívico Cultural e Educacional "Florivaldo Coelho Prates", sito à Rua Antônio Corrêa Barbosa, nº 2233 - das 08:30 às 16:30 horas, ou ao Poupa Tempo-Estadual - Praça da Catedral, de 2ª à 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas e Sábado das 8:00 às 12:00 h.

Nome	CPD	Vencimento	Exercício	Nº Dívida	Valor R\$
Poliflex Valvulas e Acessórios Eirelli	629849	30/11/15	2014	9230880	195,36
Poliflex Valvulas e Acessórios Eirelli	629849	30/11/15	2015	9230864	195,36

#### DIVISÃO DE TRIBUTOS DIVERSOS

Edital de Notificação de Lançamento e Convocação de contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Alíquota Fixa - nº 14/2015

No cumprimento ao disposto da Lei Complementar nº 224/08, Artº 250, comunicamos que pelo presente Edital, ficam notificado o contribuinte do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Alíquota Fixa, que por ventura ainda não recebeu o carnê para pagamento, à comparecer à Praça de atendimento, no pavimento Térreo I do prédio do Centro Cívico Cultural e Educacional "Florivaldo Coelho Prates", sito à Rua Antônio Corrêa Barbosa, nº 2233 - das 08:30 às 16:30 horas, ou ao Poupa Tempo-Estadual - Praça da Catedral, de 2ª à 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas e Sábado das 8:00 às 12:00 h.

Nome	CPD	Vencimento	Exercício	Nº Dívida	Valor R\$
Manoel Oliveira dos Santos Filho	637465	30/12/15	2015	9239995	78,01

#### Departamento de Administração Fazendária

Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 122/2015

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, do(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s) para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Fazendária, para tratar de assuntos relacionados ao Cadastro Mobiliário de Contribuintes – C.M.C., débitos de Imposto Sobre Serviços – I.S.S. e outros assuntos pertinentes.

O não comparecimento do presente Edital implicará no arquivamento do pedido.

Piracicaba, 28 de Dezembro de 2.015

CONTRIBUINTEPROCES	SSO
A.M.F. NEGREIROS FILHO EDITORA ME138333/2	2012
ABRAHÃO CENTRAL PARK LTDA EPP188338/2	2015
ANA ELISA ALBINO ME127377/2	2012
ANSELMO DE JESUS AVERSA163864/2	2015
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA PIRACICABA ME20162/2	2000
APOSERV SERVIÇOS DE ORIENTAÇÕES PREV. LTDA174018/2	2015
AUTO VIAÇÃO MILLENIUM LTDA21884/2	2015
BAR JOCKEY CLUB LABAREDA LTDA ME105505/2	2014
CASALE AUTOMAÇÃO LTDA ME29100/2	2010
DIEGO RIBEIRO DA SILVA LOPES ME130425/2	2015
ELISANGELA GALANTI ME29725/2	2013
FELICIO JOSÉ PAULINO5787/2	2007
GRAFER REPRESENTAÇÕES LTDA30178/2	2002
J.D.A. DE ABREU ME197547/2	2015
LUIZ FERNANDO SOARES MARUCCO185108/2	2015
M.G. PAES EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA ME105849/2	2009
METRICA MONTAGENS ELETROMECANICAS LTDA ME98999/2	2009
MVI PEREIRA ME76338/2	2009
PARRAGA MACIEL EIRELI ME147853/2	2012
SETE ARTES PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA ME193699/2	2015
VIPCAR IMPORT LTDA ME124062/2	2012



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 123 / 2015

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, das empresas relacionadas abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao ISSQN EMPRESA NORMAL e ISSQN RETENÇÃO NA FONTE, quitação de débitos e outros assuntos pertinentes.

O não comparecimento do presente Edital implicará no lançamento dos referidos débitos em Divida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13/11/2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio deposito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razoes apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

CPD

MES ANO No. GUIA

Piracicaba, 28 de Dezembro de 2.015

CONTRIBUINTE - CNPJ / CPF

CONTRIBOTATE - CNF3 / CFF	CFD	IVIES	ANO	INO. GOIA	
MRV SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	100031	5	2011	1900590945	3
EUROGLAZE INDUSTRIA E COMÉRCIO LT	100223	12	2010	1900532738	3
STAHLDACH CONSTRUÇÕES LTDA.	100277	10	2011	1900684069	3
A.R.M. METALÚRGICA LTDA.	100300	4	2011	1900556154	3
AMBIENTAL PAULISTA PROJETOS OBRAS L	100344	3	2011	1900561123	3
COMANDO POLICIAMENTO INTERIOR NOVE	100403	12	2010	1900503971	3
TEL TELECOMUNICACOES LTDA	100501	9	2011	1900637731	3
TGM TURBINAS INDÚSTRIA COMÉRCIO LT	100552	1	2011	1900513295	3
COMPANHIA DES. HABITACIONAL URBANO DO ESTADO DE SAO PAULO-CDHU	100694	1	2011	1900525894	3
PROENG CONSTRUTORA E COMÉRCIO LT	100810	8	2011	1900655211	3
PROENG CONSTRUTORA E COMÉRCIO LT	100810	9	2011	1900655244	3
PROENG CONSTRUTORA E COMÉRCIO LT	100810	9	2011	1900655961	3
IVO ZARZUR PIRAC. EMP. IMOBILIÁRIOS	100838	2	2011	1900542350	3
IVO ZARZUR PIRAC. EMP. IMOBILIÁRIOS	100838	8	2011	1900617997	3
IVO ZARZUR PIRAC. EMP. IMOBILIÁRIOS	100838	11	2011	1900673623	3
TECNOL TÉCNICA NACIONAL OCULOS LT	100856	8	2011	1900625675	3
OIKOS CONSTRUÇÕES LTDA.	100865	5	2011	1900591352	3
TROLHA TERRAPL CONSTRUCAO CIVIL LT	100966	5	2011	1900575703	3
TROLHA TERRAPL CONSTRUCAO CIVIL LT	100966	6	2011	1900602328	3
TRINO STANDES MONTAGENS LTDA - EPP	101013	1	2011	1900540249	3
PROCISA BRASIL PROJETOS CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES	101038	1	2011	1900518976	3
D.A DOS SANTOS - ME	101045	12	2010	1900524953	3
COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	101047	2	2011	1900525196	3
SIVIERO INFRAESTRUTURA ENGENHARI LT	101070	6	2011	1900588571	3
SIVIERO INFRAESTRUTURA ENGENHARI LT	101070	9	2011	1900633501	3
SIVIERO INFRAESTRUTURA ENGENHARI LT	101070	10	2011	1900754871	3
SIVIERO INFRAESTRUTURA ENGENHARI LT	101070	12	2011	1900709871	3
ARTIUN ARQUITETURA E ENGENHARIA LT	101078	4	2011	1900570485	3
SOENVIL SOC ENGENHARIA CIVIL LT EPP	101085	3	2011	1900553821	3
FACIL TENDTUDO LTDA	101111	4	2011	1900569048	4
FACIL TENDTUDO LTDA	101111	5	2011	1900569105	4
DEPTO DE POLICIA FEDERAL SUP REGIONAL EST SÃO PAULO	101114	1	2011	1900569661	4
DEPTO DE POLICIA FEDERAL SUP REGIONAL EST SÃO PAULO	101114	2	2011	1900569973	4
STARTERM ISOLAMENTOSTERMICOS LTDA	101122	4	2011	1900571905	4
CONDOMINIO ISABELA RESIDENCE	101125	4	2011	1900572219	4
ATT ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA	101142	10	2011	1900669413	4
SCOPUS TECNOLOGIA LTDA	101143	5	2011	1900584810	4
AIR CONDITIONING TOTAL SERVICE LTDA	101145	5	2011	1900585399	4
CONSTRUNEW CONSTRUÇÕES E COM LT	101148	5	2011	1900585654	4
S S SOLUCOES SERV.PROT. PATRIM LT	101166	6	2011	1900607043	4
EMPREITEIRA EZK CONSTR REFORMAS LT	101190	8	2011	1900616604	4
CAFE TRES CORACOES AS	101192	7	2011	1900615704	4
EMPREITEIRA NOBRE EM FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÃO LTDA	101199	7	2011	1900621403	4
EMPREITEIRA NOBRE EM FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÃO LTDA FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA LTDA	101199	9	2011	1900664829	4
LEUTLIDA EL ETDIOIDADE E TEL EFONUA LEDA	101234	10	2011	1900649379	4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 124 / 2015

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, das empresas relacionadas abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao ISSQN EMPRESA NORMAL e ISSQN RETENÇÃO NA FONTE, quitação de débitos e outros assuntos pertinentes.

O não comparecimento do presente Edital implicará no lançamento dos referidos débitos em Divida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13/11/2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio deposito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razoes apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 28 de Dezembro de 2.015

CONTRIBUINTE - CNPJ / CPF	CPD	MES	ANO	No. GUIA	
METAL LESTE MONTAGENS INDUSTRIAI LT	101237	8	2011	1900630076	4
METAL LESTE MONTAGENS INDUSTRIAI LT	101237	9	2011	1900636329	4
METAL LESTE MONTAGENS INDUSTRIAI LT	101237	10	2011	1900666012	4
PRO CARE SERVICOS DE SAUDE LTDA	101261	3	2011	1900656149	4
LOJAS SEB PRODUTOS DOMESTICOS LT	101320	12	2011	1900709769	4
CONDOMINIO RESIDENCIAL MORADA AZUL	101405	9	2011	1900759394	4
PAROQUIA SANTO ANTONIO	102017	10	2011	1901217132	4
BENEDITO DE JESUS MONTRAZZIO	423737	11	2010	9113624	4
BENEDITO DE JESUS MONTRAZZIO	423737	8	2011	9113626	4
J.J.H. CONSTRUCAO, ENG E COMERCIO LT	528315	7	2011	1901580003	4
J.J.H. CONSTRUCAO, ENG E COMERCIO LT	528315	8	2011	1901580002	4
J.J.H. CONSTRUCAO, ENG E COMERCIO LT	528315	9	2011	1901580001	4
J.J.H. CONSTRUCAO, ENG E COMERCIO LT	528315	10	2011	1901579992	4
J.J.H. CONSTRUCAO, ENG E COMERCIO LT	528315	11	2011	1901579991	4
J.J.H. CONSTRUCAO, ENG E COMERCIO LT	528315	12	2011	1901579989	4
POSTO DONA FRANCISCA M.R. LTDA	547891	8	2011	1900634428	5
POSTO DONA FRANCISCA M.R. LTDA	547891	10	2011	1900673405	5
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	603879	11	2011	1900688814	5
E.E.T. BRASIL ALUMINIO PARAFINAS LTDA	606347	8	2011	1901650248	5
RODRIGO POSSATO BELLATO ME	606851	3	2011	1900563513	5
RODRIGO POSSATO BELLATO ME	606851	7	2011	1901584968	5
RODRIGO POSSATO BELLATO ME	606851	8	2011	1900644956	5
RODRIGO POSSATO BELLATO ME	606851	9	2011	1900659843	5
SOCIEDADE BENEFICTE SÍRIO-LIBANESA	608353	11	2011	1901652562	5
F. TOLEDO CONSTRUCOES LTDA -ME	609655	2	2011	1901507324	5
F. TOLEDO CONSTRUCOES LTDA -ME	609655	3	2011	1901507323	5
FUTURHA DESENVOLV. HUMANO EIRELI	610817	7	2011	1901584969	5
ASSOC. B. I J C S DIAS	611144	6	2011	1900586568	5
SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	612802	6	2011	1900599433	5
SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	612802	7	2011	1900607668	5
ALEXSANDRO NOVELLO	616614	1	2010	1900368821	5
ALEXSANDRO NOVELLO	616614	2	2010	1900380978	5
ALEXSANDRO NOVELLO	616614	10	2010	1900494351	5
GENILSON ARTUR EMILIANO - EPP	617051	11	2011	1900706091	5
HANIL FABRICAÇÃO DE SISTEMA INTERIOR AUTOMOTIVO BRASIL LTDA	617835	12	2011	1900710242	5
HANIL FABRICAÇÃO DE SISTEMA INTERIOR AUTOMOTIVO BRASIL LTDA	617835	12	2011	1900710244	5
HANIL FABRICAÇÃO DE SISTEMA INTERIOR AUTOMOTIVO BRASIL LTDA	617835	12	2011	1900710246	5
AGUA MARINHA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME	618384	10	2011	1901491909	5
ELITE RH – TREINAM.PROFISSIONAIS LTME	621949	12	2011	1901594642	5
E & M REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTME	624935	12	2011	9252767	5
MANUVAL MANUT. E COM. DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA	633808	12	2010	1901674341	5
MANUVAL MANUT. E COM. DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA	633808	12	2011	1901674347	5

DISQUE DENÚNCIA

a VIOLÊNCIA.

1816 GRÁTIS



Sigilo ABSOLUTO - Atendimento 24 horas



#### INSTRUÇAO NORMATIVA S. F. Nº 27 / 2015

(Dispõe sobre a atualização de valores das Taxas Decorrentes do efetivo Exercício do Poder de Policia Administrativa e dá outras providências)

JOSE ADMIR MORAES LEITE, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura do Município de Piracicaba no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de novembro de 2008 (Dispõe sobre a consolidação das leis que disciplinam o sistema tributário municipal) e alterações inseridas pela Lei Complementar nº 234, de 18 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 289, de 19 de dezembro de 2011 e Lei Complementar 294 de 06 de julho de 2012;

Considerando, a Lei Municipal nº 6.640, de 22 de dezembro de 2009, que "Autoriza o Município de Piracicaba a aplicar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como medida de valor e parâmetro de atualização monetária dos valores previstos na legislação municipal vigente";

Considerando, finalmente a edição do Decreto nº 16.504/2015 que "Dispõe sobre a atualização da base de cálculo para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e demais tributos municipais no exercício de 2016 e dá outras providencias".

#### RESOLVE

Art. 1º Os Artigos abaixo, constantes da Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de novembro de 2008 (Dispõe sobre a consolidação das leis que disciplinam o sistema tributário municipal) e alterações inseridas pela Lei Complementar nº 234, de 18 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 289, de 19 de dezembro de 2011 e Lei Complementar 294 de 06 de julho de 2012 passam a ter os seguintes valores para lançamento das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício de Poder de Policia Administrativa, a partir de 01 de Janeiro de 2016:

Art. 317. Para o funcionamento dos estabelecimentos em horário normal e especial será obedecida, para o reco-

Ihimento de tributo, as seguintes tabelas:						
HORÁRIO NORMAL PARA FUNCIONAMENTO						
EMPRESA NO RAMO IN-		COLUNAS				
DUSTRIAL, COMERCIAL,	ı	II	III	IV	V	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGROPECUÁRIA E DEMAIS		NÃO OPTANTE	PELO SIMPLES	S NACIONAL E I	DEMAIS	
ATIVIDADE ESTABELECIDA (COM EXCEÇÃO DE PRO- FISSIONAIS AUTÔNOMOS E SIMILARES).	OPTAN-	DE 0 (ZERO) ATÉ 10 (DEZ) EMPREGA- DOS	DE 11 (ONZE) ATÉ 50 (CINQÜENTA) EMPREGA- DOS	DE 51 (CIN- QÜENTA E UM) A 100 (CEM) EM- PREGADOS	ACIMA DE 100 (CEM) EMPREGA- DOS	
Agricultura, aquicultura, florestal, pesca, pecuária (cria- ção, cultivo, produção "semen- tes e mudas", apicultura, etc.).	R\$ 116,13	R\$ 116,13	R\$ 216,79	R\$ 433,58	R\$ 867,18	
2. Indústria (extrativa e de transformação) e / ou comércio e / ou prestação de serviço com incidência de ISS ou não.		R\$ 216,79	R\$ 371,65	R\$ 650,37	R\$ 1.269,78	
3. Boate, discoteca, explo- ração de música ao vivo ou eletrônica, casa de bingo, boliches, salão de carteados, jogos de aposta via internet e similares c/ comércio ou não.		R\$ 527,96	R\$ 923,94	R\$ 1.583,89	R\$ 2.441,83	
4. Estabelecimentos que ex- ploram diversões públicas, mediante utilização de equi- pamentos ou aparelhos, ele- trônicos ou não, com ou sem atividade comercial.	R\$ 309,71	R\$ 309,71	R\$ 464,57	R\$ 929,12	R\$ 1.393,68	
5. Intermediações Financei- ras - posto bancário, agência bancária e similar, clubes de investimento, sociedades de fomento mercantil - factoring e similares.		R\$ 923,94	R\$ 1.319,91	R\$ 1.979,86	R\$ 3.299,77	
6. Comércio varejista de de- rivados de petróleo (Postos de combustíveis automotivos)	R\$ 387,13	R\$ 387,13	R\$ 542,00	R\$ 1.006,55	R\$ 1.548,55	

8. OUTRAS ATIVIDADES NÃO RELACIONADAS NAS DEMAIS TABELAS:	Horário Normal (anual)
I - torre, antenas e demais instalações de Estação Rádio-Base (ERB) de telefonia móvel celular	R\$ 1.393,68
II - banca de jornal e revista	R\$ 100,66
III - caixa eletrônico fora de agência e posto bancário	R\$ 395,97

R\$ 139,36

R\$ 108,38

PROFISSIONAL AUTÔNOMO E SIMILAR ESTABELECIDO

IV - Empresa estabelecida com funcionamento somente para contato e correspondência

ATIVIDADES TEMPORÁRIAS (EVENTUAIS)	Coluna a	Coluna b	Coluna c
9. do ramo comercial e prestação de serviço, exercida em período de até 30 (trinta) dias, exceto feiras itinerantes ou temporárias, bazares ou eventos similares.	01 dia	02 até 10 dias	11 até 30 dias
I - comércio e prestação de serviço (sempre que houver a comercialização ou prestação do serviço no local).	R\$ 18,34	R\$ 51,73	R\$ 136,81
II - comercial e prestação de serviço (para a divulgação de produtos, marcas, e similares, sem a comercialização ou prestação de serviço no local).		R\$ 26,69	R\$ 68,39

10. atividades eventuais do ramo comercial e prestação de	para o evento	diário	mês
serviço, exercida em período de até 30 (trinta) dias, tais como, feiras itinerantes ou temporárias, bazares ou eventos similares:			
I - organização de evento em geral, direcionado a área industrial, comercial, prestação de serviço e similares.	R\$ 417,12	-0-	-0-
II - comercial ou prestação de serviço (para cada participante).	-0-	R\$ 30,02	R\$ 417,12

11. atividade eventual de divertimento público exercida em período de até 30 (trinta) dias:	Período	- 0 -	- 0 -
I - show com música ao vivo, eletrônica e similares.	R\$ 834,27	- 0 -	- 0 -
II - parque de diversões e similares	R\$ 333,71	- 0 -	- 0 -
III – circo	R\$ 333,71	- 0 -	- 0 -
IV - outras atividades não relacionadas na tabela	R\$ 333,71	- 0 -	- 0 -

§ 1º Quando o período for diário ou mensal, a taxa de licença para funcionamento em horário especial será lançada com base na tabela abaixo:

Horário especial diário e mensal	Coluna a	Coluna b
	dia	mês
1. tratando-se de horário especial diário ou mensal	R\$ 13,92	R\$ 139,36

Art. 324. A taxa de licença para o comércio e prestação de serviço ambulante e eventual é devida de acordo com a seguinte tabela e nos períodos nela indicados:

1. Produtos variados:			
1.1. Alimentos preparados, bebidas não alcoólicas, produtos hortifrutigranjeiros, flores, produtos do lar, produtos pessoais, produtos de informática, eletrônica, papelaria e similares, acessórios para veículos e demais produtos congêneres ou similares:	Base de cálculo	Período de incidência	Valor da taxa em R\$
a) c/ veículos e similar	Unidade	anual	R\$ 201,52
b) c/ barraca e similar	Unidade	anual	R\$ 201,52
c) c/ carrinho manual e similar	Unidade	anual	R\$ 137,39
d) c/ equipamento carregado junto ao corpo	Unidade	anual	R\$ 82,41

2. Produtos artesanais e prestação de serviço:			
2.1. Produtos artesanais e prestação de serviço:	Base de cálculo	Período de incidência	Valor da taxa em R\$
a) c/ veículos e similar	Unidade	anual	R\$ 137,35
b) c/ barraca e similar	Unidade	anual	R\$ 137,39
c) c/ carrinho manual e similar	Unidade	anual	R\$ 82,41
d) c/ equipamento carregado junto ao corpo	Unidade	anual	R\$ 60,42

3. tabela especial para os dias de festas folclóricas, religiosas e demais eventos:					
3.1. Produto da época, produtos alimentícios, bebidas não alcoólica, prestação de serviços e demais produtos congêneres ou similares.	Base de cálculo	Período de incidência	Valor da taxa em R\$		
a) c/ veículos e similar	Unidade	dia	R\$ 27,46		
b) c/ barraca e similar	Unidade	dia	R\$ 27,46		
c) c/ carrinho manual e similar	Unidade	dia	R\$ 12,80		
d) c/ equipamento carregado junto ao corpo	Unidade	dia	R\$ 12,80		

Art. 329. A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, passando o valor da obrigação tributária a ser expressa em moeda corrente nacional:

Publicidade relativa à atividade exercida no local, afixada na parte externa de estabelecimentos					
1. 1. Modelo do anúncio Período de Incidência Valor da taxa em R\$, por dade					
1.1.1. Letreiro, luminoso, placa e outros.	anual	R\$ 109,94			

2. Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, na parte externa - qualquer espécie ou quantidade por veículos.

2.1. Publicidade para terceiro	Valor da Taxa em R\$		
Z.1. Publicidade para terceiro Mês		Ano	
2.1.1. Escrita	R\$ 27,46	R\$ 109,94	
2.1.2. Sonora	R\$ 27,46	R\$ 109,94	
2.1.3. Escrita e Sonora	R\$ 54,95	R\$ 219,86	

3. Publicidades colocadas em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações qualquer que seja o sistema de locação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais por m² ou fração:

MODELO DE ANUNCIO	Valor da Taxa e	m R\$ por m2
3.1. painel próprio para afixação de cartazes murais, conhecidos como outdoor.	R\$ 1,53	R\$ 18,67
3.2. painel automático com duas faces e mudança de cores e mensagens	R\$ 2,51	R\$ 30,76
3.3. painel automático com mais de duas faces e mudança de cores e mensagens	R\$ 3,12	R\$ 37,35
3.4. painel próprio iluminado para veiculação de mensagens conhecidas como back-light e front-light e similares	R\$ 3,12	R\$ 37,35
3.5. placas, painéis, cartazes, tabuletas, faixas, letreiros e similares	R\$ 1,53	R\$ 18,67



CATEGORIA

k) Feira Livre e Varejão (por m2) k.1) feira-livre e varejão

I) Feira de Artesanato (por m2)

m) Parque de Diversões e similar (por m2)

I.1) barraca e outros

m.1) até 30 dias

4. publicidade distribuída dentro do estabelecimento ou em vias e logradouros públicos						
4.1. folhetos, cartazes ou encartes e assemelhados, milheiro ou fração valor da taxa em R\$ - por milheiro ou fração						
4.1.1. publicidade própria	R\$ 45,78					
4.1.2. publicidade para terceiro	R\$ 45,78					

5. Publicidade através de equipamentos eletrônicos, visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais

do rodovido, con adas e carrillimos maniolpais, conadado ea rederais.		
5.1. Modelo do anúncio	Valor da Taxa	em R\$
	Mês	Ano
5.1.1. publicidade própria	R\$ 5,46	R\$ 54,95
5.1.2. publicidade para terceiro	R\$ 10,97	R\$ 109,94

Art. 333. A Taxa de Licenca para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, passando o valor da obrigação tributária a ser expressa em moeda corrente nacional

LOCAL

R\$ 27,46

R\$ 4,57

R\$ 18,30

R\$ 1,79

CATEGORIA	PERÍODO	1	LOCAL	
	PERIODO	REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3
<ul> <li>a) veículos, equipamentos e similares, utilizados p/ o comércio e prestação de serviço ambulante (por m²):</li> </ul>				
a.1) carrinho de mão, mesas, tabuleiros, máquinas, aparelhos e similares.	Ano	R\$ 26,37	R\$ 17,58	R\$ 8,78
a.2) barraca e similar	Ano	R\$ 36,63	R\$ 27,46	R\$ 18,30
a.3) caminhões, automóveis e similares	Ano	R\$ 36,63	R\$ 27,46	R\$ 18,30
b) banca (por m²)				
b.1) para o comércio de jornais, revistas e similar	Ano	R\$ 36,63	R\$ 27,46	R\$ 18,30
c) Quiosque (por m²):				
c.1) Quiosque, para o comércio e prestação de serviços	Ano	R\$ 54,95	R\$ 36,63	R\$ 27,46
d) trailer (por m²):				
d.1) trailer de lanches e similar	Ano	R\$ 54,95	R\$ 36,63	R\$ 27,46
e) mesas e cadeiras em vias e logradouros público	os (por m²):			
e.1) mesas e cadeiras em vias e logradouros públicos	Ano	R\$ 21,97	R\$ 14,64	R\$ 9,12
f) depósito e prestação de serviços (por m²):				
<ul> <li>f.1) utilização do passeio público para fins co- merciais e prestação de serviços (colocação de mercadorias e equipamentos).</li> </ul>	Ano	R\$ 36,63	R\$ 27,46	R\$ 18,30
g) Atividade Eventual e esporádica (por m2)				
g.1) até 01 dia	Período	R\$ 2,17	R\$ 1,64	R\$ 1,26
g.2) de 02 a 15 dias		R\$ 4,57	R\$ 3,63	R\$ 2,71
g.3) de 16 a 30 dias		R\$ 9,12	R\$ 6,94	R\$ 5,10
h) Banco Eletrônico (por m2)				
h.1) caixa eletrônico	Ano	R\$ 54,95	R\$ 36,63	R\$ 27,46
i) Taxi (Veículos)				
i.1) taxi (por unidade)	Ano	R\$ 109,94	R\$ 91,59	R\$ 54,95
j) Camelódromo				
j.1) camelódromo (por m²)	Ano		R\$ 27,46	

Art. 341-B. As taxas de que tratam o artigo anterior serão devidas de acordo com a tabela a seguir descrita:

Ano

Mês

Ano

	Taxa de Implantação	Taxa de Ope- ração	Taxa de Monitoramento
	Somente na instalação dos equipamentos	Somente no início da atividade	Anual
Operadoras de serviço que se utilizem de estações transmissoras de radiocomunicação, de telefonia móvel ou fixa, fornecedores de terminais de usuário comercializados no Município de Piracicaba e as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços de energia elétrica, que se enquadrem nos dispositivos da Lei nº 6.814, de 05 de julho de 2.010	R\$ 2.639,82	R\$ 2.639,82	R\$ 3.959,73

Art. 2º A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Piracicaba. 29 de dezembro de 2015.

JOSE ADMIR MORAES LEITE Secretário Municipal de Finanças

INSTRUCAO NORMATIVA S. F. Nº 28 / 2015 (Dispõe sobre a atualização do ISS fixo para o exercício de 2016 e dá outras providencias)

JOSE ADMIR MORAES LEITE, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura do Município de Piracicaba no uso de suas atribuições legais

Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de novembro de 2008 (Dispõe sobre a consolidação das leis que disciplinam o sistema tributário municipal);

Considerando, finalmente a edição do Decreto nº 16.504, de 21 de dezembro de 2015 que "Dispõe sobre a atualização da base de cálculo para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e demais tributos municipais no exercício de 2016 e dá outras providencias".

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica reajustado a partir de 01 de janeiro de 2016 o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN - Importâncias Fixas, constante da Tabela anexa ao Art. 287 da Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de novembro de 2008 (Dispõe sobre a consolidação das leis que disciplinam o sistema tributário municipal), conforme ANEXO I que fica fazendo parte desta Instrução.

Parágrafo Único. Os valores ora apurados é o resultado do acréscimo da variação acumulada do INPC - IBGE ocorrida no mês de dezembro de 2014 a Novembro de 2015 no total de 10,97% (Dez vírgula noventa e sete por cento) aos valores aplicados no exercício de 2015.

Art. 2º A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Piracicaba, 29 de dezembro de 2015.

JOSE ADMIR MORAES LEITE Secretário Municipal de Finanças

		Serviços de Informática e Congêneres	-
	1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	1.017,20
	1.02	Programação	956,94
	1.03	Processamento de dados e congêneres	956,94
	1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos	956,94
	1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	956,94
	1.06	Assessoria e consultoria em informática	956,94
	1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	956,94
	1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	956,94
		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	-
••••	2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	1.017,20
	2.01		1.017,20
		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres	-
	3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	1.709,81
	3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	-
	3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, comparti- lhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	-
	3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	-
		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	-
	4.01	Medicina e biomedicina	956,94
	4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sono- grafia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	-
	4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-so- corros, ambulatórios e congêneres	-
	4.04	Instrumentação cirúrgica	-
	4.05	Acupuntura	956,94
			Nível
			Superior
		Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	956,94
	4.06	Ellerinageni, indusive serviços auxiliares	Nível Médio
			626,95
	4.07	Serviços farmacêuticos	956,94
	4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	Nível Superior 956,94
			Nível Médio
			626,95
	4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	956,94
	4.10	Nutrição	956,94
	4.11	Obstetrícia	956,94
	4.12	Odontologia	956,94
	4.13	Ortóptica	956,94
.,			Nível Superior
	4.14	Próteses sob encomenda	956,94
			Nível Médio
			626,95



	4.15	Psicanálise  Psicalagia	956,94
	4.16	Psicologia	956,94
	4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	-
	4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	-
	4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	-
	4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	-
	4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	-
	4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	-
	4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	-
•		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	-
	5.01	Medicina veterinária e zootecnia	956,94
	5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária	-
	5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	-
	5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	-
	5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	-
	5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	-
	5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	-
	5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	389,55
		1	-
	5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	-
	0.5	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres	-
	6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	389,55
	6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	389,55
	6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	519,38
	6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	-
	6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres	-
		Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres	-
	7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e	956,94
		congeneres	- /- '
	7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	-
	7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	-
	7.04	Demolição	649,27
•••	7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	432,85
•••	7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo	389,55
	7.0-	tomador do serviço	200 ==
	7.07 7.08	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres  Calafetação	389,55 389,55
	7.08	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação	
		final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	
	7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	369,55
	7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	389,55
	7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	-
	7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	389,55
	7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres	-
	7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	-
	7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	-
	7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e paisagismo.	-
	7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	
		Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de	-
	7.21	petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	

	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treina-	-
0.0		E40 = 5
8.01		519,38
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	519,38
	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres	-
	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apar-	
9.01	,,	_
9.01	da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto	-
	Sobre Serviços)	
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de	519,38
9.02	turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	319,30
9.03	Guias de turismo	519,38
	Serviços de intermediação e congêneres	-
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de	519,38
10.02	contratos quaisquer	519,38
10 03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial,	519,38
10.00	artística ou literária	010,00
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil	519,38
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangi- dos em outros itens ou sub-itens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de	519.38
	Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	,
10.06	Agenciamento marítimo	865,73
<del>}</del>	j	865,73
10.00	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação	1.082,16
10.08	por quaisquer meios	1.082,10
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	956,94
10.10	Distribuição de bens de terceiros	519,38
	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres	-
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	649,27
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	302,96
<del>}</del>	j	-
11.04	espécie	-
	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	-
12.01	Espetáculos teatrais	-
12.02	Exibições cinematográficas	-
12.03	Espetáculos circenses	-
12.04	Programas de auditório	-
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	-
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres	-
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	-
12.00	Circo evencione engresses e constitucio	
	ļ	-
		_
12.10		
12.11	do espectador	-
12.12	Execução de música	216,40
12.13	shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e	-
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por	519,38
	qualquer processo	
12.15	Destiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	519,38
10 10	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas,	_
14.10	competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	-
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	519,38
. = /	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	-
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	519,38
13.02 13.03	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres  Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem	
	8.02  9.01  9.02  9.03  10.01  10.02  10.03  10.04  10.05  10.06  10.07  10.08  10.09  11.01  11.02  11.03  11.04  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01  12.01	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza  Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres  Hospedagem de qualquer natureza em hotêis, apart-service condominiais, flat, apart-hotêis, hotêis residência, residence-service, suite service, hotelaria martifina, motêis, pensõses e congêneres coupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)  9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de urismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres  9.03 Guias de turismo  Serviços de intermediação e congêneres  9.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada  1.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer  1.06 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)  1.07 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros tiens ou sub-tens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios  1.08 Agenciamento de notícias  1.09 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios  1.00 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial  1.01 Distribução de bens de terceiros  8-erviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres  1.01 Sepatêculos circenses  1.02 Exibições cinematográficas  1.03 Escotla, inclusive de veículos e cargas  1.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer especie  1.05 Parques de diversões, lazer, entretenimento e congêneres  1.06 Espetâculos circenses  1.07 Espetaculos testrais  1.08 Fejeras, exposições, congresos e cong

4		Serviços relativos a bens de terceiros	-
	14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blin- dagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	519,38
	14 02	Assistência técnica	519,38
	14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	519,38
	14 04	Recauchutagem ou regeneração de pneus	519,38
		Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	
	14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	519,38
	14.07	Colocação de molduras e congêneres	519,38
	14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	-
	14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	519,38
	14.10	Tinturaria e lavanderia	519,38
	14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	519,38
	14.12	Funilaria e lanternagem	519,38
	14.13	Carpintaria e serralheria	519,38
5		Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	-
	15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e con- gêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	865,73
	15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	-
	15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	-
	15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	-
	15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	-
	15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferên- cia de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	-
	15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	-
	15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins	-
	15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	-
	15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	-
	15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	-
	15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	-
	15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	-
	15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	-
	15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	-
	15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de paga- mento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços rela- cionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	-
	15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	-
	15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, aná- lise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	

16		Serviços de transporte de natureza municipal	-
	16.01	Serviços de transporte de natureza municipal	519,38
	,		
7		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	-
	17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	956,94
	17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	367,89
	17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	956,94
	17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	-
	17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	-
	17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campa- nhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	-
	17.08	Franquia (franchising)	519,38
	17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	1.017,20
	17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e con- gêneres	1.082,16
	17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	1.082,16
	<del>!</del>	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	1.082,16
	<del>!</del>	Leilão e congêneres	519,38
		Advocacia	956,94
	<del>!</del>	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	956,94
		Auditoria	956,94 1.017,20
	<del>!</del>	Análise de Organização e Métodos Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	519,38
	17.10	Attanta e carcinos tecnicos de qualque natureza	Nível
	,		Superior
	17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	956,94
			Nível Médio
			593,82
	17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	956,94
	17.21	Estatística	1.298,62
	17.22	Cobrança em geral	389,55
	17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	519,38
	17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	649,27
8		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e ava- liação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	-
	18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e ava- liação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	519,38
9		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	-
	19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	194,74
0		Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários	-
	20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	389,55
	20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armaze- nagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	398,20
	20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passagei- ros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	389,55
1		Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	-
	21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	605,98
2		Serviços de exploração de rodovia	-
_	22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	



,	,		•
23		Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	-
	23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	865,73
24		Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	-
	24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	1.298,62
25		Serviços funerários	-
	25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	
	25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	-
	25.03	Planos ou convênio funerários	-
	25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	-
26		Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres	-
	26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres	
27		Serviços de assistência social	-
	27.01	Serviços de assistência social	1.082,16
28		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	-
	28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	865,73
29		Serviços de biblioteconomia	_
23	20.04		4 000 46
	29.01	Serviços de biblioteconomia	1.082,16
30		Serviços de biologia, biotecnologia e química	-
	30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	956,94
31		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	-
	31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	865,73
32		Serviços de desenhos técnicos	-
	32.01	Serviços de desenhos técnicos	519,38
33		Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	-
	33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	865,73
34		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	-
	34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	432,85
35		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	-
	35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	865,73
36		Serviços de meteorologia	-
	36.01	Serviços de meteorologia	1.082,16
37		Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	- ,
<b>.</b> ,	27.04		96F 70
	37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	865,73
38		Serviços de museologia	-
55	20.01		
	38.01	Serviços de museologia	-
39		Serviços de ourivesaria e lapidação	-
	39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)	1.082,16
40		Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	-
	40.01	Obras de arte sob encomenda	1.298,62

Piracicaba, 29 de dezembro de 2015.

# SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015

PROCESSO Nº 182.292/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços gráficos

#### PREÇO REGISTRADO

Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	2.000	Unid.	Cartaz A3 Papel couché fosco 115g Medidas: 297x420mm 4x0 cores	R\$ 0,513	R\$ 1.026,00
02	15.000	Unid.	Folder Papel couché fosco 150g/m² 4x4 cores Formato Aberto 29,0 x 21 cm 01 dobra	R\$ 0,259	R\$ 3.885,00
03	30.000	Unid.	Folder Papel couché fosco 150g/m² 4x4 cores Formato Aberto 14,5 x 21 cm	R\$ 0,110	R\$ 3.300,00

Itens 01 a 03 - Nova RC - Editora e Artes Gráficas Ltda - EPP

#### PROCURADORIA GERAL

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Inteligência do Artigo 24, XXII, c/c Artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. (conforme Parecer Jurídico nº 1.007/2015, anexo aos autos).

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras.

OBJETO: Fornecimento de energia elétrica para o Estádio Municipal "Barão da Serra Negra" e Piscina Municipal "Dr. Samuel de Castro Neves".

CONTRATADO: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL.

REQUISIÇÃO nº: 8769/2015

VALOR: R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).

PROTOCOLO n.º: 197.869/2015.

PRAZO CONTRATUAL: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

- 1 Vistos
- 2 Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações e considerando o Parecer Jurídico nº 1.007/2015, dispenso de licitação a presente despesa no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).
  - 3 Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal n.º 15.133, de 21 de maio de 2013.
  - 4 Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente dispensa de licitação.

JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE GODOY Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras

Ratifico a presente despesa feita por meio de dispensa de licitação, conforme Parecer Jurídico nº 1.007/2015 e solicitação da Secretaria Municipal Governo.

À Procuradoria Geral para dar publicidade ao ato

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inteligência do Artigo 25, "caput", c/c Artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações (conforme Parecer Jurídico n.º 1.075/2015, anexo aos autos)

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva em 05 geradores. CONTRATADO: Sotreq S.A.

VALOR: R\$ 111.972,00 (Cento e onze mil, novecentos e setenta e dois reais).

REQUISIÇÃO n.º 9338/2015. PROCESSO n.º 198.215/2015

PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

- 1 Visto
- 2 Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações, bem como os preços estarem compatíveis com os praticados no mercado, e considerando o Parecer Jurídico, prescinde de licitação a presente despesa no valor de R\$ 111.972,00 (Cento e onze mil, novecentos e setenta e dois reais).
  - 3 Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal n.º 15.133, de 21 de maio de 2013.
  - 4 Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente inexigibilidade de licitação.

PEDRO ANTONIO DE MELLO Secretário Municipal de Saúde

Ratifico a presente despesa feita através de inexigibilidade de licitação, conforme Parecer Jurídico e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

À Procuradoria Geral para publicidade do ato.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal



#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Inteligência do Artigo 24, XXII, c/c Artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. (conforme Parecer Jurídico nº 1.077/2015, anexo aos autos).

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde OBJETO: Fornecimento de energia elétrica para as Unidades de Saúde. CONTRATADO: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL. REQUISIÇÃO Nº: 9378/2015.

VALOR: R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais) PROCESSO n.º: 211.556/2015.

PRAZO CONTRATUAL: de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

1 - Vistos

2 - Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações e considerando o Parecer Jurídico nº 1.077/2015, dispenso de licitação a presente despesa no valor de R\$ R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais).

3 - Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal n.º 15.133, de 21 de maio de 2013

4 - Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente dispensa de licitação

> PEDRO ANTONIO DE MELLO Secretário Municipal de Saúde

Ratifico a presente despesa feita por meio de dispensa de licitação, conforme Parecer Jurídico nº 1.077/2015 e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

À Procuradoria Geral para dar publicidade ao ato.

GARRIFI FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

Aditamento ao Convênio nº 143/2015 que entre si celebram o Município de Piracicaba e a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO XV DE PIRACICABA. (SELAM) Proc. Admin. Nº 35.606/2015.

Base Legal: Lei Municipal nº 7.045/2011.

Obieto: apoio no desenvolvimento da modalidade esportiva de Futebol de Base. Valor: R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

Prazo: 31/12/2015 Data: 02/03/2015

DO ADITIVO - VALOR Aditivo nº 35.606/2015-1/1.

Valor: R\$ 18.500.00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Contratada: MASS CLEAN COMÉRCIO DE MERCADORIAS PARA HIGIE-NIZAÇÃO EIRELI - EPP. – CNPJ nº 07.646.179/0001-06 (SAÚDE) Contrato: nº 115.427/2015-3/0.

Proc. Admin.: nº 115.427/2015. Licitação: Pregão Eletrônico nº 121/2015. Objeto: aquisição de materiais de enfermagem.

Valor: R\$ 7.462,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 28/12/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: M & G MINERAÇÃO DE CALCÁRIO LTDA. - CNPJ nº 16.925.334/0001-06 (SEMOB)

Contrato nº 125.623/2015 - 1/0

Proc. Admin.: nº 125.623/2015.

Licitação: Pregão Presencial nº 115/2015.

Objeto: Fornecimento parcelado de dolomita fragmentada (lajão britado). Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Prazo: 31/12/2015. Data: 03/09/2015.

DO ADITIVO - VALOR

Aditamento nº 125.623/2015-1/1

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Data: 29/12/2015.

Aditamento ao Contrato de Locação - Locadores: Sra. ENCARNAÇÃO

MARIANO FESSEL E OUTROS. (SEMAD) Proc. Admin.: nº 7.734/2011

Licitação: Dispensa de Licitação – Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93. Objeto: locação de imóvel localizado na Rua da Freguesia, nº 165, Jardim Monumento, utilizado pelo do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT.

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais

Prazo: 12 (doze) meses. Data: 01/02/2011

DO ADITIVO - PRAZO E VALOR Aditamento nº 7.734/2011-1/5.

Valor: R\$ 5.080,44 (cinco mil, oitenta reais e quarenta e quatro centavos)

Prazo: 12 (doze) meses

Data: 30/12/2015.

Aditamento ao Contrato de Locação - Locadores: SR. ODAIR VIEIRA E SRA. CREUSA PIRES VIEIRA. (SEMAD)

Proc. Admin.: nº 130.996/2008.

Licitação: Dispensa de Licitação – Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93. Objeto: locação de imóvel localizado na Rua Benjamin Constant, nº 3.016 e 3.032, Bairro Paulista, destinado para instalação do Almoxarifado Central e Cozinha Municipal.

Valor: R\$ 4.000.00 (quatro mil reais) mensais

Prazo: 12 (doze) meses. Data: 09/12/2008

DO ADITAMENTO – PRAZO E VALOR

Aditamento nº 130.996/2008-1/7.

Valor: R\$ 5.741,81 (cinco mil, setecentos e quarenta e um reais e oitenta e

um centavos) mensais Prazo: 12 (doze) meses Data: 30/12/2015

Aditamento ao Contrato - Contratada: R.J. DAS NEVES OBRAS EIRELI. -CNPJ nº 14.858.434/0001-31 (SEMOB)

Proc. Admin.: nº 125.954/2013.

Licitação: Concorrência nº 14/2013.

Objeto: Execução de serviços de manutenção e conservação de via pública (tapa buraco) no perímetro urbano do Município.

Valor: R\$ 2.956.887,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

Prazo: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Data: 03/02/2014

DO ADITIVO – VALOR

Aditamento nº 125.954/2013-1/5.

Valor: R\$ 308.773,08 (trezentos e oito mil, setecentos e setenta e três reais

e oito centavos) Data: 30/12/2015

Aditamento ao Contrato de Locação – Locador: Sr. ANTÔNIO BRIOSCHI (SAÚDE)

DO CONTRATO ORIGINAL

Proc. Admin.: nº 140.607/2011

Licitação: Dispensa de Licitação - Artigo 24, inciso X, c/c Artigo 26, da Lei

Federal n.º 8.666/93

Objeto: locação de imóvel localizado na Rua Benjamin Constant, nos 2.089 e 2.091, Bairro Centro, para a instalação da Vigilância Epidemiológica. Valor: R\$ 3.510.00 (três mil e quinhentos e dez reais) mensais

Prazo: 12 (doze) meses Data: 30/11/2011.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR

Aditamento nº 140.607/2011-1/4. Valor: R\$ 4.174,89 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e

nove centavos) mensais Prazo: 06 (seis) meses Data: 30/12/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: COMERCIAL CONCORRENT EIRELI

- EPP. - CNPJ nº 61.778.718/0001-06 (SEMDES)

Proc. Admin.: nº 153.673/2014

Licitação: Pregão Eletrônico nº 144/2014. Objeto: fornecimento parcelado de leite

Valor: R\$ 20.311,20 (vinte mil, trezentos e onze reais e vinte centavos).

Prazo: 31/12/2015. Data: 13/02/2015.

DO ADITIVO – SUPRESSÃO

Aditamento nº 153.673/2014-1/1. Valor Suprimido: R\$ 8.258,40 (oito mil, duzentos e cinquenta e oito reais e

quarenta centavos) Data: 30/12/2015.

Contratada: CONCA DISCOS E FITAS LTDA. - CNPJ nº 52.586.013/0001-

98 (EDUCAÇÃO) Contrato: nº 164.856/2015-1/0.

Proc. Admin.: nº 164.856/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 241/2015.

Objeto: aquisição de caixas amplificadoras.

Valor: R\$ 7.780,00 (sete mil, setecentos e oitenta reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015.

Contratada: EXTINTORES BRASIL EIRELI EPP. - CNPJ nº 54.835.574/0001-

09 (EDUCAÇÃO) Contrato: nº 183.046/2015-1/0.

Proc. Admin.: nº 183.046/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 222/2015.

Objeto: Prestação de serviços de recargas em extintores de incêndio.

Valor: R\$ 8.165,00 (oito mil, cento e sessenta e cinco reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015.

Contratada: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. - CNPJ

nº 67.405.936/0001-73 (SAÚDE) Contrato: nº 165.179/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 165.179/2015

Licitação: Pregão Eletrônico nº 186/2015. Objeto: aquisição de veículos 0 km.

Valor: R\$ 99.000.00 (noventa e nove mil reais) Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015

Contratada: ROSICLER CIRÚRGICA LTDA. - CNPJ nº 57.365.116/0001-41 (SAÚDE)

Contrato: nº 159.329/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 159.329/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 180/2015. Objeto: aquisição de materiais de enfermagem.

Valor: R\$ 11.344,45 (onze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta

MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. - CNPJ nº 18.466.544/0001-09 (SAÚDE)

e cinco centavos). Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015.

Contratada: PROTECTOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS

Contrato: nº 176.298/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 176.298/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 255/2015. Objeto: aquisição de materiais de enfermagem. Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Prazo: até a entrega definitiva. Data: 30/12/2015.

Contratada: AA SIMPLICIO CONSTRUÇÃO LTDA. - CNPJ  $\, n^{\circ} \,$ 08.471.109/0001-19 (SEMAD)

Contrato: nº 175.390/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 175.390/2015.

Licitação: Pregão Presencial nº 200/2015.

Objeto: Prestação de serviços de desmontagem e montagem e aquisição de divisórias

Valor: R\$ 8.360,00 (oito mil, trezentos e sessenta reais).

Prazo: até a entrega definitiva Data: 30/12/2015.

Contratada: LE MANS CAMPINAS VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. - CNPJ nº

04.427.821/0002-40 (SAÚDE) Contrato: nº 173.832/2015-1/0 Proc. Admin.: nº 173.832/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 2572015.

Objeto: aquisição de ambulância. Valor: R\$ 104.800,00 (cento e quatro mil e oitocentos reais).

Prazo: até a entrega definitiva. Data: 30/12/2015.

Contratada: CS ELÉTRICA DUQUE DE CAXIAS LTDA - EPP. - CNPJ nº

17.156.242/0001-71 (SEMAD) Contrato: nº 161.724/2015-2/0

Proc. Admin.: nº 161.724/2015. Licitação: Pregão Eletrônico nº 184/2015.

Objeto: aquisição de materiais elétricos. Valor: R\$ 1.409,86 (um mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e seis

centavos). Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015

Contratada: WESLEI DOS SANTOS FERREIRA - ME. - CNPJ nº 22.307.520/0001-84 (SEMAD)

Contrato: nº 161.724/2015-1/0 Proc. Admin.: nº 161.724/2015. Licitação: Pregão Eletrônico nº 184/2015.

Objeto: aquisição de materiais elétricos. Valor: R\$ 1.818,23 (um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e três centavos).

Prazo: até a entrega definitiva.

Contratada: COMERCIAL CONCORRENT EIRELI - EPP. - CNPJ nº 61.778.718/0001-06 (SEMAD)

Contrato: nº 163.199/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 163.199/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 230/2015.

Objeto: aquisição de materiais elétricos. Valor: R\$ 561,70 (quinhentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015

Data: 30/12/2015.

Contratada: AURION EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - CNPJ nº

06.889.652/0001-05 (SAÚDE) Contrato: nº 177 254/2015-1/0

Proc. Admin.: nº 177.254/2015. Licitação: Inexigibilidade de Licitação - Art. 25, inciso I, c/c Art. 26 da Lei

Federal nº 8.666/93. Objeto: Fornecimento de peças e mão de obra para conserto de equipamento

de uso do Pronto Atendimento Médico. Valor: R\$ 26.741,36 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta e um reais e

trinta e seis centavos).

Prazo: até o recebimento definitivo. Data: 30/12/2015.

Contratada: MW MICROWARE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. -

CNPJ n° 56.097.645/0001-49 (SEMAD)

Contrato: nº 147.194/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 147.194/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 177/2015. Objeto: aquisição de solução de backup

Valor: R\$ 99.550,00 (noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta reais). Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 30/12/2015.

Contratada: E.R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA. - CNPJ nº

05.778.325/0001-13 (SEMFI) Contrato: n° 153.128/2015-1/0. Proc. Admin.: nº 153.128/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 200/2015.

Objeto: aquisição de workstations. Valor: R\$ 56.900,00 (cinquenta e seis mil e novecentos reais)

Prazo: até a entrega definitiva. Data: 30/12/2015

# COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO CARTA CONVITE Nº 09/2015 Prestação de serviço em limpeza pós obra

A Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações comunica que a após a análise do recurso interposto pela empresa GONÇALVES -PORTARIA E LIMPEZA LTDA - ME e, ainda, com base no parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral que nega provimento ao mesmo, o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal DECIDIU pela MANUTENÇÃO do julgamento de 03/11/2015, DELIBERANDO a presente Comissão por APROVAR a empresa COLETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - R\$ 13.999,00.

Publique-se

Piracicaba, 30 de dezembro de 2015.

Renato Alves de Oliveira Presidente

# DIÁRIO OFICIAL

# COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE E DE SINDICÂNCIA

HOMOLOGAÇÃO - Gabriel Ferrato dos Santos. Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:

Processo n.º.: 10.557/2015.

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de FÁBIO LUÍS ELIAS, funcionário público municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao disposto no art. 482, alíneas "e" e "h", da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pela aplicação da pena de SUSPENSÃO ao servidor FÁBIO LUÍS ELIAS, por infringência à alínea "h", do art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

> FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT Presidente da C.P.P.S

HOMOLOGAÇÃO - Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo

Processo n.º.: 51.090/2015

Assunto: Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em negativa de atendimento a paciente na Unidade Básica de Saúde Centro. dentro do horário de expediente

Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pelo ARQUIVAMENTO do presente procedimento, já que não existe ato de servidor passível de punição.

> FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT Presidente da C.P.P.S.

HOMOLOGAÇÃO - Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:

Processo n.º .: 177.811/2015

Assunto: Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em acidente de trânsito ocorrido com o veículo oficial Ambulância – IVECO. placas DKI-0785, prefixo B14, ano 2007, conforme boletim de ocorrência

Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pelo ARQUIVAMENTO do presente procedimento, uma vez que não houve nenhum fato cometido por servidor passível de punição administrativa ou ressarcimento ao erário.

> FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT Presidente da C.P.P.S

# SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO Expediente do dia 29 de Dezembro 2.015 Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados				
004368/2015		NTAL, SERVIÇOS E OBRAS LTDA			
004369/2015		HARIA CIVIL LTDA			
004370/2015	PAULO S. PET				
004371/2015		RRAZ DE A. CORREA			
004372/2015	PAULO S. D. N	MUTA			
004373/2015		ION COMÉRCIO E SERVIÇOS DE			
	INFORMÁTICA				
004374/2015	CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER PIRACICABA				
004375/2015	ANGELO MARTINS CORDEIRO				
004376/2015	3 NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME				
004377/2015	ENGENHARIA				
004378/2015	ENGENHARIA				
004379/2015	ENGENHARIA				
Despachos					
Protocolos	Processo	Interessado			
001606/2015	000976/2015	SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE: "Deferido".			
		ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA			
002052/2015	001222/2015	S E M A E: "Deferido".			
004180/2015	001906/2012	*MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A.: "Concluído".			
004266/2015	VEREADOR JOSE A. F. PAIVA: "Concluído".				
004267/2015	VEREADOR JOSE A. F. PAIVA: "Concluído".				
004273/2015	001398/2013	ALBERTO MANOEL PEREIRA: "Concluído".			
004276/2015	002621/2015	AUDAX EMPREENDIMENTOS: "Concluído".			
		IMOBILIÁRIOS LTDA			
004278/2015	002623/2015	AUDAX EMPREENDIMENTOS: "Concluído".			
		IMOBILIÁRIOS LTDA			
004281/2015	002626/2015	STAUFAKER ENGENHARIA: "Concluído".			
004294/2015	000518/2014	RAIZEN ENERGIA S/A-FILIAL COSTA PINTO: "Concluído".			
004295/2015	001320/2014	RAIZEN ENERGIAS/A-FILIAL COSTA PINTO: "Concluído".			
004300/2015	002633/2015	LIVE WELL GOVERNADOR SPE LTDA: "Concluído".			
004302/2015	LTR CONSTR. E EMP. LTDA: "Concluído".				
004303/2015		ARAFON: "Concluído".			
004304/2015		E EMP. LTDA: "Concluído".			
004324/2015	001567/2015	MARIA APARECIDA COSTA CASQUEL: "Concluído".			
		E OUTROS			
004367/2015	002674/2015	ALESSANDRA REGINA MELEGA: "Concluído".			
005384/2014	004233/2014	ADMILSON FERNANDES: "Arquivado".			

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DO SEMAE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2015 - PROCESSO N.º 2683/2015

Vlamir Augusto Schiavuzzo, Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, cujos poderes foram conferidos pela Lei Municipal n.º 1657/69. RATIFICA, em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93 e com fundamento no inciso IV do art. 24 do mesmo diploma legal, a contratação da empresa Nazato Piracicaba Transportes e Comércio Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 56.976.871/0001-08, visando a prestação de serviços de transporte de água potável em caminhões pipa, pelo valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Publique-se para os devidos efeitos legais.

Piracicaba. 29 de dezembro de 2015

Vlamir Augusto Schiavuzzo Presidente do SEMAE

# 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 2ª sessão extraordinária realizada na data de 16/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber

PROCESSO Nº. 54.556/2013 RECORRENTE: PMP RECORRIDO: Edson Valdemir Pigoretti ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS IVANJO CRISTIANO SPADOTE. JOSÉ SILVESTRE DA SILVA. MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINICIUS ORLANDIN COELHO E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado por Unanimidade

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Município classificou o imóvel sob CPD nº 157.0972 corretamente, pois classificado em consonância com a legislação tributária municipal, conforme exposto as fls. 14 e 16 dos autos. Portanto, o valor venal atribuído esta de acordo com os preços praticados no mercado imobiliário (fls. 12). No tocante a exploração agrícola do imóvel melhor sorte não tem o Recorrente, visto que não foram anexados aos autos os documentos necessários ao preenchimento dos requisitos para o deferimento da isenção estabelecida pelo art. 123 da LC 224/2008. Por fim, conforme se extrai do presente processo as fls. 43 e 44, o desconto de 75% do IPTU/2013 - área 'non aedifincandi' já foi deferida em primeira instância administrativa através do processo administrativo nº 41.787/2013, portanto não há o que se analisar e julgar a esse título. Ante o exposto, voto pelo não provimento ao Recurso Ordinário, a fim de considerar devido o valor de IPTU lançado para o exercício de 2013, ressalvado o já decidido no processo administrativo nº 41.787/2013. Aprovado por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 54.556/2013 RECORRIDO: Edson Valdemir Pigoretti Av. Independência, 2581 - Alemães CEP 13, 416-240

Prezado(a) Senhor(a)

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 2ª sessão extraordinária realizada na data de 16/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 61.991/2013 RECORRENTE: Hilda da Costa Gobbo RECORRIDO: PMP ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE CONSELHEIRO DE PRIMEIRA VISTA: RODRIGO P. MARQUES CONSELHEIRO DE SEGUNDA VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS IVANJO CRISTIANO SPADOTE JOSÉ SILVESTRE DA SILVA MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINICIUS ORLANDIN COELHO E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) -Recurso Ordinário

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria

No caso, o contribuinte protocolou requerimento pleiteando a isenção de IPTU devido à produção agrícola de cana-de-açúcar existente no local. Feitas as necessárias análises e pertinentes solicitações de documentos, a primeira instância deferiu o pedido. Após análise da documentação acostada aos autos, o Relator Ivanjo posiciona-se pelo conhecimento do recurso ordinário, e, no mérito, pelo seu deferimento, reformando-se a decisão de primeira instância. Conforme se extrai do presente processo, há evidente produção de cana-de-acúcar no local, sendo ela condizente com os parâmetros de produtividade estabelecidos pelos índices oficiais. Corroboram com tal fato a nota fiscal de fls. 35, e o parecer da SEMA de fls. 51/52. Atento ao princípio do formalismo moderado, entendo dispensável para este caso a apresentação do documento em nome do proprietário. Ademais, a análise dos outros requisitos e formalidades estabelecidas pelo Decreto nº 12.166/2007, aponta para um satisfatório cumprimento das exigências necessárias à concessão da isenção. Desta forma, estando comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos para o deferimento da isenção estabelecida pelo art. 123 da LC 224/2008, conheço do recurso apresentado, e dou provimento para reformar a decisão de primeira instância, cancelando-se o IPTU do exercício de 2013 lançado para o CPD 1569654. Já o Conselheiro de 1ª vista Rodrigo Prado Marques verificou que alguns dos motivos elencados em fls. 53/54 para justificar o indeferimento da isenção foram sanados em segunda instância, mas vislumbrou uma objeção que não foi sanada, qual seja o excesso de produtividade para a área. Diverge do voto do Relator votando pelo seu improvimento, de maneira a manter a decisão de primeira instância para a cobrança de IPTU relativo ao exercício de 2013 do imóvel cadastrado sob o CPD 1569654. O Conselheiro de 2ª vista José Silvestre da Silva considera a recorrente confessa no tocante a falta de documentação junto aos autos, sendo que tem-se a missão tão somente de cumprir com as leis e não a de legislar em favor de uma categoria específica. Em face do exposto, acompanha o Conselheiro de primeira vista para negar provimento ao recurso. Votaram com o Conselheiro relator, os Conselheiros André, Renato e Viviane e votaram com o Conselheiro de 1ª vista, os Conselheiros Helena, Luiz, Márcio, Silvestre e Tatiane. Negado Provimento por Majoria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 61.991/2013 RECORRENTE: Hilda da Costa Gobbo Rua Duque de Caxias, 332 - Jardim Europa CEP 13. 416-270 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a), Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 2ª sessão extraordinária realizada na data de 16/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO N°. 69.200/2014 RECORRENTE: PMP RECORRIDO: Sandro Antônio Barbosa

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIRO DE VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, IVANJO

CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS. HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINICIUS ORLANDIN COELHO E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) Recurso de Ofício

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria

Trata-se o presente de recurso de ofício, conforme determina o Art. 455 da Lei Complementar nº 224/2008, tendo em vista de decisão de primeira instância administrativa que deferiu o pedido de isenção de IPTU, exercício de 2014, para o imóvel denominado Chácara Santo Antônio, da Matrícula nº. 44.966 do 2º Cartório de Registro de Imóveis, propriedade de Sandro Antonio Barbosa, com área territorial de 20.000,00m², cadastrado nesta Municipalidade sob CPD 1573867. Diante do que consta nos autos e de acordo com o Laudo Técnico da Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento e informação da Divisão de Tributos Imobiliários, que os requisitos estabelecidos do Decreto nº 15.439/2013, foram atendimentos, portanto o imóvel em questão encontra-se amparado no Art. 123 e 161 da Lei Complementar nº 224/2008, Código Tributário do Município de Piracicaba Voto pelo Não Provimento do Recurso de Ofício, mantendo a decisão da 1ª Instância Administrativa, que concede isenção do IPTU/2014 para o imóvel do CPD 1573868, por seus próprios fundamentos. Já o Conselheiro de vista José Silvestre da Silva discorda do voto da ilustre conselheira, pelo fato do número de bovinos constante na GTA de fls. 44 não corresponder com aquele mencionado às fls. 43. Votam com a Relatora todos os presentes à exceção do Conselheiro de vista. Negado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI

Presidente

PROCESSO Nº. 69.200/2014 RECORRIDO: Sandro Antônio Barbosa Rua Holanda Cibin, 320 - São Cristovão II CEP 13.390-000 Rio das Pedras/SP



Prezado(a) Senhor(a).

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 2ª sessão extraordinária realizada na data de 16/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO №. 54.549/2013 RECORRENTE: MD3 Administração Ltda RECORRIDO: PMP ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: ANTÔNIO CARLOS DOS REIS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINICIUS ORLANDIN COELHO E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Pedido de Reconsideração

DECISÃO: DPM - Dado Provimento por Maioria

Deferimento da isenção do IPTU 2014 em Primeira Instância Administrativa e consequente envio deste Recurso de Ofício a esta Corte, à luz do art. 455 da LCM-224/2008 (CTM). Decisão do recurso de ofício nesta Corte: DPM - Dado Provimento por Maioria, acatando-se o voto favorável da relatora Tatiane Ap. N. Gasparotti, em face da ausência nos autos da Guia de Transporte Animal (GTA) e do Demonstrativo de Movimentação de Gado (DMG), em desacordo com o art. 3º, Incisos X e XI do Parágrafo Único, do Decreto Municipal nº 15.439/2013. Portanto, cancelada a isenção do IPTU 2014 concedida em Primeira Instância Administrativa. O reconsiderante traz aos autos as Guias de Transporte Animal (GTA) e o Extrato de Movimentação de Gado, período 2012/2013, cuja ausência motivou o provimento do recurso de ofício e consequente cancelamento da isenção do IPTU 2014, decidida em Primeira Instância Administrativa. Assim, satisfeitos os requisitos legais e comprovada pela SEMA a efetividade da exploração pecuária, sou pelo provimento deste pedido de reconsideração, para manter a isenção do IPTU 2014 deferida pelo Fisco Municipal de Piracicaba, à luz dos fundamentos expostos em seu despacho autorizativo. Votam com o Relator os Conselheiros André, Helena, Luiz, Renato e Viviane e votam contrariamente os Conselheiros Rodrigo. José Silvestre e Tatiane. O Conselheiro Ivanjo declarou-se impedido de votar.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO №. 54.549/2013 RECORRENTE: MD3 Administração Ltda Caixa Postal 640 CEP 13. 413-048 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 2^a sessão extraordinária realizada na data de 16/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO №. 19.310/2010
RECORRENTE: Dínamo Automação Industrial Ltda.
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISS
CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE
CONSEL HEIRO DE VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINICIUS ORLANDIN COELHO E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: DPD – Dado provimento pelo critério de desempate, conforme o artigo 27, parágrafo 4º, do Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 – Regimento Interno.

Trata-se de recurso ordinário interposto pela contribuinte Dínamo Automação Industrial Ltda., ante decisão de primeira instância, que julgou procedente a Notificação de Lançamento. O cerne da questão trazido aos autos não é a falta de recolhimento do ISS ou o recolhimento efetuado a menor, mas sim, qual deve ser o local de recolhimento do ISS, uma vez que conforme sustentado pelo recorrente os serviços foram prestados em local diverso da localização da sede da empresa e o imposto devidamente recolhido no local da prestação de serviços, conforme se verifica dos documentos anexados aos autos. O contribuinte tem como objeto social indústria e comercio de peças e equipamentos industriais, hidráulicos e eletroeletrônicos para automação industrial, importação, exportação e prestação de serviços em equipamentos industriais, hidráulicos e eletroeletrônicos para automação industrial, vasos de pressão (inspeção, manutenção e instalação) e válvulas de segurança para acumulador hidropneumático (lacrar, inspecionar e certificar), projetos e construção de painéis eletroeletrônicos (com e proteção e comando de motores), instalação em baixa tensão (para controle de motores e válvulas solenoides e transmissores). A primeira instância administrativa ao analisar a defesa apresentada pelo contribuinte houve por bem indeferi-la. fundamentando suas razões no enquadramento da atividade exercida pelo recorrente nos subitens 14.06 da Lei Complementar 224/2008, a qual na visão da Municipalidade, o recolhimento deve ser feito no local do estabele-

cimento. Registro que, nos termos do art. 4º da LC 116/2003, "considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas". Não obstante a literalidade dos arts. 3º e 4º da LC 116/2003 e o precedente citado, a 1ª Instancia Administrativa entendeu que é devido o ISS ao Município de Piracicaba desprezando por completo o local onde efetivamente os serviços foram prestados (Outros Municípios). Por outro lado, há afirmação nos autos de que ocorre o deslocamento de empregados, bem como mobilização de equipamentos/materiais para prestação dos serviços da ora recorrente para outros municípios, bem como o ISS retido pelo tomador no local da obra. Essa circunstância permite afirmar que ficou configurada a existência de "unidade econômica ou profissional", mesmo que temporária. Isso porque o art. 4º da LC 116/2003 deve ser interpretado em harmonia com o art. 126, III, do CTN, segundo o qual "a capacidade tributária passiva independe (...) de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional" O Recorrente aduz que as NFS citadas referem-se a prestação de serviços de instalação e montagem de equipamentos industriais e de acompanhamento e fiscalização de obras de engenharia, classificados nos itens 7.02 e 7.19 da lista de que tratam os arts. 239 e 287 da LCM-224/2008 (CTM). Por esse raciocínio, julga acertado o recolhimento do ISSQN devido em favor dos municípios onde prestados os serviços, consoante arts. 228 e 229-III do CTM. E faz prova de alguns dos pagamentos realizados. O Relator, Conselheiro Ivanjo, vota pelo provimento deste Recurso, porque entende configurar-se "unidade econômica ou profissional" do Recorrente nos locais de execução das obras, ainda que em caráter temporário, a evidenciar subsunção dos fatos à regra do art. 4° da LC-116/2003, c/c art. 126-III da Lei nº 5.172/66 (CTN). O Conselheiro de vista Márcio discorda das conclusões do Relator e do Recorrente. Sobre a tese do Relator, inexiste nos autos prova que sustente a pretendida requalificação do estabelecimento prestador. A mera prestação de serviços fora do estabelecimento sede e do município sede (envolvendo o deslocamento de equipes, máquinas, equipamentos) não é suficiente, por si só, para requalificar o estabelecimento prestador, pelo simples fato de que não encerra o conceito jurídico de unidade profissional ou estabelecimento temporário previsto no art. 4º da LC-116/2003, c/c art. 1.142 da Lei 10.406/2002. Quando a pessoa jurídica possui todos os elementos necessários à qualificação do seu estabelecimento na forma do art. 4º, da LC nº 116/2003, ou seja: é dotada de pessoal e meios hábeis a prestar os serviços de sua competência; possui estrutura administrativa compatível; está inscrita no Município e perante todos os demais órgãos públicos locais, com indicação deste domicílio fiscal da empresa, tudo a faz coincidir com a unidade econômica da prestação de serviços, atendidos, portanto, com os requisitos para determinar a presença de um estabelecimento prestador. Por isso, a desconsideração dos tipos de estabelecimentos adotados pelos particulares, pelo Fisco, tem limites bem determinados no sistema constitucional vigente, pela composição dos princípios de legalidade, tipicidade e capacidade contributiva (objetiva e subjetiva), que só a permitirão nas hipóteses de ausência de funcionalidade e causa. A instalação e montagem de produtos que não se agregam ao solo são alcançadas pelo item 14.06 da lista de serviços do ISSQN (art. 239 do CTM). Ora, moendas de destilarias e usinas de acúcar e álcool são bens que uma vez montados e instalados. não se agregam definitivamente ao solo, visto que podem ser removidos sem maiores danos ao seu reuso e às instalações civis. Por outro lado, ao emitir as NFS correspondentes aos serviços prestados, o Recorrente utilizou sistematicamente a classificação fiscal dos itens 14.01 e 14.06 da lista de serviços de que tratam os arts. 239 e 289 da LCM-224/2008 (CTM), tal como fixada em seu cadastro municipal (CMC). A evidenciar plena concordância com o tratamento fiscal dispensado pelo Fisco Recorrido. Tudo considerado, voto pelo improvimento deste recurso ordinário, mantendo-se inalterada a autuação fiscal produzida em Primeira Instância (fls. 177-182), por seus próprios fundamentos. Votaram com o Conselheiro relator os Conselheiros . . . . André, José Silvestre, Luiz Ângelo e Viviane e votaram com o Conselheiro de vista, os Conselheiros Helena, Renato, Rodrigo e Tatiane. Dado provimento pelo critério de desempate, conforme o artigo 27, parágrafo 4°, do Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 – Regimento Interno.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO №. 19.310/2010 RECORRENTE: Dínamo Automação Industrial Ltda. Rua General Câmara, 663 – Jardim Brasil

Prezado(a) Senhor(a),

CEP 13. 424-693

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 252^a sessão realizada na data de 19/10/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 117.717/2007

RECORRENTE: I.M.F. Brasil Instalações e Máquinas para Fundição Ltda

RECORRIDO: PMP ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: FABIANO RAVELLI CONSELHEIRO DE PRIMEIRA VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

CONSELHEIRO DE SEGUNDA VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO E LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Pedido de Reconsideração

DECISÃO: NPD – Negado Provimento pelo Critério de Desempate, conforme o artigo 27, parágrafo  $5^{\circ}$ , do Decreto  $n^{\circ}$  14.147, de 27 de junho de 2011 – Regimento Interno.

Trata-se de Pedido de Reconsideração à negativa por empate (NPE) do Recurso Ordinário ofertado pelo Recorrente e julgado em sessão de 24/11/2014. O Recorrente pugna pela tese da requalificação do estabelecimento prestador, em face do deslocamento de recursos materiais, logísticos e humanos para prestar serviços de assistência técnica às máquinas e equipamentos comercializados nos locais em que instalados, fora do seu estabelecimento e do município sede. Em seu voto, o Conselheiro Relator Fabiano Ravelli adota integralmente a queixa do Recorrente e, ao fim, manifesta-se pelo acatamento do pleito, para modificar a decisão anterior desta Corte e assim cancelar a autuação fiscal de fls. 80-85. Em voto de Primeira Vista, às fls. 525, o Conselheiro José Silvestre da Silva se manifesta pelo provimento parcial da pretensão, "para cancelar os lançamentos dos períodos de 10/2007 e 11/2007". E o faz ancorado nos seguintes pontos: a) há prova da execução dos servicos obieto da autuação fiscal fora do município de Piracicaba; b) o ônus da prova competia ao Fisco Recorrido; c) a jurisprudência mencionada pelo Recorrente garante-lhe o sucesso da causa. Para o Conselheiro de Segunda Vista, Márcio Antônio Barbon, natural que o Recorrente, prestador de serviços de assistência técnica, desloque seus recursos operacionais até os locais onde instalados os bens assistidos, à luz dos acordos firmados com seus clientes. Mas o ato, por si só, não é suficiente para requalificar o estabelecimento prestador, pelo simples fato de que não encerra o conceito jurídico de unidade profissional ou estabelecimento temporário previsto no art. 4º da LC-116/2003, c/c art. 1.142 da Lei 10.406/2002. Incontroverso que os negócios praticados pelo Recorrente não se encaixam nas exceções arroladas no art. 229 do CTM, nem autorizam a retenção do imposto municipal pelos tomadores dos serviços prestados, para pagamento da obrigação fiscal na qualidade de responsáveis tributários. Vota o Conselheiro de Segunda Vista pelo improvimento do pedido de Reconsideração do Recorrente, para manter a decisão desta Corte às fls. 508, que consolida no âmbito administrativo o lançamento e a autuação fiscal produzidos em Primeira Instância, às fls. 80-85. Votaram com o Conselheiro Relator, os Conselheiros André, Ivanio e Viviane. O Conselheiro de Primeira Vista, Silvestre, abre mão de seu voto e também acompanha o Conselheiro Relator integralmente. Votaram com o Conselheiro de 2ª vista, os Conselheiros Helena, Renato, Rodrigo e Tatiane. Negado Provimento pelo Critério de Desempate, conforme o artigo 27, parágrafo 5°, do Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 – Regimento Interno.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 117.717/2007

RECORRENTE: I.M.F. Brasil Instalações e Máquinas para Fundição Ltda

Rua Abelardo Benedito Libório, 951 – Uninorte CEP 13.413-075 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 252^a sessão realizada na data de 19/10/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO N°. 142.261/2010

RECORRENTE: Cross Business Dynamics S/C Ltda Me

RECORRIDO: PMP ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO E LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado provimento por unanimidade.

Trata o presente processo sobre recurso ordinário interposto pelo Contribuinte nos termos da LC nº 224/08. No caso, o contribuinte protocolou requerimento pleiteando a isenção de IPTU devido à exploração pecuária de gado existente no Sítio do Cerveiro. O imóvel em questão esta inscrito sob o CPD nº 562.233, matrícula nº 56.491, 1º CRI. Conforme se extrai do presente processo, a documentação apresentada refere-se ao sítio denominado "São José". Notas Fiscais de produtor com a inscrição estadual do Sítio "São José", bem como as cópias das Notas Fiscais de insumos destinadas ao Sitio "São José" (ex. fls. 105, 106, 111 e 124). No tocante a venda de gados, melhor sorte não resta ao Recorrente, pois não foram juntadas as cópias da GTA – Guias de Trânsito Animal, documento obrigatório em qualquer comercialização de animais dentro do Estado de São Paulo. Desta forma, não estando comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos para o deferimento da isenção estabelecida pelo art. 123 da LC 224/2008, conheço do recurso apresentado, e no mérito nego provimento para manter a decisão de primeira instância. Aprovado por unanimidade

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 142.261/2010

RECORRENTE: Cross Business Dynamics S/C Ltda Me

Rua Barão de Serra Negra, 688 – Vila Resende CEP 13.405-220 Piracicaba/SP



Prezado(a) Senhor(a), Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 252ª sessão realizada na data de 19/10/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 58.917/2012 RECORRENTE: Edenílson Flávio Steagal RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: VIVIANE MORENO LOPES E MATOS CONSELHEIRO DE VISTA: IVANJO CRISTIANO SPADOTE

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA-NO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA MÁRCIO ANTÔNIO BARBON. RENATO LEITÃO RONSINI. RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO E LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Trata-se de pedido de isenção de IPTU 2012 formulado pelos contribuintes para o imóvel Sítio Tupi, CPD 1461869, alegando possuírem cultura de cana-de-açúcar e criação de gado e cavalos. Anexaram Ficha de Inscrição Cadastral de Produtor Rural pela Secretaria da Fazenda Estadual, Notas Fiscais de Aquisição de Insumos, DIAC, DIAT, Certidão de Matrícula do Imóvel e Comprovante de Vacinação. Houve nova diligência da SEMA (fls 83 a 85) que ratificando o quanto informado anteriormente apresentou as metragens utilizadas para pasto, agricultura e mata nativa e expressou o entendimento de que não ocorre a efetiva produção representada pelas notas fiscais anexadas aos autos. Quanto à documentação exige: Ficha de inscrição cadastral de produtor rural, notas fiscais de compras de insumos e notas fiscais de comercialização da produção, DIAC, DIAT e matrícula atualizada, documentos esses que estão todos nos autos. A área é menor que a exigida pela norma para fins de comprovação da exploração. Assim sendo, conheco o recurso ordinário interposto pelo contribuinte para no mérito, negar-lhe provimento em razão da fundamentação acima exposta, mantendo-se a cobrança do IPTU 2012 para o CPD 1461869. O Conselheiro de vista, Ivanjo Cristiano Spadote, após pedir vista dos autos para melhor análise do processo, vota acompanhando o relatório e voto proferido pela Conselheira Relatora. Negado provimento por unanimidade

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 58.917/2012

RECORRENTE: Edenilson Flávio Steagal Rua Alferes José Caetano, 581 - Centro CEP 13.400-120 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 253ª sessão realizada na data de 26/10/2015. conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 48.189/2012 RECORRENTE: Giovanni Ferrazzo RECORRIDO: PMP ASSUNTO: Desapropriação CONSELHEIRO RELATOR: FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA-NO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: APU - Aprovado por Unanimidade

O contribuinte recorre a este Egrégio Conselho de Contribuintes, por não se conformar com os termos do parecer da Procuradoria Geral do Município de Piracicaba, que deu parcial provimento ao pedido do contribuinte, parecer de folhas 47 a 49 dos autos. Em folhas 69 dos autos, o contribuinte declara que desde o ano de 2010, tramita perante a 2º Vara Cível desta comarca, o Processo nº. 0002945-19.2010.8.26.0451, que versa sobre o pedido de retificação da área. Tendo em vista que o Processo Judicial versa sobre a mesma matéria do pedido do contribuinte sobre a retificação da área, voto pelo não conhecimento do recurso do contribuinte. Não conhecimento por unanimidade

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI

Presidente

PROCESSO Nº. 48.189/2012 RECORRENTE: Giovanni Ferrazzo

Rua Dr Osório de Souza, 257 - Vila Independência

Piracicaba/SP CEP 13. 418-300

Prezado(a) Senhor(a)

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 253ª sessão realizada na data de 26/10/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO N°. 73.914/2014 RECORRENTE: PMP

RECORRIDO: Paiaguá Loteamento Ltda

ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA NO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: DPE - Dado provimento ao recurso de ofício pelo critério de empate, conforme o artigo 27, parágrafo 5º - Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 - Regimento Interno.

Comporta provimento o recurso, com vistas ao indeferimento da isenção pleiteada. O próprio contribuinte reconhece em seu requerimento, às fls. 02. não ter anexado a Guia de Trânsito Animal - GTA, e tenta justificar a ausência alegando que o Decreto Municipal nº 15.439/2013 foi publicado em 26/12/2013, sendo exigível o documento apenas a partir desta data Além disso, junta um "extrato de movimentação" (fls. 31), o qual aduz ser substitutivo da GTA para os fins desejados pela legislação municipal. Analisando a legislação relativa ao assunto, verifica-se que a exigência e obrigatoriedade da GTA há muito tempo foi introduzida no ordenamento jurídico, por meio do Decreto Federal nº 5.741/2006, em seu art. 44 e seguintes, tendo por escopo a implementação de um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA. O Decreto Municipal que exige a GTA para a concessão de uma isenção tributária não inovou na ordem jurídica. Em relação ao documento GTA, considero-o de suma importância e indispensável à comprovação da atividade pecuária, tendo em vista que ele ratifica ter havido a movimentação informada na nota fiscal de venda ou de entrada. Assim, diante da ausência do referido documento, entendo prejudicado o pleito isentivo do imóvel em questão, e voto pelo conhecimento do recurso de ofício, e, no mérito, pelo seu provimento, reformando-se a decisão de primeira instância para manter a cobrança do IPTU relativo ao exercício de 2014 para o imóvel cadastrado sob o CPD 868761. Votaram com o Conselheiro Relator, os Conselheiros Ivanjo, Márcio, José Silvestre e Tatiane e votaram com 1º instância os Conselheiros André, Helena, Luiz, Renato e Viviane. Dado provimento ao recurso de ofício pelo critério de empate, conforme o artigo 27, parágrafo 5º - Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 - Regimento Interno

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO N°. 73.914/2014 RECORRIDO: Paiaguá Loteamento Ltda Av. Independência, 2581 - Alto Piracicaba/SP CEP 13.416-230

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 253ª sessão realizada na data de 26/10/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 73.920/2014 RECORRENTE: PMP RECORRIDO: Paiaguá Empreendimentos S/C Ltda CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA-NO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: DPD - Dado provimento por desempate.

Comporta provimento o recurso, com vistas ao indeferimento da isenção pleiteada. Não obstante a farta documentação apresentada, o próprio contribuinte reconhece em seu requerimento, às fls. 02, não ter anexado a Guia de Trânsito Animal - GTA, e tenta justificar a ausência alegando que o Decreto Municipal nº 15.439/2013 foi publicado em 26/12/2013, sendo exigível o documento apenas a partir desta data. Além disso, junta um "extrato de movimentação" (fls. 30), o qual aduz ser substitutivo da GTA para os fins desejados pela legislação municipal. Analisando legislação relativa ao assunto, verifica-se que a exigência e obrigatoriedade da GTA há muito tempo foi introduzida no ordenamento jurídico, por meio do Decreto Federal nº 5.741/2006, em seu art. 44 e seguintes, tendo por escopo a implementação de um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA O Decreto Municipal que exige a GTA para a concessão de uma isenção tributária não inovou na ordem jurídica. Em relação ao documento GTA, considero-o de suma importância e indispensável à comprovação da atividade pecuária, tendo em vista que ele ratifica ter havido a movimentação informada na nota fiscal de venda ou de entrada. Assim, diante da ausência do referido documento, entendo prejudicado o pleito isentivo do imóvel em questão, e voto pelo conhecimento do recurso de ofício, e, no mérito, pelo seu provimento, reformando-se a decisão de primeira instância para manter a cobrança do IPTU relativo ao exercício de 2014 para o imóvel cadastrado sob o CPD 1570971. Votaram com o Conselheiro Relator, os Conselheiros Ivanjo, Márcio, José Silvestre e Tatiane e votaram com 1ª instância os Conselheiros André, Helena, Luiz, Renato e Viviane. Dado provimento ao recurso de ofício pelo critério de desempate, conforme o artigo 27, parágrafo 4° - Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 – Regimento Interno.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 73.920/2014

RECORRIDO: Paiaguá Empreendimentos S/C Ltda

Av. Independência, 2581 - Alto Piracicaba/SP CEP 13.416-230

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 255ª sessão realizada na data de 23/11/2015. conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 133.213/2012

RECORRENTE: Reativa Industrial Comércio Representações e Serviços Ltda RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE

CONSELHEIRO DE VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA-

NO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: DPE - Dado provimento ao recurso ordinário, conforme o critério de desempate insculpido no artigo 27, parágrafo 4º do Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 - Regimento Interno.

Trata-se de recurso ordinário interposto pela contribuinte, ante decisão de primeira instância, que julgou procedente a Notificação de Lançamento. O cerne da questão trazido aos autos não é a falta de recolhimento do ISS ou o recolhimento efetuado a menor, mas sim, qual deve ser o local de recolhimento do ISS, uma vez que conforme sustentado pelo recorrente os servicos foram prestados em local diverso da localização da sede da empresa e o imposto devidamente recolhido no local da prestação de servicos, conforme se verifica dos documentos anexados aos autos. A primeira instância administrativa ao analisar a defesa apresentada pelo contribuinte houve por bem indeferi-la, fundamentando suas razões no enquadramento. da atividade exercida pelo recorrente nos subitens 14.01 e 17.09 da Lei Complementar 224/2008. Nos termos do art. 4º da LC 116/2003, "considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar servicos, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas". Há afirmação nos autos de que ocorre o deslocamento de empregados, bem como mobilização de equipamentos/materiais para prestação dos serviços da ora recorrente para outros municípios, bem como o ISS devidamente recolhido no local da prestação de serviços, conforme se verifica das guias de recolhimento anexadas aos autos (ex. fls. 1980 a 2065). Essa circunstância permite afirmar que ficou configurada a existência de "unidade econômica ou profissional", mesmo que temporária. Isso porque o art. 4º da LC 116/2003 deve ser interpretado em harmonia com o art. 126, III, do CTN, segundo o qual "a capacidade tributária passiva independe (...) de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional". Ante o exposto, vota o Relator pelo provimento ao Recurso Ordinário, a fim de considerar indevidos os valores lançados a título de ISS. O Conselheiro de 1ª vista Márcio Antônio Barbon, "ad hoc" o Conselheiro Antônio Carlos dos Reis, afirma estar o regramento aplicável à qualificação do estabelecimento prestador encontra-se nos artigos 3º e 4º da LC 116/2003, assim como, os artigos 228, 229 e 233 do CTM. Vige na doutrina a regra de requalificação do estabelecimento prestador para o local de sua execução que leva em conta a duração e a periodicidade dos serviços, a contratação de empregados fixos no local em que executados, a existência de um escritório de anoio. a impossibilidade de os servicos serem executados na sede do prestador. Vota pelo improvimento do recurso. Votaram com o Conselheiro relator os Conselheiros André. Fabiano, José Silvestre e Viviane e Votaram com o Conselheiro de 1º vista os Conselheiros Helena, Renato, Rodrigo e Tatiane. Dado provimento ao recurso ordinário, conforme o critério de desempate insculpido no artigo 27, parágrafo 4º do Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 - Regimento Interno

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aquardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 133.213/2012

RECORRENTE: Reativa Industrial Comércio Representações e

Serviços Ltda

Rua Alferes José Caetano, 581 - Centro Piracicaba/SP CEP 13, 400-120



Prezado(a) Senhor(a)

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 255ª sessão realizada na data de 23/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 73.879/2014 RECORRENTE: PMP RECORRIDO: Sítio São José do Bertão ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO CONSELHEIRO DE 1ª VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA CONSELHEIRO DE 2ª VISTA: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria

Trata o presente de recurso de ofício, tendo em vista decisão de 1ª Instância Administrativa que deferiu o pedido de isenção do IPTU, exercício de 2014, para o imóvel denominado Sítio São José do Bertão, de Matrícula nº. 70.747 do Segundo Cartório de Registro de Imóveis e anexos (atualizada). fls. 40 a 45, propriedade de Ricardo Schiavuzzo e outros, cadastrado nesta Municipalidade sob CPD 1568150. Em fls. 17 a 21, as Notas Fiscais apresentadas, referem-se à comercialização de 9.236,52 toneladas de cana de açúcar, no exercício de 2013, em nome do proprietário do imóvel, junto a Raízen Energia S/A. Em fls. 59, o Laudo Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, informa que após vistorias realizadas em 13/08/2014, verificou-se que existe o cultivo de cana de açúcar (área recém-colhida e com restos de culturas) e área de pastagem (atividade econômica secundária, fls. 09 e 23 dos autos). Considerando-se as notas fiscais de comercialização, o imóvel apresenta destinação econômica. Os requisitos estabelecidos no Decreto nº 15.439/2013 foram atendimentos, portanto o imóvel em questão encontra-se amparado no Art. 123 e 161 da Lei Complementar nº 224/2008, Código Tributário do Município de Piracicaba. Ante o exposto, vota a Relatora pelo não provimento do Recurso de Ofício, mantendo à decisão de 1ª Instância Administrativa, que concedeu a isenção do IPTU, exercício de 2014, para o imóvel do CPD 1568150. Para o Conselheiro de 1ª vista, José Silvestre da Silva, o recurso de ofício merece provimento, cassando-se a isenção de IPTU/2014, pela omissão da existência de APP, que não está discriminada no ITR-DIAT, sendo que apenas 53 por cento da área pertence a Piracicaba, assim como juntada de notas fiscais emitidas pela Coplacana referente a compra de pneus. O Conselheiro de 2ª vista, Rodrigo Marques, tendo em vista a manifestação da SEMA no anverso, acompanha o voto da ilustre relatora Helena Maria Gama de Aquino. Votaram com a Conselheira relatora, os Conselheiros André, Ivanjo, Márcio, Renato, Rodrigo, Tatiane e Viviane, e votaram com o Conselheiro de 1ª vista, o Conselheiro Fabiano. Negado provimento por maioria, mantendo-se a decisão de primeira instância.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 73.879/2014 RECORRIDO: Sítio São José do Bertão Av. Nove de Julho, 1035 - Jaraguá Piracicaba/SP CEP 13. 403-035

Prezado(a) Senhor(a)

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 255ª sessão realizada na data de 23/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 11.864/2015 RECORRENTE: Empresa Paulista de Saneamento e Serviços Gerais RECORRIDO: PMP ASSUNTO: Notificação de Débitos CONSELHEIRO RELATOR: LUIZ SABBADIN CONSELHEIRO DE 1ª VISTA: RODRIGO PRADO MARQUES CONSELHEIRO DE 2ª VISTA: VIVIANE MORENO MATOS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELII, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria

Trata-se o presente de recurso ordinário contra decisão de fls. 179 que indeferiu a impugnação de fls. 45/51 em face da Notificação de Débitos nº 533.666 de fls. 38, encaminhada pela Secretaria Municipal de Finanças Tanto na Impugnação fls. 45/51 quanto no recurso ordinário, a Recorrente eguer, em preliminar, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e no mérito sustenta que a cobrança é ilegal. Em 19/10/2015 compareceu o patrono da Recorrente para sustentação oral nesse E. Conselho. Na oportunidade relatou ter ingressado com Ação Anulatória de Débitos com Pedido de Antecipação da Tutela para que fosse imediatamente suspensos os efeitos das decisões prolatadas nos autos do processo administrativo TC-2125/010/02 e consequentemente a exigibilidade do débito oriundo deste processo. Informou ainda que obteve êxito na liminar. Concedido prazo de 48hrs pelo Conselheiro para juntada de documentos, tais como procuração, cópia da petição inicial da Ação Anulatória de Débitos e da concessão da medida liminar. Juntado os documentos às fls. 214-233. Conhece o Relator do recurso ordinário interposto e passa à análise do mérito. A concomitância entre o objeto da discussão administrativa e o da lide judicial, tendo ambos origem em uma mesma relação jurídica de direito material, resulta na renúncia tácita à via administrativa, pela perda do interesse de agir.

No tocante a suspensão da exigibilidade do crédito, cumpre observar que a Recorrente obteve êxito no pedido de tutela antecipada realizado judicialmente, conforme decisão interlocutória de fls. 233, proferida em 17/09/2015. Destarte, ainda que se revogue a concessão do efeito suspensivo administrativamente, como é o entendimento deste Conselheiro, diante do caráter terminativo desta decisão, tal deliberação não produziria os efeitos desejados. Ante o exposto, conhece o Relator do recurso ordinário interposto, e no mérito nega-lhe provimento, revogando a suspensão do crédito tributário concedida administrativamente. O Conselheiro de 1ª vista, Rodrigo Marques, adota o relatório do Conselheiro Relator e considera que o Regimento Interno do Conselho de Contribuintes define que sua competência restringe-se a julgar os recursos de decisões sobre lançamentos e incidência dos tributos de competência do município, bem como das demais obrigações constantes da Lei Complementar nº 224/2008. A inscrição em dívida ativa é ato-condição para cobrança judicial de receitas dos entes públicos, seja as de origem tributária, seja as de origem não tributária. No que tange à suspensão de exigibilidade, concorda que a suspensão deve ser revogada, mas discorda que devido à existência de uma ação judicial anulatória da decisão do TCE com liminar concedida não produzirá os efeitos desejados e vota pelo não conhecimento do recurso interposto, bem como, pela anulação da suspensão de exigibilidade concedida, com efeitos retroativos à data da concessão A Conselheira de 2ª vista, Viviane Moreno Matos, adota integralmente o relatório do Conselheiro Relator, e consigna seu entendimento de que o exame da admissibilidade integra a função de julgamento cuja competência foi outorgada ao Colegiado. Consta no regimento interno que o Conselho será competente para analisar as questões tributárias e as demais matérias tratadas na Lei Complementar nº 224/08. Ao tratar das demais matérias, ao contrário do entendimento do relator de primeira vista, entende que foi conferida por lei, a competência residual a esse conselho. Assim, as matérias tratadas no Código Tributário do Município devem ser analisadas pelo Conselho. Tratando o Código tanto da cobrança da Dívida Ativa Tributária quanto da cobrança da Dívida Ativa não Tributária, está última se insere na competência do conselho. É certo que nesses casos, a competência do conselho fica limitada às matérias do Código Tributário, tais como requisitos da CDA, validade, nulidade, forma de cobrança, sem que se possa discutir o mérito da cobrança que é tratado em lei específica e foge à competência deste conselho. Acompanha o voto do Relator para conhecer do recurso e no mérito, negar-lhe provimento. Votaram com o Conselheiro relator, os Conselheiros André, Ivanjo, José Silvestre, Renato e Viviane e votaram com o Conselheiro de 1º vista os Conselheiros Helena, assim como, Tatiane e Márcio, cujos votos estavam já consignados. Negado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 11.864/2015 RECORRENTE: Empresa Paulista de Saneamento e Serviços Gerais Rua Benjamin Constant, 2139 – Centro CEP 13. 400-056

Prezado(a) Senhor(a).

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 255ª sessão realizada na data de 23/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber-

PROCESSO Nº. 106.809/2013 RECORRENTE: PMP RECORRIDO: Morato S/A Empreendimentos Imobiliários

ASSUNTO: IPTU CONSELHEIRO RELATOR: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade.

O Contribuinte requereu cancelamento de lançamento de IPTU do imóvel cadastrado sob CPD 150110.1, com fundamento de que esta área já está sendo lançada em outro lote no qual está inserida. A Divisão de Cadastro Técnico confirmou que a área do lote acima referido está inserida no lote 1519, CPD 153498.7 (fls. 17). Em instância ordinária foi deferido o cancelamento dos lançamentos de IPTU e taxas dos exercícios 2011 a 2015. Foi interposto recurso de ofício. Pela documentação acostada aos autos percebese que a área em questão teve seu lançamento realizado em duplicidade, o que é ilegal. Entendo correto o cancelamento para o período de 2011 a 2015, haja vista que a Prefeitura Municipal de Piracicaba é proprietária do lote remanescente desde 18/02/2010 (fls. 05). Vota pelo improvimento ao recurso, nos termos acima expostos, mantendo na íntegra a decisão de instância ordinária por seus próprios e jurídicos fundamentos. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 106.809/2013 RECORRIDO: Morato S/A Empreendimentos Imobiliários Rua Bernardino de Campos, 1406 - Alto CEP 13, 419-100 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a).

ASSUNTO: IPTU

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 255ª sessão realizada na data de 23/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 45.756/2013 RECORRENTE: Sítio Santa Lúcia RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS. FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria.

O Requerente formulou pedido de isenção de IPTU para o exercício de 2013, alegando que o imóvel é destinado à produção rural. Foi ouvido em sustentação oral. Em instância ordinária a defesa foi indeferida, sob fundamento de divergência de atividades declaradas, notas fiscais se referem a sítio diverso e ausência de comprovação de efetiva exploração com intuito econômico e de forma organizada para a produção e venda de produtos vegetais, agrícolas ou pecuários. O Decreto n.º 12.166/2007 regulamenta a matéria. Foi determinada visita técnica à SEMA (Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento). Nesta, os técnicos constataram que no local existe cultivo de cana de açúcar em toda a área aproveitável do imóvel. Entretanto, a produção declarada para o local corresponde somente a 5.2% da capacidade estimada para o imóvel (fls. 75). Entendo que ao imóvel não restou demonstrada a efetiva exploração e destinação econômica do imóvel, com produção aquém das possibilidades da área. Voto pelo improvimento ao recurso, nos termos acima expostos, que passam a fazer parte integrante do resente dispositivo. Todos os Conselheiros votam com o Relator, à exceção do Conselheiro Renato. Negado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 45.756/2013 RECORRENTE: Sítio Santa Lúcia Rua Dr. Lula, 646 - Castelinho Piracicaba/SP CEP 13. 403-054

Prezado(a) Senhor(a), Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 255ª sessão realizada na data de 23/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 29.161/2011 RECORRENTE: Tacovel Tacógrafos e Elétrica Ltda RECORRIDO: PMP ASSUNTO: ISS

CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES CONSELHEIRO DE VISTA: FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade.

Trata o presente caso de recurso ordinário interposto pelo contribuinte insurgindo-se contra sua exclusão retroativa do Simples Nacional, mais especificamente para os exercícios de 2010 e 2011. No caso, a fiscalização realizada na empresa encontrou diversas irregularidades, como recolhimento parcial de ISSQN, não escrituração de notas fiscais no período de 04/2006 a 03/2011 e emissão de notas com erros ou omissões. Diante das constatações, foram aplicadas as penalidades legalmente cabíveis, dentre elas, a exclusão do simples nacional, com fulcro art. 29, V, da LC 123/2006 e Resolução CGSN 15/2007. A legislação é bem clara, a exclusão do simples por infração à lei produz efeitos a partir do mês que ocorrer o ato. No caso, a fiscalização constatou que as notas emitidas com erro ou omissão foram lançadas no período de 01/2010 a 03/2011, logo, a exclusão deve surtir efeitos desde 01/2010, conforme acertadamente colocado no termo de exclusão. Conheço do recurso apresentado, e nego-lhe provimento, mantendo íntegro o Termo de Exclusão de fls. 541/542, com data inicial do ano-calendário de 2010. O Conselheiro de vista Fabiano Ravelli adota integralmente o relatório do Relator e o acompanha negando também provimento ao pedido do contribuinte, mantendo íntegro o Termo de Exclusão de folhas 541 e 542, com data inicial do ano calendário de 2010. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO №. 29.161/2011 RECORRENTE: Tacovel Tacógrafos e Elétrica Ltda Rua Antônio Digiacomo, 185 – Monte Rei CEP 13. 409-059 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a), Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 256ª sessão realizada na data de 30/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 123.027/2015 RECORRENTE: PMP RECORRIDO: Leonel Franzoi ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO CONSELHEIRO DE VISTA: RODRIGO P. MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI(titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO E TALITA DE

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria

OLIVEIRA FORTUOSO(suplentes) - Recurso de Ofício

Trata o presente de recurso de ofício, encaminhado a este Conselho nos termos do Art. 455 da Lei Complementar nº 224/2008, tendo em vista a decisão da primeira instância administrativa que deu parcial provimento ao pedido de revisão de lançamento do IPTU, para o imóvel de CPD 1535544. Considerando que parte da área do imóvel foi desapropriada pelo Município de Piracicaba, através do Decreto nº 14.410/2011, fls. 05/09, que introduz alterações no Decreto nº 11.537/2006, alterado pelo Decreto nº 11.885/2006, sendo que a área desapropriada do requerente corresponde a 1.177,06 m², destinada à abertura de via publica. E de acordo com informação do IPPLAP - Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba, que o Município já está na posse das áreas desapropriadas, desde o exercício de 2006. No âmbito administrativo, é a partir da declaração de utilidade pública, que o poder público fica autorizado a apossar-se do imóvel a ser desapropriado, conforme dispõe o art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Oportunamente, verificamos que o interessado aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos, para o qual efetuou o pagamento da primeira parcela, conforme Extrato do Contribuinte de fls. 39/50, no entanto, não vislumbramos óbice à revisão dos valores a partir do exercício de 2007, nos termos acima, já que indevidos pelo contribuinte. Tendo em vista o que consta dos autos, bem como o Parecer da Procuradoria Jurídico-Administrativa que é a favor da revisão de lancamentos, apesar dos débitos terem sido parcelados, através do PPED e do Parcelamento, fls. 63., e por tratar-se de posse insculpida do animus definitivo, tendo em vista que o Município ocupou a área, desenvolveu o projeto, perpetuando-se a posse, conforme pode ser verificado na foto de fls. 62, com a via pública devidamente pavimentada. Vota a Relatora pelo não provimento do recurso de ofício, mantendo a decisão de 1ª Instância Administrativa, para deferir a alteração dos valores do IPTU a partir do exercício de 2007 e indeferir com relação ao exercício de 2006, para o imóvel cadastrado sob CPD 1535544. O Conselheiro de vista Rodrigo Marques considera que o contribuinte não faz jus à revisão pleiteada, seja porque aderiu ao PPED e renunciou à possibilidade de questionar o débito, seja porque sua adesão logo após o pedido de revisão é contraditória e viola a boa-fé, gerando a presunção de desistência do pedido formulado. O Conselheiro de vista conhece do recurso apresentado, e, no mérito, diverge da relatora, pugnando pelo provimento do recurso de ofício, alterando-se a decisão de primeira instância, no sentido de manter-se inalterada a cobrança do IPTU até exercício de 2015, retificando o valor apenas de 2016 em diante. Votaram com a Conselheira Relatora, os Conselheiros André, Ivanjo, José Silvestre, Renato Talita e Tatiane. Votou com o Conselheiro de vista, o Conselheiro Márcio. Negado provimento por maioria, mantendo-se a decisão de primeira instância

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 123.027/2015 RECORRIDO: Leonel Franzoi Rua Vinte e Oito, 2630 – Jardim São Paulo CEP 13. 503-013 Rio Claro/SP

Prezado(a) Senhor(a), Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 256ª sessão realizada na data de 30/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber-

PROCESSO Nº. 58.064/2006

RECORRENTE: A.S.M. Aliança Serviços Médicos RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: LUIZ ÂNGELO SABBADIN CONSELHEIRO DE VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA-NO RAVELLI. IVANJO CRISTIANO SPADOTE. JOSÉ SILVESTRE DA SILVA MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI(titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO E TALITA DE OLIVEIRA FOR-TUOSO(suplentes) - Pedido de Reconsideração

DECISÃO: NCM - Negado Conhecimento por Maioria

Trata-se de pedido de reconsideração em face de decisão que negou provimento, pelo critério de desempate, ao Recurso Ordinário apresentado, mantendo-se a reclassificação fiscal das atividades do Recorrente em relação ao ISSQN à alíquota de 2% (dois por cento) sob o faturamento bruto, considerando-o uma sociedade empresária.

Para o Relator, diante da flagrante intempestividade do recurso apresentado, vota pelo não conhecimento do mesmo, por infringir ao disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Decreto nº 14.147, de 27 de junho de 2011 – Regimento Interno. Já o Conselheiro de vista, José Silvestre da Silva, entende pelo provimento ao recurso para anular o processo a partir do julgamento do Recurso Ordinário, porque, o voto que desencadeou o improvimento foi do Conselheiro Renato Ronsini, que às fls. 56 proferiu parecer contrário à solicitação de reclassificação fiscal feita pela recorrente, quando no exercício regular do cargo de fiscal de rendas. Vota o Conselheiro de 1ª vista pela anulação de ofício do processo a partir do julgamento do recurso ordinário, bem assim, reconhecendo a tempestividade do recurso, porque, a notificação não seguiu as normas contidas no artigo 405 da Lei Complementar nº 224/2008. Votaram com o Conselheiro Relator os Conselheiros André, Ivanjo, Helena, Márcio, Talita, Tatiane, Renato e Rodrigo. Não conhecimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 58.064/2006 RECORRENTE: A.S.M. Aliança Serviços Médicos Rua Visconde do Rio Branco, 1880 - Alto CEP 13. 416-113 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 256ª sessão realizada na data de 30/11/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 31.317/2002 RECORRENTE: A.S. Salvego ME RECORRIDO: PMP ASSUNTO: Auto de Infração CONSELHEIRO RELATOR: FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIA-NO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES e TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI(titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO E TALITA DE OLIVEIRA FOR-TUOSO(suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade.

O contribuinte protocolou em 12 de novembro de 2013, requerimento, folhas 52, solicitando o cancelamento do auto de infração, tendo em vista que o responsável pela empresa encontra-se em um curso fora do país. Diante das informações apresentadas pelo contribuinte, e informações fiscais da Prefeitura do Município de Piracicaba, sendo que foi juntado aos autos, extrato do Contribuinte, emitido através do SIAT, onde consta que o contribuinte aderiu ao PPED – Lei 325/2014. Voto pelo não provimento do recurso do contribuinte, mantendo-se a decisão de Primeira Instância Administrativa. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 31.317/2002 RECORRENTE: A.S. Salvego Me Rua Alferes José Caetano, 1258 - Centro CEP 13. 400-123 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a)

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 257ª sessão realizada na data de 07/12/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 161/1990 RECORRENTE: Florindo Belote RECORRIDO: PMP

CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FA BIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: DPM - Dado Provimento por Maioria

Pela documentação juntada pelo recorrente, comprovando não ter rendimentos acima de R\$ 1.576,00 (hum mil, quinhentos e setenta e seis reis), ou seja, acima de 2 salários mínimos por mês, aliado ao parecer favorável da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que atestou o estado de precária situação econômica e financeira do recorrente às fls. 183. pelo meu voto dou provimento ao recurso interposto às fls. 165 para remir o crédito tributário referente a Taxa de Poder de Polícia e ISSQN dos exercícios de 1991 até 31 de maio de 2006. Todos os Conselheiros presentes acompanham o Relator, à exceção dos Conselheiros Helena, Márcio e Marcus Vinícius, que votam contrariamente ao Relator. Dado provimento por majoria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

DIÁRIO OFICIAL

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO N°. 161/1990 RECORRENTE: Florindo Belote Rua Piracicaba, 38 - Artemis CEP 13.432-021 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a), Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 257ª sessão realizada na data de 07/12/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 35.613/2012

RECORRENTE: Marhca Trabalho Terceirizado Ltda

RECORRIDO: PMP ASSUNTO: ISS

CONSELHEIRO RELATOR: MARCUS VINÍCIUS ORLANDIN COELHO

CONSELHEIRO DE VISTA: FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS. FA-BIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO (suplentes) – Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade

Cuida-se de recurso ordinário interposto por MARHCA TRABALHOS TERCEIRIZADOS LTDA, a qual argui que o lançamento fiscal e o auto de infração lavrados seriam nulos por ausência de fundamentação (motivação). Ademais, alega que a obrigação pelo recolhimento do tributo incumbiria à empresa tomadora dos serviços, a qual reteria os valores a serem repassados à Municipalidade. Ao final, salienta haver equívoco na base de cálculo adotada, porquanto, segundo entendimento adotado, o tributo deveria incidir apenas sobre a taxa de administração, e não sobre a remuneração (global) decorrente da prestação dos serviços. concernente às alegações de que, na condição de prestadora de serviços, não seria responsável tributária em nenhuma hipótese, suas arguições não encontram nenhum respaldo jurídico. Consideradas as relações contratuais da empresa prestadora sob o regime de substituição tributária, temos que cabe ao tomador dos serviços reter, quando do pagamento da retribuição, o valor correspondente ao ISS, e recolhê-lo ao Município. Sob esse prisma, inexistem razões fáticas ou jurídicas para se admitir o equívoco da Municipalidade na eleição da sujeição passiva. Ao final, no que tange às alegações de erro na apuração da base de cálculo, mister elucidar que o levantamento efetuado pelo competente agente fiscal fazendário revelou-se plenamente correto e adequado. Analisando-se os contratos carreados ao feito e demais documentos (fls. 23/44, e 71), denota-se que a empresa recorrente não atua na intermediação, senão realiza o serviço em sua integralidade, e com pessoal próprio. Sob esse prisma, o levantamento fiscal realizado revelou-se sem máculas passíveis de anulação e retificação, razão pela qual conheço o recurso, todavia, nego-lhe, in totum, provimento. O Conselheiro de 1ª vista FABIANO RAVELLI adota integralmente o Relatório e Voto do Relator. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI

PROCESSO Nº. 35.613/2012

RECORRENTE: Marhca Trabalho Terceirizado Ltda Rua São José , 330 - Sala 01 - Centro CEP 13.400-330 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sa. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 257ª sessão realizada na data de 07/12/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº 575/1998

RECORRENTE: Bioland Indústria e Comércio de Composto Orgânico Ltda Me

RECORRIDO: PMP ASSUNTO: ISS

CONSELHEIRO RELATOR: LUIZ ÂNGELO SABBADIN CONSELHEIRO DE 1ª VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA CONSELHEIRO DE 2ª VISTA: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FA-

BIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO (suplentes) – Recurso Ordinário

DECISÃO: NCM - Não Conhecimento por Maioria

A Recorrente apresentou recurso ordinário contra decisão singular de fls. 135 que indeferiu a impugnação de fls. 110. Em síntese a Recorrente pretendia afastar a reclassificação fiscal como empresa ISS-variável, alegando que exerce atividade de industrialização. A Recorrente foi notificada da decisão primária na data de 11/03/2015, conforme A.R. - fls. 139 Conforme artigo 456 da Lei Complementar nº. 224/2008 (Código Tributário Municipal) caberá Recurso Ordinário ao Conselho de Contribuintes dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação. Observa-se que a Recorrente apresentou o Recurso Ordinário somente na data de 28/07/2015



Ante o exposto, o Relator não conhece do Recurso Ordinário apresentado ante a sua intempestividade. Já o Conselheiro de 1ª Vista José Silvestre da Silva conhece do recurso, porque não há nos autos a data em que o recorrente foi notificado pelos correios. O Conselheiro de 2ª Vista, André Márcio dos Santos, acompanha integralmente o posicionamento exposto pelo Relator, adotando-o como razões de fundamentação deste voto de vista. A dúvida entre os votos é exclusiva quanto à tempestividade do recurso ordinário, tendo em vista que o recebedor não datou o Aviso de Recebimento dos Correios. Entretanto, o AR contém carimbo da agência dos Correios com data de 11/03/2015. A agência dos Correios devolveu este AR devidamente cumprido ao Município em 13 de abril de 2015, conforme se constata a fls. 140. Ainda que se considere esta última data como válida para início do prazo recursal, o recurso ainda terá sido intempestivo, pois este foi protocolizado em 28/07/2015. Do exposto, acompanho integralmente o voto do I. Relator. Votam com o Relator todos os Conselheiros, à exceção do Conselheiro de 1ª Vista. Não conhecimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 575/1998

RECORRENTE: Bioland Indústria e Comércio de Composto Orgânico

Ltda Me

Rua Alberto Coral, 4270 - Vila Fátima CEP 13.412-050 Piracicaba/SF

Prezado(a) Senhor(a)

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 257ª sessão realizada na data de 07/12/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 65.528/2012 RECORRENTE: Unicel Piracicaba Ltda RECORRIDO: PMP ASSUNTO: ISS CONSELHEIRO RELATOR: RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI CONSELHEIRO DE VISTA:

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS(titulares), HELENA MARIA GAMA DE AQUI-NO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, MARCUS VINÍCIUS ORLADIN COELHO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade

Trata-se o presente processo de recurso ordinário interposto pelo Contribuinte, em virtude da imposição do auto de infração n.º 70.424 e respectivo lançamento tributário de ISSQN, pela ausência de oferecimento à tributação de serviços (escola de idiomas). Convém afastar a alegação de nulidade do auto de infração, pois ficou bem demonstrado pelo relato fiscal o enquadramento e todos os elementos que foram considerados, não havendo que se falar em nulidade. No mérito, melhor sorte não assiste ao Contribuinte, pois pelo que se verifica das planilhas acostadas aos autos, de fls. 32 a 283, foram tomados todos os elementos necessários à regular apuração do que não fora considerado, não sendo o auto imposto por estimativa, mas sim por efetiva apuração. Assim, pelo exposto, julgo pelo não provimento do recurso, mantendo-se inalterada a decisão de 1.ª instância. Negado provimento por unanimidade

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhese à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada

RENATO LEITÃO RONSINI Presidente

PROCESSO Nº. 65.528/2012 RECORRENTE: Unicel Piracicaba Ltda Rua Regente Feijó, 904 - Centro CEP 13.400-100 Piracicaba/SF

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO

EXPEDIENTE DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

**DEFERIDOS**:

INSCRIÇÃO NO C.M.C

Proc 1037/15 - Tiago Sousa Pereira MEI

Proc 1410/15 – Comercio de Bebidas Freitas Arruda Ltda ME

Proc 1447/15 - Talita Maria Milani Nicolau

Proc 1468/15 - Bar e Lanch. Pinheiro de Saltinho Ltda.

Proc 1487/15 - Michelle Piazza Locação de Vans ME

Proc 1491/15 - Renato Bertazzoni MEI

Proc 1511/15 – Jorge Leandro de Goes Proc 1525/15 – Aparecida Maria da Conceição Floriano MEI

Proc 1529/15 - Edvandro Dorival Rosada

Proc 1543/15 - R7IT Com. E Servico em Comunicação Ltda

Proc 1561/15 - Alpes Transportes Ltda

ALTERAÇÃO CADASTRAL

Proc 1476/15 - Calcario Saltinho Ltda

Proc 1542/15 – Rio Claro Corretora de Seguros Ltda EPP

Proc 1552/15 - Rio Claro Corretora de Seguros Ltda EPP

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

Proc 1486/15 - Rudinei Antonio Fornazzaro

Proc 1493/15 – Jesiel Carlos Gutierrez Bega

Proc 1494/15 - Neuza Maria de Goes Teixeira

Proc 1497/15 - Diego Goncalves da Silva ME

Proc 1506/15 – José Anderson da Cruz

Proc 1512/15 - Creuza dos Santos MEI Proc 1541/15 – Grupoito Representações Ltda ME

Proc 1560/15 – Joseane Cristina Pandolfo

Proc 1470/15 – Conger S.A Equipamentos e Processos

Proc 1517/15 - M&G Mineração de Calcário Ltda

Proc 1535/15 - Rinen Ind. E Com. De Prod. Químicos Ltda.

Proc 1551/15 - Mirian Estela Mendes Zambetta

Saltinho, 30 de Dezembro de 2015.

Eleusa Ap. Bonato de Moraes Diretora de Finanças e Patrimônio

## ESPORTE CLUBE FIORENTINA

Assembléia Geral ordinária

Edital de Convocação

Usando das atribuições que lhe confere o estatuto social, o Presidente da Diretoria do Esporte Clube Fiorentina, comunica que ficam os senhores associados quites com os cofres sociais, convocados a participar da Assembléia a ser realizada no dia 15 de janeiro de 2016, na Rua Osiris Angelo Cobra 225, Paineiras, Piracicaba-SP, com a primeira convocação às 19:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e em segunda convocação as 20:00 horas com número mínimo de 1/3 de associados presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Eleição e posse do Conselho Deliberativo, Presidente e Vice-Presidente da Diretoria

Piracicaba, 14 de dezembro de 2015.

Osvaldo Rodrigues Fernandes Presidente

Lei autorizadora 7045/11 - Processo 131.621/14 - Contribuição 210/14

Demonstrativo de Receitas e Despesas 2014

Origem dos recursos

3 543 70

Recursos de repasses públicos Recursos da própria entidade

441,30

Total 3.985.00

Aplicação dos recursos

Material de consumo 2.500,00 Pessoa Jurídica 785 00 Pessoa Fisica 700,00

3.985.00 Total

Declaramos, na qualidade de responsáveis pela entidade supra epigrafada. sob as penas da Lei, que as despesa relacionada, examinada pelo Conselho Fiscal, comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme o programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Concessor

Piracicaba, 07 de janeiro de 2015

Ademir de Jesus TCCRC 1SP188447/O-0 Osvaldo R. Fernandes

Presidente

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Roger Alessandro Bueno João Luiz martins Wellington Fernando Bueno



#### Administração

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito João Chaddad - Vice-prefeito

Jornalista responsável

João Jacinto de Souza - MTB 21.054

#### Diagramação

Centro de Informática Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 Fone: (19) 3403-1031 E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br

Impressão

Gráfica Municipal de Piracicaba Rua Prudente de Moraes, 930 Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 270 unidades



3- Não faça massa

de construção

no asfalto!

Evite multa de R\$ 621,13.

Não faça e não deixe

que façam massa

de construção

no asfalto.

Lique 156.

# 1- Cuide da sua calçada! **Evite multas!**

Calçada bem cuidada evita acidentes, embeleza e valoriza a sua casa.



# 10- Respeite os sinais de trânsito!

Eles disciplinam o fluxo de veículos e a convivência com as pessoas. Respeitar os sinais de trânsito evita acidentes e. principalmente, atropelamentos.

# 9- Terreno baldio só é bom para escorpiões, aranhas, cobras e outros bichos!

Se você tem um terreno sem construção, mantenha-o limpo e faça um muro de fechamento. Evite multa e colabore com a vizinhança!

# 2- Plante uma árvore!

Escolha a sua, gratuitamente, pelo Plano de Plantio de Árvores em Calçadas, da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Ligue: 156

# 4- Não desperdice água!

Piracicaba não foi atingida pela falta d'água, mas evitar o desperdício é uma questão de cidadania. Então, economize água todos os dias. Colabore! Faça a sua parte.

# melhorar

# 5- Recicle o lixo da sua casa!

Separe papel, lata, plástico e vidro para reciclagem. Ligue 3414-3138 ou 156 e saiba em qual dia o caminhão faz a coleta no seu bairro. Colabore! O meio ambiente agradece.

# 8- Entulho de pequenas reformas, lâmpadas?

Deposite gratuitamente nos Ecopontos. Pequenas quantidades de entulho de construção, lâmpadas, latas, vidros e garrafas pet podem ser depositados.



# 7- Tire da rua as fezes do seu cachorro!

Existe multa legal para donos de animais que deixam as fezes dos seus bichinhos nas calçadas. Limpe a sujeira do seu cachorro.

# 6- Lixo é no lixo!

Existem centenas de lixeiras instaladas nas principais ruas e avenidas da cidade. Use-as! Ajude a manter a cidade limpa e evite que o lixo seja levado pela enxurrada, entupindo as galerias.